



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



LUIZ FERNANDO DALL'ONDER

**DISPUTAS EM TORNO DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: UM
ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE – PME (2015 – 2024)**

CAMPO GRANDE – MS

2021

LUIZ FERNANDO DALL'ONDER

**DISPUTAS EM TORNO DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: UM
ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE – PME (2015 – 2024)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito para obtenção do título de mestre em educação à comissão julgadora.

Orientadora: Dra. Maria Dilnéia Espíndola Fernandes.

Coorientador: Dr. Tiago Duque

**CAMPO GRANDE – MS
2021**

LUIZ FERNANDO DALL'ONDER

DISPUTAS EM TORNO DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE – PME (2015 – 2024)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como exigência para a obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Dilnéia Espíndola Fernandes – Orientadora e Presidente da Banca
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Tiago Duque - Coorientador
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof.^a Dr.^a Silvia Helena Andrade de Brito
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Rodrigo da Silva Pereira
Universidade Federal da Bahia

Prof.^a Dr.^a Solange Jarzem Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Campo Grande, 25 de fevereiro de 2021.

Dedico este trabalho aos mais de duzentos e cinquenta mil brasileiros e brasileiras que tiveram suas vidas ceifadas pela pandemia de COVID-19.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, que esteve presente em todos os momentos desta pesquisa. Obrigado pela confiança depositada, por suas palavras e ensinamentos em momentos pandêmicos tão solitários e, acima de tudo, por ressignificar a minha vida na luta por um novo projeto de sociedade justo e igualitário.

Ao Prof. Dr. Tiago Duque, querido mestre, que se mostrou atencioso durante todo este percurso, aos seus esclarecimentos e companheirismo.

À Prof.^a Dr.^a Silvia Helena Andrade de Brito e ao Prof. Dr. Rodrigo da Silva Pereira pelos apontamentos na banca de qualificação, que contribuíram diretamente na finalização desta pesquisa.

Aos camaradas do grupo de pesquisa “Análise comparada das políticas educacionais nacionais nas Américas: contextos, movimentos e direito à educação”, cujas discussões e aprofundamentos teóricos foram essenciais nos rumos desta dissertação.

Aos queridos amigos, amigas e professores do grupo de pesquisa “Impróprias – Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Diferenças” que me acolheram com muito carinho e me proporcionaram discussões e debates que ampliaram o meu referencial teórico.

Aos meus amigos e amigas da linha de pesquisa “História, Políticas, Educação”, pelo companheirismo e camaradagem em todos os momentos.

Ao meu pai, José e aos meus padrinhos Jeremias e Maria, pela especial presença e carinho em todos os momentos de minha vida.

À minha amada mãe Izabel, por seu amor e cuidado.

Às amigas e amigos que de forma direta ou indireta estiveram presentes nesta caminhada, em especial para minha querida amiga Elaine Cardena Martins.

À Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela concessão de afastamento parcial para pós-graduação.

Muito obrigado!

Os destinos de uma época são manipulados segundo visões restritas, interesses imediatos, ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos, e a massa dos homens ignora, pois não se preocupa. Contudo, os fatos amadurecidos dão seus resultados; a trama tecida na sombra alcança seu limite: então a fatalidade oprime tudo e todos, a história se assemelha a um enorme fenômeno natural, uma erupção, um terremoto que a todos vitima, os desejantes e os não desejantes. (GRAMSCI, 2020, p. 32)

RESUMO

A presente investigação integra a pesquisa “Análise comparada das políticas educacionais nacionais nas Américas: contextos, movimentos e direito à educação” da Linha de Pesquisa “História, Políticas e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação – curso de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Seu objetivo consiste em desvelar o processo de correlação de forças sociais presentes que impuseram debates acerca das questões de gênero e sexualidade, durante a construção da política educacional no município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, tendo como marco inicial o processo de construção e aprovação do Plano Municipal de Educação (PME) em alinhamento ao Plano Estadual de Educação (PEE) e ao Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Diante disso, tem-se como objetivos específicos desvelar quais forças sociais se fizeram presentes no processo da construção do epicentro da política educacional quando a disputa pelo direito à educação foi tensionada entre sua ampliação e restrição, bem como, por meio de quais estratégias atores sociais e coletivos se organizam para transformar sua pauta em política educacional, em atendimento aos interesses neoconservadores. Os procedimentos metodológicos se sustentaram em pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principal fonte a legislação educacional, bem como documentos produzidos no âmbito da sociedade civil organizada. Constata-se no contexto que a Organização Escola sem Partido e a Igreja Católica despontam enquanto principais aparelhos privados de hegemonia que atuam através da ossatura Estatal, em consonância com os interesses da Frente Parlamentar Evangélica, importante bloco político no Legislativo Federal, com vistas a consolidação da pauta moral conservadora, particularmente no que diz respeito à temática da diversidade sexual e de gênero. Esta pauta ganha centralidade no município durante o processo de aprovação do Plano Municipal de Educação – PME (2015 – 2024), com destaque neste momento histórico para a atuação da Igreja Católica, que se alia ao Parlamento Municipal na defesa de seu projeto de educação, o que não ocorre sem a devida resistência dos coletivos sociais em defesa da educação, um movimento contra-hegemônico que garante a permanência de parte dos dispositivos voltados à temática de gênero e sexualidade no texto final aprovado. Tal elaboração confrontou-se com a agenda da política educacional elaborada na perspectiva de ampliação do direito à educação municipal com vistas a escola, pública, democrática, laica, diversa e socialmente referenciada. No município de Campo Grande, a disputa por um projeto de educação se estendeu para além do planejamento alinhado federativamente e permanece ora de forma latente, ora de forma mais manifesta, promovendo tensões na materialidade da política educacional pelo Estado na esfera local.

Palavras-chave: Política Educacional. Aparelhos Privados de Hegemonia. Plano Municipal de Educação de Campo Grande. Gênero. Sexualidade.

ABSTRACT

The present investigation is part of the research “Comparative analysis of national educational policies in the Americas: contexts, movements and the right to education” from the “History, Policies and Education” Research Line of the Graduate Program in Education - Master's Course at the Federal University of Mato Grosso do Sul. Its objective is to unveil the process of correlation of present social forces that imposed debates about gender and sexuality issues, during the construction of educational policy in the municipality of Campo Grande, capital of the state of Mato Grosso do Sul, having as its initial landmark the process of construction and approval of the Municipal Education Plan (MEP) in alignment with the State Education Plan (SEP) and the National Education Plan (NEP 2014-2024). Given this, the specific objectives are to unveil which social forces are present in the process of building the epicenter of educational policy when the dispute for the right to education was strained between its expansion and restriction, as well as, through which strategies social actors and collectives organize themselves to transform their agenda into educational policy, in response to neoconservative interests. The methodological procedures were supported by bibliographic and documentary research, having as main source the educational legislation, as well as documents produced within the scope of organized civil society. It can be seen in the context that the School Without Party Organization and the Catholic Church emerge as the main private devices of hegemony that operate through the State bones, in line with the interests of the Evangelical Parliamentary Front, an important political bloc in the Federal Legislative, with a view to consolidating conservative moral agenda, particularly with regard to the theme of sexual and gender diversity. This agenda gains centrality in the municipality during the approval process of the Municipal Education Plan - MEP (2015 - 2024), with emphasis on this historic moment for the work of the Catholic Church, which allies itself with the Municipal Parliament in the defense of its education project, what does not happen without the due resistance of social collectives in defense of education, a counter-hegemonic movement that guarantees the permanence of part of the devices focused on the theme of gender and sexuality in the final approved text. Such elaboration was confronted with the educational policy agenda elaborated in the perspective of expanding the right to municipal education with a view to school, public, democratic, secular, diverse and socially referenced. In the municipality of Campo Grande, the dispute for an education project has extended beyond the federally aligned planning and remains at times latent, at times more manifest, promoting tensions in the materiality of educational policy by the State at the local level.

Keywords: Educational Policy. Private Devices of Hegemony. Municipal Education Plan of Campo Grande. Genre. Sexuality. Private Devices of Hegemony.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo Analítico I	25
Quadro 2 - Resumo Analítico II	25
Quadro 3 - Resumo Analítico III	26
Quadro 4 - Resumo Analítico IV	27
Quadro 5 - Resumo Analítico V	27
Quadro 6 – Resumo Analítico VI	28
Quadro 7 - Resumo Analítico VII	29
Quadro 8 - Levantamento dos Programas de Pós-graduação em Educação do MS	31
Quadro 9 - Resumo Analítico I em contexto sul-mato-grossense	33
Quadro 10 - Resumo Analítico II em contexto sul-mato-grossense	34
Quadro 11 - Resumo Analítico III em contexto sul-mato-grossense	35
Quadro 12 - Resumo Analítico IV em contexto sul-mato-grossense	35
Quadro 13 - Resumo Analítico V em contexto sul-mato-grossense	36
Quadro 14 - Resumo Analítico VI em contexto sul-mato-grossense	36
Quadro 15 - Resumo Analítico VII em contexto sul-mato-grossense	37
Quadro 16 - Resumo Analítico VIII em contexto sul-mato-grossense	37
Quadro 17 - Resumo Analítico IX em contexto sul-mato-grossense	38
Quadro 18 - Resumo Analítico X em contexto sul-mato-grossense	38
Quadro 19 - Resumo Analítico XI em contexto sul-mato-grossense	39
Quadro 20 - Resumo Analítico XII em contexto sul-mato-grossense	40
Quadro 21 - Resumo Analítico XIII em contexto sul-mato-grossense	40
Quadro 22: Resumo Analítico XIV em contexto sul-mato-grossense	41
Quadro 23: Resumo Analítico XV em contexto sul-mato-grossense	41
Quadro 24: Resumo Analítico XVI em contexto sul-mato-grossense	42
Quadro 25: Resumo Analítico XVII em contexto sul-mato-grossense	42
Quadro 26: Resumo Analítico XVIII em contexto sul-mato-grossense	43
Quadro 27: Resumo Analítico XIX em contexto sul-mato-grossense	43
Quadro 28: Resumo Analítico XX em contexto sul-mato-grossense	44
Quadro 29: Resumo Analítico XXI em contexto sul-mato-grossense	45
Quadro 30: Resumo Analítico XXII em contexto sul-mato-grossense	45

Quadro 31: Quantitativo das três maiores religiões da cidade de Campo Grande/MS	140
Quadro 32: Emendas supressivas aprovadas no Plano Municipal de Educação – PME/CG – 2015-2015	141
Quadro 33: Emendas modificativas aprovadas Plano Municipal de Educação – PME/CG – 2015-2015	143
Quadro 34: Dispositivos relacionados à diversidade que foram aprovados sem alteração no Plano Municipal de Educação – PME/CG – 2015-2015	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Levantamento dos relatórios de pesquisa dos Programas de Pós-graduação do MS	32
Tabela 2 – Cruzamento: A Ideologia de Gênero deve fazer parte do currículo escolar x sabe explicar o que é ideologia de gênero	110
Tabela 3 – Brasil: Número de Deputados/as signatários da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional	118
Tabela 4 – Brasil: Abertura do processo de <i>impeachment</i> da presidenta Dilma Roussef – 2016 – 55ª Legislatura	119
Tabela 5 – Brasil: PEC Nº 241/2016 – 2016 – 55ª Legislatura	119
Tabela 6 – Brasil: PL Nº 6787/2016 – 2017 – 55ª Legislatura	120
Tabela 7 – Brasil: PEC Nº 6/2019 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – 2019 – 56ª Legislatura	121
Tabela 8 – Brasil: Comparativo entre o total de votos favoráveis da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar Evangélica, que resultaram na aprovação de propostas ultraliberais	122
Tabela 9 – Brasil: Votação do PL Nº 8035/2010 – Plano Nacional de Educação – 2014 – 54ª Legislatura	127

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Sobre o preconceito contra os gays nas escolas, você diria que:	108
Figura 02: Independente da sua opinião anterior, o preconceito contra os gays é um tema que o MEC deveria incluir no currículo escolar, sim ou não?	109
Figura 03: Você sabe explicar o que é Ideologia de Gênero, sim ou não?	109

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APH: Aparelhos Privados de Hegemonia

CD: Câmara dos Deputados

CONAE: Conferência Nacional de Educação

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

BSH: Programa Brasil sem Homofobia

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base

EC: Emenda à Constituição

ESP: Escola sem Partido

FEEMS: Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FNE: Fórum Nacional de Educação

FPE: Frente Parlamentar Evangélica

IES: Instituição de Ensino Superior

MEC: Ministério da Educação

MS: Mato Grosso do Sul

ONU: Organização das Nações Unidas

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PEE: Plano Estadual de Educação

PEE/MS: Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul

PHS: Partido Humanista da Solidariedade

PL: Projeto de Lei

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PME: Plano Municipal de Educação

PME/CG: Plano Municipal de Educação de Campo Grande

PNE: Plano Nacional de Educação

PP: Partido Progressistas

PR: Partido da República

PRB: Partido Republicano Brasileiro

PRP: Partido Republicano Progressista

PRTB: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSL: Partido Social Liberal

PT: Partido dos Trabalhadores

PTC: Partido Trabalhista Cristão

PTdoB: Partido Trabalhista do Brasil

REME: Rede Municipal de Ensino de Campo Grande

RCC: Renovação carismática católica

STF: Supremo Tribunal Federal

UCDB: Universidade Católica Dom Bosco

UEMS: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD: Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	18
1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	18
2 LEVANTAMENTO DOS RELATÓRIOS DE PESQUISA APRESENTADOS JUNTO AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (2014-2019)	30
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA DE DADOS	48
4 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA: O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO ADOTADO COM VISTAS A MELHOR ELUCIDAR A PROPOSTA APRESENTADA, NO TOCANTE À ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE – PME (2015-2014) – MS	52
CAPÍTULO I – ESTADO MODERNO E CAPITALISMO: A REGULAÇÃO ESTATAL NA DEFESA DE UM PROJETO DE SOCIEDADE	55
1.1 GÊNERO E RELIGIÃO: A CONTRAOFENSIVA DA IGREJA CATÓLICA E A CRIAÇÃO DO SINTAGMA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”	66
1.1.1 O avanço da contraofensiva católica no Brasil	75
1.2 O NEOCONSERVADORISMO E SUA EVOLUÇÃO NO CONTEXTO POLÍTICO DO ESTADO BRASILEIRO	79
1.2.1 A ascensão dos evangélicos no Legislativo Federal	83
CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO ESCOLA SEM PARTIDO: ATUAÇÃO IDEOLÓGICA NA DEFESA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO (ANTI)DEMOCRÁTICO	94

2.1 A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE O SINTAGMA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A CONTINUIDADE DA ORGANIZAÇÃO ESCOLA SEM PARTIDO	106
2.2 FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E SUA PROPOSTA MORAL: HEGEMONIA E SUBALTERNIDADE	112
2.3 A VERTENTE CONSERVADORA ULTRALIBERAL PÓS-GOLPE E AS PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO: ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL	117
2.4 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: DISPUTAS MORAIS E INTERESSES NEOLIBERAIS EM TRÂMITE	125
CAPÍTULO III – O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE – PME (2015-2024), MATO GROSSO DO SUL: DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO EM DISPUTA FRENTE AO PROJETO NEOCONSERVADOR	131
3.1 AS ETAPAS PREPARATÓRIAS, CONFERÊNCIAS LIVRES, MUNICIPAIS, E/OU INTERMUNICIPAIS, ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO TEXTO-BASE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL	134
3.2 A ARTICULAÇÃO DURANTE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE – PME (2015-2024): “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA CENTRALIDADE DO PROCESSO DE APROVAÇÃO	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158

REFERÊNCIAS	165
--------------------	------------

APÊNDICES	177
------------------	------------

APÊNDICE A – Votação da Frente Parlamentar Evangélica no Projeto de Lei nº 8035/2010, durante a 54ª Legislatura (2011 – 2015)	177
---	-----

APÊNDICE B – Votação da Frente Parlamentar Evangélica nas seguintes proposituras: Abertura de processo de impeachment/2016; PEC nº 241/2016; PL nº 6787/2016, durante a 55ª Legislatura (2015 – 2019)	179
---	-----

APÊNDICE C – Votação da Frente Parlamentar Evangélica na aprovação da PEC Nº 6/2019, durante a 56ª Legislatura (2019 – 2023)	184
--	-----

APÊNDICE D – Votação das emendas supressivas/modificativas, na aprovação Plano Municipal de Educação – PME/CG – 2015-2015, na Câmara Municipal de Campo Grande/MS, durante a 9ª Legislatura (2013 – 2016)	189
---	-----

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), teve seu processo de elaboração e aprovação marcado por disputas sociais antagônicas que foram travadas por um projeto de sociedade, o qual reflete a disputa por um projeto de educação. Decorrente de um longo processo legislativo, iniciado em dezembro de 2010 e permeado por inúmeros debates e tensionamentos, foi aprovado pela Câmara dos Deputados em abril de 2014, estabelecendo as diretrizes da educação nacional para o decênio 2014 – 2024. Durante o seu processo de aprovação na Casa Legislativa, entre os debates travados em torno da destinação de verbas para a educação, ganhou destaque a discussão voltada às questões de gênero e sexualidade constantes no Projeto de Lei submetido ao Parlamento.

Além das discussões sobre maior investimento do governo no financiamento do ensino público pela destinação de verbas com uma porcentagem significativa dos recursos de fundos públicos - para a educação e outras, a inclusão da referência às desigualdades de gênero e à diversidade ocuparam o centro da polêmica. (ROSADO-NUNES, 2015, p. 1241).

A temática relacionada às questões de gênero e a diversidade sexual passaram a ocupar o cerne dos debates que antecederam a votação do PNE (2014 – 2024) em decorrência da consolidação do conservadorismo moral ou neoconservadorismo, que fez uso de uma agenda moral e religiosa voltada à defesa de valores ligados à família e a moralidade cristã. A utilização do termo “ideologia de gênero” como principal bandeira dos atores políticos que constituem a pauta dos costumes, contribuiu no silenciamento desta temática entre os dispositivos aprovados no texto convertido em lei.

Existe um consenso entre os analistas de que foi a tramitação do Projeto de Lei n. 8.035/2010, ou Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2011 a 2020, no Congresso Nacional, que incrementou a difusão entre os parlamentares das teses de intelectuais e ativistas católicos/católicas sobre a agenda dos movimentos feministas. A partir daí, o embate dos setores católicos e evangélicos conservadores com o Poder Executivo, as feministas,

os coletivos LGBTQI e os movimentos de direitos humanos se acirrarão (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 94).

As disputas travadas em torno das questões voltadas à diversidade sexual e de gênero, bem como o uso político-ideológico do sintagma¹ “ideologia de gênero” estiveram presentes nas edições dos diversos planos estaduais e municipais de educação em âmbito nacional, marcando o avanço das forças neoconservadoras, através da presença de grupos que não desejavam a abordagem destas questões pela escola e atuaram em consonância com a pauta neoliberal com vistas a interferir de forma direta na política educacional.

No debate ocorrido em torno do Plano Nacional de Educação, e sub-sequentemente em torno dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, o termo ideologia de gênero foi utilizado por quem defende posições tradicionais, reacionárias e até fundamentalistas em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher (REIS; EGGERT, 2017, p. 17).

No entanto, o envolvimento dos atores sociais em prol da educação também acompanhou o processo de aprovação dos planos estaduais e municipais de educação, de forma a evitar o silenciamento total desta temática e possibilitando que estas disposições permanecessem nos planos, ainda que de forma mais restrita. De acordo com o levantamento feito pela iniciativa “De olho nos planos”² no ano de 2016, foi possível identificar que 13 estados da federação incluíram menções à igualdade de gênero em seus respectivos planos, enquanto 12 estados não fizeram esta referência.

De acordo com a pesquisa, os estados do Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Alagoas e Rio Grande do Norte sancionaram seus respectivos planos com dispositivos relacionados às questões de gênero, enquanto os estados do Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Piauí, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins sancionaram seus respectivos planos silenciando esta questão (DE OLHO NOS PLANOS, 2016).

¹ Optou-se em adotar o termo “sintagma” (JUNQUEIRA, 2018), tendo em vista que esta unidade significativa permite identificar a relação existente entre o seu núcleo – ideologia – e seu determinante – gênero – de forma a melhor atender a proposta do presente trabalho. A formação desta unidade e sua utilização, devidamente contextualizada, será retomada no decorrer do texto.

² A iniciativa De Olho nos Planos busca ampliar e popularizar o debate público sobre a importância da participação de todos(as) no monitoramento de Planos de Educação. Disponível em: <https://www.deolhonosplanos.org.br/quem-somos/>. Acesso em 18/11/2020.

Verifica-se que em relação aos planos estaduais de educação, discussões voltadas às questões de gênero e sexualidade permearam com frequência as disputas que envolveram seus respectivos processos de aprovação, tensionando-se em cada caso a própria significação dada ao gênero, envolvimento inúmeras vezes por um conjunto de interesses nem sempre evidenciados na letra da lei:

Permanecem, portanto, as contradições nas disputas de poder pela contribuição do gênero na função social da educação e, se assim for, importa saber que não se trata da simples polarização contra ou a favor do gênero. O que está proposto pelos documentos também será tensionado nas relações dos planos estaduais e distrital com os poderes locais e destes com cada uma das instâncias do sistema educacional e suas respectivas escolas com ações para impedir que estabelecimentos de educação abordem o tema nas salas de aula, assim como ações para manter a temática (VIANNA; BORTOLINI, 2018, p. 20).

No tocante aos planos municipais, respeitando-se os limites do presente trabalho, a pesquisa identificou na literatura especializada uma pluralidade entre as disposições aprovadas. Em relação aos municípios do estado do Rio de Janeiro, “as questões de gênero e sexualidade não só aparecem muito pouco, como surgem de formas muito distintas de plano para plano, ora em estratégias relativas à formação docente, ora em metas associadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA)” (NAJJAR; MOCARZEL; MORGAN, 2020, p. 8).

Na região do Grande ABC Paulista houve uma forte influência da Igreja Católica sobre os vereadores no processo de aprovação dos respectivos planos municipais, destacando que “em todas as cidades da região, os planos foram alterados, sendo removidos quaisquer termos relacionados à ideologia de gênero ou à diversidade” (GARCIA; BIZZO, 2018, p. 353). No município de Curitiba/PR houve a total reestruturação do texto submetido à aprovação e no tocante ao texto final aprovado, “mesmo que o gênero tenha figurado como o papel central nesse movimento ultraconservador que tomou o cenário político-educacional, a exclusão da noção de diversidade foi bastante significativa” (CÉSAR; SILVA, 2019, p. 130).

Desta forma, as pesquisas levantadas permitem identificar que se trata de um movimento que acompanhou o pacto federativo em âmbito municipal e promoveu forte indução do nacional para o local no processo de aprovação dos respectivos planos estaduais e municipais de educação, como “recentemente foi a polêmica sob o rótulo de ‘ideologia de gênero’, quando

muitos municípios e estados retiraram de seus planos de educação a menção ao aprendizado de questões de gênero e sexualidade” (SEFFNER; PICCHETTI, 2016. p. 61).

Este movimento de indução reflete a atuação da pauta moral conservadora e seus atores políticos que promoveram uma forte reação nas questões votadas à diversidade sexual e de gênero, o que impactou de forma direta os textos aprovados nos diversos municípios da federação, conforme verifica-se na literatura especializada (NAJJAR; MOCARZEL; MORGAN, 2020; GARCIA; BIZZO, 2018; CÉSAR; SILVA, 2019).

Neste sentido, o Plano Municipal de Educação – PME (2015-2024) de Campo Grande, aprovado em alinhamento ao Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) e ao Plano Estadual de Educação – PEE (2014-2024), de Mato Grosso do Sul, sofreu os efeitos desta indução em seu processo de aprovação na Câmara Municipal, durante o qual foi possível identificar o silenciamento de maior parte dos dispositivos relacionados à diversidade sexual e de gênero constantes no Projeto de Lei apresentado pelo Executivo Municipal.

Desta forma, levantou-se o questionamento acerca das forças sociais e atores envolvidos durante este período histórico, no qual as discussões e embates em torno das questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, presentes no processo de elaboração dos planos de educação, marcaram o viés político-ideológico adotado pela pauta dos costumes na defesa de seu projeto de sociedade, diretamente relacionado ao seu projeto de educação, uma vez que a análise isolada deste mesmo período pode levar ao entendimento equivocado de que o conservadorismo religioso preocupa-se unicamente em atender o conjunto de interesses morais e religiosos, voltados à defesa de valores como a família tradicional cristã, em separado da agenda neoliberal.

Assim, pretende-se desvelar o processo de correlação de forças que permeou as discussões em torno das questões de gênero e sexualidade durante a aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PME (2015 – 2024), estado de Mato Grosso do Sul, que ocorreu em alinhamento ao Plano Estadual de Educação – PEE (2014 – 2024) e o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Para tanto, a análise considera que as disputas presentes na aprovação do PME/CG (2015 – 2024) não podem ser consideradas como relações sociais dadas, mas levando-se em consideração o movimento histórico que as engendra, uma vez que “o movimento da história produz as relações sociais” (MARX, 2017, p. 99).

Com o intento de clarear este processo, adotou-se a análise histórico-dialética do movimento que permeia os ciclos conjunturais nos quais se desenvolvem as relações entre o

Estado moderno e o sistema capitalista, verificando-se que no decorrer do tempo histórico e com o avanço das forças morais conservadoras, sujeitos da sociedade civil e representantes da sociedade política passaram a utilizar as questões ligadas a gênero e sexualidade como viés ideológico, na defesa de uma pauta moral e religiosa que se coaduna com a manutenção do projeto de sociabilidade burguesa, também entendido no presente trabalho como projeto de sociabilidade neoliberal, presentes na totalidade do sistema capitalista:

A consolidação desse novo projeto de sociabilidade burguesa vem-se processando ao longo das diferentes conjunturas de desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil, na medida em que o Estado brasileiro, enquanto Estado Educador, redefine suas práticas de obtenção do consentimento ativo e/ou passivo do conjunto da população brasileira (NEVES, 2005, p. 91)

A pauta dos costumes tomou espaço nos cenários nacional e local através da ampla difusão do sintagma “ideologia de gênero”, que desvela a forte presença da religião nas questões políticas, enquanto viés ideológico na disputa por seu projeto societário. Esta presença traduz a relação orgânica entre o Estado e a sociedade civil, mediante o fortalecimento de organizações advindas da sociedade civil e que atuam através da ossatura estatal de forma a ampliar o Estado. Entendidas como aparelhos privados de hegemonia, estas organizações são responsáveis por direcionar a ampliação do Estado em relação à sociedade, porém de acordo com a visão de mundo que atenda os interesses das classes dominantes.

A diversidade e multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia da nova direita no Brasil demonstram o processo de ampliação do Estado. Essa ampliação consiste em que o Estado não pode ser reduzido ou compreendido simplesmente a partir do conjunto de seus órgãos, agências e aparatos administrativos. Ele ‘amplia-se’ à medida que essas organizações de caráter patronal inscrevem seus projetos de hegemonia na ossatura material do Estado, universalizando-os, isto é, transformando-os em projetos ‘nacionais’ de ‘interesse da nação’, para o ‘bem-comum’ etc. (CASIMIRO, 2018, p. 458)

Inseridos nesta conjuntura, a Organização Escola sem Partido³ e segmentos da Igreja Católica atuam enquanto aparelhos privados de hegemonia em articulação direta com o

³ Embora apresentado como um Movimento, trata-se de um “organismo especializado, internamente centralizado e externamente vinculado, por sua instrumentalidade, a uma vertente político-partidária mais diversificada na sua composição” (ALGEBAILLE, 2017, p.66). Desta forma, para uma melhor categorização, adotar-se-á a terminologia “Organização Escola sem Partido” no decorrer deste trabalho.

legislativo, assumindo um caráter essencial na difusão e implementação da pauta moral diretamente vinculada às questões de gênero e sexualidade, que passam a ganhar projeção no cenário político-midiático em decorrência do alcance que estes aparelhos possuem nos diversos estratos sociais, atingindo de forma direta as políticas educacionais, como “recentemente foi a polêmica sob o rótulo de ‘ideologia de gênero’, quando muitos municípios e estados retiraram de seus planos de educação a menção ao aprendizado de questões de gênero e sexualidade” (SEFFNER, 2016, p. 61).

Os estudos voltados à diversidade sexual e de gênero perfazem um constructo teórico que fundamenta diversos setores da sociedade, desde movimentos sociais militantes na defesa de direitos ligados a minorias até as diversas formas de atuação do Estado, na construção de suas políticas públicas, fazendo com que o conceito de gênero adentre no cenário político de forma um tanto difusa, uma vez que “se tornou uma espécie de taquigrafia acadêmica que representa relações socialmente definidas entre mulheres e homens, mas seu significado e implicações do ponto de vista político nem sempre são tão claros” (STOLCKE, 1991, p. 103).

Utilizando-se desta peculiaridade difusa presente no campo político, estes aparelhos privados de hegemonia fazem uso do conceito de gênero de forma a atender os interesses da pauta moral e religiosa e contam com apoio irrestrito da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados, importante sujeito político coletivo⁴ que apoia de forma irrestrita a ampliação do Estado em direção dos interesses hegemônicos burgueses, utilizando da temática voltada às questões de gênero e sexualidade com a finalidade de obter maior capilaridade e ampliar o seu alcance entre as classes e frações de classes sociais.

A Organização Escola sem Partido, enquanto aparelho privado de hegemonia, chama a atenção por transitar entre a setores da sociedade política e civil. Utilizando-se de um viés ideológico com base na ameaça iminente de destruição da família, apropria-se do sintagma “ideologia de gênero” como principal bandeira, tornando-se uma das principais e mais efetivas aparelhagens do movimento neoconservador, com atuação voltada para as políticas educacionais, alinhada ao desmonte de políticas que visam diminuir as desigualdades sociais no tocante às questões de gênero e sexualidade.

⁴ Adotou-se esta denominação tendo em vista que a atuação desta Frente Parlamentar, conforme será aprofundada no decorrer do texto, demonstra uma ampla conexão com a pauta moral religiosa, aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil e interesses do próprio Estado em sentido estrito, de forma a demonstrar que “as ações de um sujeito político coletivo visam prioritariamente a uma determinada formação humana integral, o qual, obviamente, relaciona-se vivamente com todas as esferas referentes ao pensamento/ação, portanto, não somente a uma de suas facetas (SANT’ANNA, 2005, p. 255).

Para entender o seu alcance torna-se necessário inserir a Organização numa realidade mais complexa, em estreita correlação com a sociedade política neoconservadora e outros aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, como a Igreja Católica. Mediante tais considerações levantadas em caráter preliminar e a necessidade de se obter resultados que permitam desvelar o trâmite político-ideológico que se volta para um projeto de sociedade e de educação inseridos no contexto local, levanta-se a seguinte problemática: O processo de aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, traz elementos suficientes para desvelar as disputas travadas em torno das questões de gênero e sexualidade em relação ao movimento neoconservador durante o processo de construção da política educacional?

A presente investigação integra o projeto de pesquisa “Análise comparada das políticas educacionais nacionais nas Américas: contextos, movimentos e direito à educação” da linha de Pesquisa “História, Políticas e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação – curso de Mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), cujo objetivo geral é desvelar o processo de correlação de forças sociais que envolveram as questões relacionadas a diversidade sexual e de gênero na construção da política educacional no município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, durante o processo de aprovação de seu Plano Municipal de Educação – PME/CG (2015 – 2024), ocorrido em alinhamento ao Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul – PEE/MS (2014 – 2024) e ao Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024).

No sentido de encadear a discussão, tem-se como objetivos específicos: a) desvelar quais forças sociais se fizeram presentes no processo da construção do epicentro da política educacional quando a disputa pelo direito à educação foi tensionada entre sua ampliação e restrição; b) identificar por meio de quais estratégias atores sociais e aparelhos privados de hegemonia se organizaram para transformar sua pauta em política educacional; c) analisar os embates advindos das discussões travadas acerca das questões de gênero e sexualidade durante o processo de aprovação do PME/CG.

O lócus da pesquisa se volta ao município de Campo Grande, tendo em vista que o objeto de análise que se propõe a elucidar os objetivos propostos no presente trabalho consiste na aprovação do Plano de Educação deste Município. Para mapear as produções com similaridade à presente proposta de pesquisa, realizou-se uma busca junto ao portal *Google Acadêmico*, utilizando-se como descritores os termos: Plano Municipal de Educação de Campo

Grande; Política Educacional; Escola sem Partido; gênero; sexualidade. Dos resultados obtidos, formulou-se os seguintes resumos analíticos:

Quadro 1 - Resumo Analítico I

Produção	Artigo
Ano	2017
Autor	Jaqueline Ap. M. Zarbato; Vivina Dias Sol Queiroz
Título	REFLEXÕES SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE/MS E OS DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA ENSINADA
Palavras-chave	Gênero; Plano Municipal de Educação; História
Vínculo Institucional	UFMS
Objetivo geral	Refletir sobre os debates que fundamentaram o Plano Municipal de Educação, em Campo Grande/MS, (2015-2025), tendo em sua análise os ‘embates’ sobre a promulgação do documento, com as controvérsias sobre a inserção da abordagem e conceito de gênero
Metodologia	Pesquisa, bibliográfica e documental.
Principais Constatações	Percebe-se, como no caso do Plano Municipal de Educação em Campo Grande, a preocupação dos grupos religiosos em estabelecer o que seria trabalhado na escola, evidencia um ‘olhar estereotipado’ sobre gênero e sexualidade. E, ainda mais, evidencia o quanto o desenvolvimento do aprendizado no âmbito escolar é perpassado pelo externo a escola, por grupos conservadores, políticos conservadores que enveredam por se intrometer no currículo
Acesso	file:///C:/Users/Administrator/Downloads/7605-22832-1-PB.pdf

Fonte: Elaboração própria com base em Zarbato e Queiroz (2017).

Quadro 2 - Resumo Analítico II

Produção	Artigo
Ano	2019
Autor	Antônio Rodrigues Neto; Maurinice E. Wenceslau
Título	A EDUCAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NOS PLANOS DE EDUCAÇÃO: UM COMPARATIVO LEGAL
Palavras-chave	Escola sem Partido; Gênero e Diversidade Sexual; Cidadania
Vínculo Institucional	UFMS
Objetivo geral	Analisar, a partir de metodologia comparativa, as disposições dos três Planos de Educação legalmente aplicáveis no intervalo de sua pesquisa, de 2014 a 2018, na cidade de Campo Grande/MS. A partir do Plano Nacional de Educação (2014-2024), do Plano Estadual de Mato Grosso do Sul (2024-2025) e do Plano Municipal de Educação de Campo Grande-MS (2015-2025).
Metodologia	Metodologia comparativa, bibliográfica e qualitativa.
Principais Constatações	Em que pese a supressão das expressões “gênero” e “orientação sexual” da versão final do documento, o PNE (2014-2024) propõe, a partir do espaço escolar, o enfrentamento a todas as formas de discriminação,

	<p>dentre as quais se inserem as questões de gênero e diversidade sexual. O PEE-MS (2014-2024), por sua vez, além de reconhecer a importância da educação para o respeito à diferença, propõe expressamente a criação de materiais didáticos, a formação continuada dos profissionais da educação e a inserção nos projetos políticos pedagógicos sobre as questões de gênero e diversidade sexual. Em âmbito municipal, o PME-CG (2015-2025) apresenta conteúdo robusto sobre a temática. Além de, tal como os dois primeiros documentos, propor o enfrentamento a todas as formas de discriminação, o Plano Municipal acumula diversas previsões sobre gênero e diversidade, dentre as quais assegurar orientação e informação que assegurem o tratamento não diferenciado aos estudantes, funcionários e profissionais da educação, por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero.</p>
Acesso	<p>http://reunioessbpc.org.br/campogrande/inscritos/resumos/3031_195a240d030042b110c698b0bcbab0953.pdf</p>

Fonte: Elaboração própria com base em Rodrigues Neto e Wenceslau (2019a).

Quadro 3 - Resumo Analítico III

Produção	Artigo
Ano	2016
Autor	Roberta de Souza Salgado; Léia Teixeira Lacerda
Título	CONCEPÇÕES DE PROFESSORES/AS E ESTUDANTES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE, CAMPO GRANDE, MS
Palavras-chave	Escola sem Partido; Gênero e Diversidade Sexual; Cidadania
Vínculo Institucional	UFMS
Objetivo geral	Investigar as concepções de gênero e sexualidade evidenciadas nas narrativas de professores/as e estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública em Campo Grande – MS.
Metodologia	Abordagem qualitativa e com metodologia bibliográfica e documental.
Principais Constatações	No momento em que alunos/as têm suas especificidades e diversidade ignoradas, o contexto escolar não se aproxima de sua realidade social, provocando um distanciamento entre escola e estudantes e ter a compreensão da situação normativa que se coloca no ambiente escolar, além de problematizar essas relações de poder, contribui com professores/as no sentido de poderem mediar situações e viabilizarem, em sala de aula, questões que levem à consciência do empoderamento e ao protagonismo de estudantes
Acesso	<p>http://eventos.sistemas.uems.br/assets/uploads/eventos/88a59795508e69486b5c940014affe2c/anais/2_2016-11-13_15-06-25.pdf</p>

Fonte: Elaboração própria com base em Salgado e Lacerda (2016).

Quadro 4 - Resumo Analítico IV

Produção	Artigo
Ano	2019
Autor	Maurinice Evaristo Wenceslau; Antonio Rodrigues Neto

Título	ANÁLISE COMPARADA DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO E PROIBIÇÃO DA EDUCAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL
Palavras-chave	Pesquisa Qualitativa, Técnicas Da Comparação, Educação Em Gênero E Diversidade Sexual; Planos De Educação; Cidadania
Vínculo Institucional	UFMS
Objetivo geral	Analisar a “Educação em Gênero e Diversidade Sexual” prescritas em Planos de Educação Nacional, Estadual - Mato Grosso do Sul e Municipal – Campo Grande.
Metodologia	Pesquisa qualitativa, particularmente, nas técnicas da comparação
Principais Constatações	Nos discursos organizado em torno das áreas eleitas para a comparação, evidencia-se uma preocupação “prescrita” com as relações de gênero e sexualidade nos Planos (nacional, estadual e municipal). Contudo, pelo respeito a competência de sua aplicação, incorrem apenas na previsão de metas e estratégias estabelecidas como diretrizes educacionais para um período de dez anos, nos termos do artigo 214, da Constituição Federal (Brasil, 1988). Acresce-se a isso, que a representatividade da conquista em Direitos Humanos, com a previsão expressa da Educação em Gênero e Diversidade Sexual nas salas de aula, ainda, agudiza em torno dos embates políticos e religiosos da/na sociedade brasileira.
Acesso	https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2207

Fonte: Elaboração própria com base em Rodrigues Neto e Wenceslau (2019b).

Quadro 5 - Resumo Analítico V

Produção	Trabalho de Conclusão de Curso
Ano	2017
Autor	Rafaela Goya Chamorro
Título	EDUCAÇÃO EM GÊNERO: A INCONSTITUCIONALIDADE E INCONVENCIONALIDADE DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE E DOURADOS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL NO ANO DE 2015
Palavras-chave	Constitucionalidade; Convencionalidade; Direitos Humanos; Educação; Gênero
Vínculo Institucional	UFGD
Objetivo geral	Analisar se a retirada da educação em gênero dos planos municipais de educação de Campo Grande e Dourados do Estado do Mato Grosso do Sul foi inconstitucional e inconvenional.
Metodologia	Pesquisa bibliográfica, envolvendo diversas fontes como livros, artigos de periódicos acadêmicos e legislação
Principais Constatações	Vislumbrou-se a inconstitucionalidade e inconvenionalidade dos referidos planos educacionais, e, ainda, os argumentos rasos utilizados pelos vereadores para justificar a retirada da educação em gênero dos planos educacionais, afrontas aos direitos humanos previstos na Constituição Federal e nos tratados internacionais, mas que podem ser sanados pelo controle de

	convencionalidade e de constitucionalidade. A relevância em aplicar os referidos controles nos planos educacionais é de proporcionar ao indivíduo de ser mais humano, de respeitar a todos sem qualquer discriminação, é construir uma sociedade livre, justa e solidária, cujas ações, públicas e privadas, priorizem a dignidade da pessoa humana.
Acesso	http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2041/1/RafaelaGoyaChamorro.pdf

Fonte: Elaboração própria com base em Chamorro e Botelho (2019).

Quadro 6 - Resumo Analítico VI

Produção	Artigo
Ano	2018
Autor	Tatiana Lionço; Ana Clara de Oliveira Alves; Felipe Mattiello; Amanda Machado Freire.
Título	“IDEOLOGIA DE GÊNERO”: ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA QUE FORJA CIENTIFICIDADE PARA O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO
Palavras-chave	diversidade sexual; fundamentalismo religioso; ideologia de gênero; homofobia; transfobia
Vínculo Institucional	UNB
Objetivo geral	Evidenciar como as narrativas de discriminação e intolerância contra LGBTs e feministas, expressas nos materiais bibliográficos disponíveis no mercado editorial brasileiro, estão em consonância com os argumentos adotados no âmbito legislativo para a censura e criminalização do ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas.
Metodologia	Pesquisa Qualitativa; Análise documental e de conteúdo.
Principais Constatações	A fragilidade argumentativa que pode ser identificada nos livros que atacam os estudos de gênero é notória, sobretudo porque carecem de contextualização e evidências empíricas. De maneira geral, os estudos de gênero buscam evidenciar, com base em indicadores quantitativos e qualitativos a desigualdade, a discriminação e violência que decorrem das construções de gênero. Já detratoras/es da “ideologia de gênero” desenvolvem seus argumentos em base a visões de mundo que prescindem de evidência e facticidade. A principal diferença, no entanto, é político-epistemológica. Diz respeito como se identifica, como se descreve e se significa a diferença social. Os fundamentalistas religiosos cujas visões antidemocráticas se apoiam em argumentos contra a “ideologia de gênero” tem como projeto a sacralização da dita normalidade (da natureza, da ordem social, dos sexos). Em contraste, as perspectivas seculares e laicas alinhadas à epistemologia feminista e comprometidas com a democracia e os direitos humanos, recusa, criticamente, a subalternização de grupos e pessoas a normas socioculturais construídas que implicam violência, exclusão e discriminação. Também valorizam o dissenso e a diferença radical como fundamentos dos projetos de democracia.
Acesso	http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a11.pdf

Fonte: Elaboração própria com base em Lionço; Alves; Mattiello; Freire (2018).

Quadro 7 - Resumo Analítico VII

Produção	Artigo
Ano	2017
Autor	Maria Dilnéia Espíndola Fernandes
Título	O PERCURSO POLÍTICO-LEGISLATIVO DO PROGRAMA “ESCOLA SEM PARTIDO” EM CAMPO GRANDE, MS
Palavras-chave	Política Educacional. Poder Legislativo. Programa “Escola sem partido” no município de Campo Grande. Lei da Mordça. Movimentos Sociais.
Vínculo Institucional	UMFS
Objetivo geral	Analisar o percurso político-legislativo no município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, do Programa do Movimento “Escola sem Partido”.
Metodologia	Revisão bibliográfica e trabalhou-se com a legislação educacional da esfera federal e municipal e com material produzido pela imprensa e pelo movimento social.
Principais Constatações	Os protagonistas e adeptos do Movimento do Programa “Escola sem Partido” entraram em rota de colisão com distintos setores sociais durante a “II Conferência Intermunicipal de Educação de Campo Grande”, com vistas à CONAE 2014 e à elaboração do PME 2015-2025 e influenciaram decisivamente no conteúdo desse Plano, o que implicou restrição de direitos educacionais. Ainda tomaram, como palco de disputa por projeto de sociedade e de educação, a Câmara Municipal. O Poder Legislativo ali instituído, em sua maioria, representantes ou ideologicamente identificados com a classe social dos postuladores do Movimento “Escola sem Partido”, tentaram dar viabilidade ao projeto em questão.
Acesso	file:///C:/Users/Administrator/Downloads/8647432-Texto%20do%20artigo-25549-1-10-20170310.pdf

Fonte: Elaboração própria com base em Fernandes (2017).

Das produções relacionadas, o trabalho de Chamorro (2017), refere-se ao trabalho de conclusão de curso, vinculada à Universidade Federal da Grande Dourados e tem como objeto identificar se a retirada da educação em gênero nos planos municipais de educação de Campo Grande e Dourados foram inconstitucionais e inconventionais, mediante um olhar jurídico pautado nas disposições legais e tratados internacionais. As demais produções levantadas foram publicadas em formato de artigo científico, em periódicos reconhecidos pela área da educação. Em comum, as produções de Zarbato; Queiroz (2017), Neto; Wenceslau (2019a), Neto; Wenceslau (2019b) e Fernandes (2017), utilizaram o descritor Plano Municipal de Educação

de Campo Grande – PME (2015 – 2024) e as questões de gênero, no campo empírico das respectivas pesquisas realizadas.

Salgado; Lacerda (2016) trabalham com a questão de gênero sob à ótica das narrativas de professores e estudantes no contexto escolar. Lionço; Alves; Mattiello (2018) ampliam seu campo empírico, com vistas a analisar as narrativas de criminalização do ensino sobre gênero e sexualidade nas escolas. Neto e Wenceslau (2019a); Neto e Wenceslau (2019b) analisam os argumentos adotados no legislativo no decorrer de proposições que envolvem os descritores, comparando os planos nacional, estadual e municipal de educação, após sua aprovação em lei. Zarbato; Queiroz (2017) partem sua análise dos debates que fundamentaram o PME/CG (2015 – 2024), durante a sua promulgação. Fernandes (2017), aproxima-se da proposta apresentada ao correlacionar os descritores selecionados no contexto local.

A bibliografia levantada constitui-se de produções recentes que demonstram a necessidade de se estabelecer análises sobre o engendramento da pauta conservadora moral durante e após a edição de políticas educacionais no município de Campo Grande, voltadas às questões de gênero e sexualidade. Visando situar a pesquisa no contexto da produção de dissertações e teses, com o objetivo de averiguar se foi realizada análise sobre o engendramento desta pauta conservadora no Plano Municipal de Educação de Campo Grande, apresenta-se o item que segue no sentido de levantar a produção científica, de acordo com os critérios e justificativas a seguir estabelecidas.

2- LEVANTAMENTO DOS RELATÓRIOS DE PESQUISA APRESENTADOS JUNTO AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (2014-2019)

Entende-se que o levantamento bibliográfico dos relatórios apresentados no âmbito da pós-graduação constitui importante instrumento para apresentação de um relatório de pesquisa. Desta forma, a consulta ao banco de dados das instituições torna-se mecanismo necessário para contextualizar a pesquisa proposta num referencial mais amplo, com a finalidade de incentivar o debate e nortear os objetivos propostos.

Para tanto, optou-se em efetuar um levantamento das pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do estado de Mato Grosso do Sul, objetivando

identificar as discussões apresentadas em torno da temática da diversidade sexual e de gênero, durante a edição e aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PME (2015 – 2024) e as correlações de força estabelecidas entre o Legislativo e os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil. A opção pelo regional levou em consideração a proposta do presente trabalho, uma vez que “o singular é uma manifestação, no espaço convencionado, de como leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica. Universal e singular, nessa perspectiva, são indissociáveis” (ALVES, 2003, p. 28). Para tanto, definiu-se:

a) Descritores: Plano Municipal de Educação de Campo Grande; Política Educacional; Escola sem Partido; Gênero; Sexualidade. No refinamento dos dados, os relatórios de pesquisa selecionados deverão conter algum desses descritores no título do trabalho.

b) Período 2014 a 2019: Justifica-se essa limitação temporal tendo em vista a aprovação do Plano Nacional de Educação (2014-2024), no ano de 2014, e os anos seguintes dentro deste período histórico, que possibilitaram a realização de pesquisas sobre o objeto proposto.

c) Banco de dados: Inicialmente, realizou-se um levantamento junto à Plataforma Sucupira a fim de identificar os Programas de Pós-graduação em Educação – cursos de Mestrado e Doutorado – em funcionamento no estado de Mato Grosso do Sul, cuja, área básica e área de avaliação fossem em educação. Os resultados foram:

Quadro 8 - Levantamento dos Programas de Pós-graduação em Educação do MS

Instituição	Curso	Área de Concentração
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Campo Grande – MS	Mestrado Doutorado	Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) Corumbá – MS	Mestrado	Educação Social
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) Campo Grande – MS	Mestrado Doutorado	Educação
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Paranaíba – MS	Mestrado	Educação, Linguagem E Sociedade
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Campo Grande – MS	Mestrado Profissional	Formação de Educadores

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados – MS	Mestrado Doutorado	História, Políticas e Gestão da Educação
--	-----------------------	--

Elaboração própria com base na Plataforma Sucupira (BRASIL, 2020).

Com o levantamento das Instituições de Ensino Superior que possuem Programas de Pós-Graduação em Educação reconhecidos e em atividade, realizou-se a busca diretamente no portal informado pela plataforma sucupira em cada programa, com a leitura dos títulos dos trabalhos apresentados (teses e dissertações), levando-se em consideração os descritores escolhidos.

Tabela 1- Levantamento dos relatórios de pesquisa dos Programas de Pós-graduação do MS

IES	Descritores	Tese	Dissertação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campo Grande – MS	Plano Municipal de Educação de Campo Grande	0	0
	Política Educacional	0	1
	Escola Sem Partido	0	0
	Gênero	0	0
	Sexualidade	0	0
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Corumbá/CPAN – MS	Plano Municipal de Educação de Campo Grande	Não se aplica	0
	Política Educacional	Não se aplica	0
	Escola Sem Partido	Não se aplica	0
	Gênero	Não se aplica	5*
	Sexualidade	0	1*
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) – Campo Grande – MS	Plano Municipal de Educação de Campo Grande	0	0
	Política Educacional	1	2
	Escola Sem Partido	0	1
	Gênero	0	2*
	Sexualidade	0	2*
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Paranaíba – MS	Plano Municipal de Educação de Campo Grande	Não se aplica	0
	Política Educacional	Não se aplica	0
	Escola Sem Partido	Não se aplica	0
	Gênero	Não se aplica	3*
	Sexualidade		2*
Universidade Estadual de Mato	Plano Municipal de Educação de Campo Grande	Não se aplica	0

Grosso do Sul (UEMS) – Campo Grande – MS	Política Educacional	Não se aplica	0
	Escola Sem Partido	Não se aplica	0
	Gênero	Não se aplica	3*
	Sexualidade	0	2*
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados – MS	Plano Municipal de Educação de Campo Grande	0	0
	Política Educacional	0	0
	Escola Sem Partido	0	0
	Gênero	1	0
	Sexualidade	0	0

Fonte: elaboração própria.

* Título do trabalho contém dois descritores.

No tocante aos relatórios de pesquisa relacionados, foi levada em consideração para sua inclusão, a presença de cada descritor no título do trabalho, contudo observou-se a grafia no plural em alguns trabalhos, o que não descartou a sua inserção. Foi possível verificar que os descritores nem sempre foram utilizados no mesmo sentido que se propõe a presente pesquisa, no entanto foram considerados na relação inicial, uma vez que o objetivo proposto neste levantamento é justamente verificar a amplitude dos objetos presentes nos trabalhos apresentados. Feitas as considerações, segue a relação dos Resumos Analíticos levantados em âmbito das produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação do estado do Mato Grosso do Sul.

Quadro 9 - Resumo Analítico I em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Política Educacional
Título	EMPRESÁRIOS E EDUCAÇÃO: CONSENTIMENTO E COERÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO ENSINO MÉDIO
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	Vinícius de Oliveira Bezerra
Orientador/a	Silvia Helena Andrade de Brito
IES	UFMS – Campo Grande – MS
Palavras-chave	Política Educacional, Empresários, Reforma do Ensino Médio
Ano	2019
Objetivo geral	Analisar a correlação de forças em disputa no processo de concepção do Projeto de Lei (PL) nº 6.840/2013 e na discussão da Medida Provisória (MP) nº 746/2016, com foco na atuação empresarial, tendo em vista sua atual hegemonia nas políticas educacionais.
Coleta de dados	Bibliográfico e documental, observando os preceitos do materialismo histórico e dialético.

Principais constatações	o contexto de criação do PL nº 6.840/2013 significou a abertura de um novo espaço de disputas pelo ensino médio, no qual, em um primeiro momento, ocorreu a hegemonia do empresariado. Posteriormente, em um processo de reorganização, foi possível aos intelectuais orgânicos contra-hegemônicos impedir o avanço de algumas propostas defendidas pelos empresários. Contudo, em uma conjuntura política e econômica diversa, o projeto empresarial para o ensino médio retornou, em outras bases, na MP nº 746/2016. Nesse cenário prevaleceu a hegemonia empresarial, não sendo possível para outros intelectuais orgânicos materializarem suas demandas, uma vez que no âmbito no Congresso Nacional, e no plano social mais amplo, existia uma correlação de forças desfavorável.
-------------------------	---

Fonte: Elaboração própria com base em Bezerra (2019).

Quadro 10 - Resumo Analítico II em contexto sul-mato-grossense

Descriptor	Política Educacional
Título	POLÍTICA EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA UNIDADE INTEGRADA SESI SENAI NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GOIÁS (2006 – 2013)
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	Clésio Feliciano de Souza
Orientador/a	Jefferson Carriello do Carmo
IES	UCDB
Palavras-chave	Políticas Educacionais; Políticas de Formação de Professores; Ensino Técnico Profissional; SENAI; Rio Verde-GO.
Ano	2015
Objetivo geral	Investigar as políticas educacionais para a formação dos professores dos cursos técnicos profissionalizantes, e quais suas repercussões na Unidade Integrada SESI/SENAI no município de Rio Verde – GO.
Coleta de dados	pesquisa bibliográfica e análise documental
Principais constatações	no âmbito das Políticas de Formação de Professores para Educação Profissional Técnica, existem poucas regulamentações. As diretrizes encontradas abordam, com poucos argumentos pedagógicos e políticos, essa formação, o que, de certa forma, nos leva a inferir se não seria uma forma encontrada pelo Estado de se desobrigar dessa formação, levando em consideração uma possível “submissão consentida” entre Estado e Instituições de Educação Profissional no sentido de que essa formação não seja de forma efetiva. Quanto a UISSRV, como foi possível verificar, por meio da pesquisa, há uma preocupação com a formação tanto inicial quanto continuada de seus docentes, já existindo uma política institucional de contratação de docentes com formação pedagógica e também amparo legal para complementação pedagógica em cursos de formação continuada.

Fonte: Elaboração própria com base em Souza (2015).

Quadro 11 - Resumo Analítico III em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Política Educacional
Título	NÚCLEO DE ATIVIDADES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO (NAAH/S): POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	Graziela Cristina Jara Pegolo dos Santos
Orientador/a	NADIA BIGARELLA
IES	UCDB
Palavras-chave	Políticas Públicas Educacionais. NAAH/S de Mato Grosso do Sul. Educação Especial.
Ano	2019
Objetivo geral	Analisar o NAAH/S como órgão impulsionador de políticas públicas para alunos com altas habilidades/superdotação no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2006 a 2018
Coleta de dados	Coleta, sistematização e análise de documentos produzidos em âmbito federal e estadual, tais como mensagens à Assembleia Legislativa, programas educacionais, documentos produzidos pela Secretaria de Estado de Educação e pelo Ministério da Educação
Principais constatações	Os resultados permitiram evidenciar que a política de criação do NAAH/S, no estado de Mato Grosso do Sul, vem, ao logo do tempo, mantendo ações com pouco recursos, pequenas conquistas em relação ao atendimento educacional, o que deixa um significativo contingente de alunos sem seus direitos garantidos conforme prescreve a legislação.

Fonte: Elaboração própria com base em Santos (2019).

Quadro 12 - Resumo Analítico IV em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Política Educacional
Título	O “PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE” NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: IMPLEMENTAÇÃO NOS MUNICÍPIOS-POLO DE CAMPO GRANDE E PARANAÍBA/MS – 2003 A 2010
Dissertação/Tese	Tese
Autor/a	Jassonia Lima Vasconcelos Paccini
Orientador/a	Regina Tereza Cestari de Oliveira
IES	UCDB
Palavras-chave	Política educacional. Educação especial. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.
Ano	2014
Objetivo geral	analisar como o Programa se constituiu no âmbito das políticas educacionais e sua implementação nos municípios-polo sul-mato-grossenses de Campo Grande e Paranaíba, no período de 2003 a 2010.
Coleta de dados	Análise documental e entrevistas semiestruturadas
Principais constatações	Os resultados mostram que o Programa lançado em 2003 estava inserido no Projeto Plurianual de implementação da educação inclusiva: acesso e qualidade para todos nos municípios brasileiros. Em 2007, inseriu-se no Plano de Ações Articuladas (PAR), integrante do Plano de

	Desenvolvimento da Educação (PDE), como instrumento de política de educação inclusiva para a educação básica.
--	---

Fonte: Elaboração própria com base em Paccini (2014).

Quadro 13 - Resumo Analítico V em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Escola Sem Partido
Título	A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	Maria Eduarda de Souza Nunes
Orientador/a	NADIA BIGARELLA
IES	UCDB
Palavras-chave	Programa Escola sem Partido. Políticas Educacionais. Limitação da liberdade de expressão. Oposição a educação democrática
Ano	2019
Objetivo geral	Analisar a concepção de educação expressa na proposta do Programa Escola sem Partido (PESP), que tem como mote inserir nas políticas públicas educacionais ações estratégicas que atendam e não se oponham as finalidades do sistema econômico, desconsiderando a educação como direito social e opondo-se à educação democrática.
Coleta de dados	pesquisa documental, teórica e bibliográfica
Principais constatações	A pesquisa revelou que esse programa traz graves consequências à políticas democracias, pois quer substituir o direito ao exercício da cidadania, a qual implica liberdade, participação e igualdade por ações que remetem ao totalitarismo, na tentativa de limitar a liberdade de expressão, tendo com base ideia de que a escola não deve ser um espaço de debate de várias ideologias políticas, de defesa dos direitos do trabalhadores, de diversos conhecimentos e culturas, mas sim, um espaço que precisa conservar a transmissão de conhecimento sem juízo de valor, ou seja, reproduzir os valores da sociedade burguesa.

Fonte: Elaboração própria com base em Nunes (2019).

Quadro 14 - Resumo Analítico VI em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero
Título	GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA - MS
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	Leandro Batista de Castro
Orientador/a	Maria Helena Bimbatti Moreira
IES	UEMS - Paranaíba
Palavras-chave	Gênero. Diversidade Sexual. Professoras. Educação Básica. Sexualidade
Ano	2016

Objetivo geral	Investigar como professoras do Ensino Fundamental I na Rede Pública Municipal de Ensino em Paranaíba, interior do estado de Mato Grosso do Sul, concebem e abordam vivências sobre gênero e diversidade sexual pelas manifestações de seus alunos.
Coleta de dados	Aplicação de entrevistas semiestruturadas. Pesquisa qualitativa.
Principais constatações	Observou-se que grande parte das concepções que as professoras, no Município de Paranaíba – MS têm sobre gênero e diversidade sexual deriva de suas experiências pessoais, e que a falta de parâmetros e esclarecimentos sobre esses temas ainda lhes acarreta grandes dificuldades de atuação.

Fonte: Elaboração própria com base em Castro (2016).

Quadro 15 - Resumo Analítico VII em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero
Título	FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) EM GÊNERO, RAÇA E ETNIA: CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	Rosana Monti Henkin
Orientador/a	Bartolina Ramalho Catanante
IES	UEMS – Campo Grande
Palavras-chave	Gênero. Raça/etnia. Educação. Formação docente.
Ano	2015
Objetivo geral	Analisar se houve transformações na comunidade escolar a partir do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), oferecido a professores e a professoras da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande (Reme), por meio de análise da transformação das relações, da rotina escolar e do fazer pedagógico
Coleta de dados	Entrevistas semiabertas
Principais constatações	Percebemos uma escola que cria e reproduz estereótipos, resultante de cultura colonialista patriarcal e racista, mas que pode contribuir para a reconstrução das funções sociais de homens e mulheres, caso proporcione o questionamento de ações, práticas, e construa novos referenciais a partir das perspectivas de gênero e raça/etnia

Fonte: Elaboração própria com base em Henkin (2015).

Quadro 16 - Resumo Analítico VIII em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero
Título	AS MULHERES E A FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO E GÊNERO NA REGIÃO DE CORUMBÁ-MS
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	GISELLY DIAS MARIANO NARIMATSU
Orientador/a	Tiago Duque
IES	UFMS-CPAN
Palavras-chave	Mulheres e a Física; Educação e Gênero; Ciência e Profissão; Ensino de Ciências.

Ano	2019
Objetivo geral	Analisar as percepções de estudantes do “sexo” feminino do ensino público na região de Corumbá-MS em relação à profissão de Física, com base na perspectiva de gênero
Coleta de dados	entrevistas semiestruturadas; método de análise de prosa distribuída em tópicos gerais;
Principais constatações	Preconceitos nas relações escolares desestimulam a entrada de mulheres na Física

Fonte: Elaboração própria com base em Narimatsu (2019).

Quadro 17 - Resumo Analítico IX em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero; sexualidade
Título	Corpo e questões de gênero e sexualidade nas atividades circenses em uma escola de Corumbá/MS
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	Mauro Palmeira Mota
Orientador/a	Tiago Duque
IES	UFMS-CPAN
Palavras-chave	Corpo; Gênero e Sexualidade; Atividades Circenses; Educação Física escolar; Escola
Ano	2017
Objetivo geral	Analisar as normas e convenções sociais em relação ao corpo visto a partir das questões de gênero e sexualidade nas atividades circenses em uma escola de Corumbá, MS
Coleta de dados	etnográfico
Principais constatações	Os resultados mostram que essas atividades circenses, nessa escola, é genericada. Para as/os próprias/os alunas/os, os exercícios e/ou movimentos são destinados às meninas ou aos meninos. As próprias normas e convenções sociais em relação a corpo, gênero e sexualidade, estão inseridas e, por muitas/os, reiteradas nesse contexto.

Fonte: Elaboração própria com base em Mota (2017).

Quadro 18 - Resumo Analítico X em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero
Título	MENINAS DA GUERRILHA: GÊNERO E EDUCAÇÃO EM SITUAÇÃO DE CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	YANETH DURAN BARON
Orientador/a	Cláudia Araújo de Lima
IES	UFMS-CPAN
Palavras-chave	Educação, conflito armado, guerrilha colombiana, meninas da guerrilha
Ano	2017
Objetivo geral	Numa perspectiva científica, ainda existem vazios não alcançados em pesquisas das áreas da educação, de equidade de gênero e sobre a introdução de processos de cultura de paz nas regiões da guerrilha que acometeu a

	Colômbia nos últimos 50 anos, com foco na questão da inclusão de meninas e adolescentes ex-combatentes do conflito armado, na educação formal
Coleta de dados	Análise documental nacional e internacional, seleção e leitura aprofundada de bibliografia relacionada às temáticas abordadas no estudo, entrevistas semiestruturadas e estudo de caso.
Principais constatações	Verificou-se que as proposições do Acordo de Paz assinado recentemente ainda não apresentam reflexos na área da educação, no entanto, vislumbra possibilidades, embora os sujeitos entrevistados não se sintam preparados para resolver questões dentro e fora da escola numa situação de pós-conflito, seja pelo desconhecimento sobre políticas públicas para meninas excombatentes da guerrilha, antes e após os acordos entre o governo colombiano e as FARC-EP ou por outras representações sociais

Fonte: Elaboração própria com base em Baron (2017).

Quadro 19 - Resumo Analítico XI em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero
Título	CORPOS E GÊNERO: REPRESENTAÇÕES DAS CRIANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E MÚLTIPLA NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS.
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	ROBERTA DE OLIVEIRA MAISATTO
Orientador/a	Constantina Xavier Filha
IES	UFMS-CPAN
Palavras-chave	Deficiência intelectual, Corpos, Gêneros, Pesquisa com crianças
Ano	2014
Objetivo geral	Investigar as representações de um grupo de crianças consideradas com deficiência intelectual sobre os temas corpo e gênero
Coleta de dados	Desenhos e oralidades foram coletados mediante atividades lúdicas sobre a constituição do corpo feminino e do masculino, metodologia que teve embasamento nas Pesquisas com Crianças, com enfoque em estudos relativos à Sociologia da Infância
Principais constatações	Analisando os desenhos, as falas e as maneiras como as crianças contribuíram nas atividades com suas visões de mundo, pensamos que muito do que estava presente nas ideias e concepções delas a respeito dos corpos e do gênero possui relação com o que elas vivem, com suas relações na e com a cultura. Ou seja, as realidades culturais expressas pelo grupo de crianças nas atividades da pesquisa conduzem-nos ao encontro daquilo que é cultura na realidade em que elas estão inseridas. Além de fazer parte da cultura dessas crianças, estas representações participam da construção da identidade das mesmas, estabelecendo elementos na constituição de suas subjetividades.

Fonte: Elaboração própria com base em Maisatto (2014).

Quadro 20 - Resumo Analítico XII em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero
Título	“Mulher não pode fazer o que eu fiz”: gênero e educação da prisão no estabelecimento penal feminino de Corumbá, Mato Grosso do Sul

Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	BRUNA FERNANDA SANTOS SILVEIRA
Orientador/a	Tiago Duque
IES	UFMS-CPAN
Palavras-chave	Educação da Prisão, Gênero, Mulher
Ano	2019
Objetivo geral	Analisar como a educação da penitenciária feminina de Corumbá (MS) se relaciona com as questões de gênero
Coleta de dados	Estudo qualitativo que realiza pesquisa de campo por meio de entrevista semiestruturada
Principais constatações	A educação da prisão, por parte do Estado, propõe um trabalho voltado para o enquadramento das (re)educandas em diferentes dimensões como: religião cristã, comportamentos discretos, relações familiares (maternidade), dentre outros.

Fonte: Elaboração própria com base em Silveira (2019).

Quadro 21 - Resumo Analítico XIII em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero
Título	RELAÇÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO DE UMA ESCOLA ESTADUAL COM ALTO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	CLEIR SILVÉRIO FERREIRA ROSA
Orientador/a	Ruth Pavan
IES	UCDB
Palavras-chave	Relações de gênero, Currículo, Ensino Fundamental II.
Ano	2016
Objetivo geral	Analisar as relações de gênero presentes no currículo dos anos finais do Ensino Fundamental de uma escola com alto Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2011, em Campo Grande, MS
Coleta de dados	A abordagem da pesquisa é qualitativa e utiliza como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com os professores e professoras, além dos dados disponíveis no Banco de Dados do INEP.
Principais constatações	Entre os professores e professoras da escola pesquisada o discurso é de negação das diferenças de gênero. Eles não percebem essas diferenças, ainda que estejam latentes, pulsando pelos corredores, nas filas, no convívio cotidiano da escola. Por fim, podemos perceber que a ênfase do currículo da escola pesquisada, conforme as entrevistas fornecidas pelos professores e professoras, são os conteúdos cobrados na avaliação em larga escala.

Fonte: Elaboração própria com base em Rosa (2016).

Quadro 22 - Resumo Analítico XIV em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Sexualidade
-----------	-------------

Título	DE “MANEQUIM FUNERÁRIO” A MESTRE EM EDUCAÇÃO: um estudo sobre as questões da sexualidade e do corpo nas relações vividas na escola
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	LEONARDO BRANDÃO DELVALLE REGIS
Orientador/a	Flavinês Rebolo
IES	UCDB
Palavras-chave	medo; corpo; homossexualidade; narrativa autobiográfica; queer
Ano	2019
Objetivo geral	Compreender como as questões da sexualidade e do corpo são vividas nas relações no ambiente escolar, a partir de uma narrativa autobiográfica do autor sobre os processos escolares frente ao medo pela diferença sentida “na pele” por ser homossexual numa sociedade heteronormativa
Coleta de dados	Narrativa autobiográfica e da experiência
Principais constatações	Constatou-se a necessidade de discutir a educação por meio de uma pedagogia escolar que permita o incômodo, o desconforto como propulsores de processos educativos que permitam a expressão das diferenças, o sentir e a abertura para as incertezas, pertencentes à vida.

Fonte: Elaboração própria com base em Regis (2019).

Quadro 23 - Resumo Analítico XV em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero; Sexualidade
Título	GÊNERO, SEXUALIDADE E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ADOLESCÊNCIA: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA SOARES
Orientador/a	José Licínio Backes
IES	UCDB
Palavras-chave	Identidades de gênero, educação, infecções sexualmente transmissíveis.
Ano	2019
Objetivo geral	Analisar como os professores lidam com as diferentes identidades de gênero e sexualidade de seus alunos que estão em vulnerabilidade social, identificando preocupações relacionadas a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis.
Coleta de dados	Entrevistas semiestruturadas, com questões relacionadas aos objetivos da pesquisa
Principais constatações	A discussão realizada pelos docentes em relação às identidades de gênero ainda é muito incipiente na escola e não raras vezes, visões discriminatórias e estereotipadas circulam na escola. Há ainda muito desconhecimento tanto em relação às questões das identidades de gênero e sexualidade, quanto à legislação, perceptível, sobretudo, quanto ao direito em relação ao uso no nome social e do Decreto Estadual que dá suporte legal para as pessoas trans frequentarem a escola. Esses desconhecimentos e os processos discriminatórios acabam contribuindo para o aumento do número de adolescentes com doenças sexualmente transmissíveis, causando constrangimento e sofrimento para muitos

	adolescentes, principalmente, quando vivem em situação de vulnerabilidade social.
--	---

Fonte: Elaboração própria com base em Soares (2019).

Quadro 24 - Resumo Analítico XVI em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero
Título	AS RELAÇÕES DE GÊNERO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E VIVÊNCIAS NO COTIDIANO ESCOLAR
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	CRISTIANE PEREIRA LIMA
Orientador/a	Léia Teixeira Lacerda
IES	UEMS/CG
Palavras-chave	Anos iniciais do Ensino Fundamental. Relações de Gênero. Prática Pedagógica.
Ano	2019
Objetivo geral	Descrever e analisar as relações de gênero a partir de práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula com crianças na faixa etária entre sete e oito anos de idade, de uma turma dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
Coleta de dados	Levantamento bibliográfico.
Principais constatações	A partir dos resultados desta pesquisa, esperamos contribuir com os estudos de gênero no campo da Educação, possibilitando maneiras outras de conceber e lidar com essas relações no espaço escolar, distanciando-se, assim, da forma binária de ver o mundo, regulamentada pelo senso comum.

Fonte: Elaboração própria com base em Lima (2019).

Quadro 25 - Resumo Analítico XVII em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero; sexualidade
Título	RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE: VOZES DE PROFESSORES/AS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL – CAMPO GRANDE, MS
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	ROBERTA DE SOUZA SALGADO
Orientador/a	Léia Teixeira Lacerda
IES	UEMS/CG
Palavras-chave	Relações de Gênero; Sexualidade; Ensino Fundamental.
Ano	2018
Objetivo geral	Objeto de investigação as relações de gênero e sexualidade, investigando vozes de professores/as do 9º ano do Ensino Fundamental que atuam em Campo Grande, MS.
Coleta de dados	Bibliográfica, documental e exploratória.
Principais constatações	Como resultado desta pesquisa, podemos evidenciar que os/as professores/as não receberam formação continuada que abordasse as categorias gênero e sexualidade nos últimos dez anos, o que pode indicar uma lacuna na formação continuada no município de Campo Grande-MS.

Fonte: Elaboração própria com base em Salgado (2018).

Quadro 26 - Resumo Analítico XVIII em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero; Sexualidade
Título	RELAÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE: NARRATIVAS DE PROFESSORAS E DE CRIANÇAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE TEMPO INTEGRAL, GOIÁS
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	Joana D'arc Moreira Alves
Orientador/a	Léia Teixeira Lacerda
IES	UEMS/Paranaíba
Palavras-chave	Relações de Gênero. Sexualidade. Escola de Tempo Integral. Narrativas.
Ano	2014
Objetivo geral	Compreender como ocorre a constituição das relações de gênero e de sexualidade para as crianças que estudam em uma Escola de Tempo Integral, a fim de promover uma reflexão entre os professores, sobre esse importante tema do desenvolvimento humano.
Coleta de dados	Pesquisa de campo, do tipo qualitativa, com a utilização metodológica das narrativas, o que possibilita a interação do pesquisador diretamente com os participantes da pesquisa.
Principais constatações	Os resultados demonstraram a dificuldade das professoras quanto ao trabalho dos temas de gênero e sexualidade em sala de aula; a superficialidade com que esses assuntos são abordados; o despreparo desses profissionais, quanto a esses conteúdos, temáticas que dizem respeito, também, à sua vida privada, sexual e afetiva; a ausência desses conteúdos na matriz curricular; e, a ausência da oferta de Cursos de Formação Continuada sobre essa temática nas Escolas Integrais. Entretanto, os resultados também indicaram caminhos alternativos direcionados ao contexto de gênero, sexualidade e práticas pedagógicas, com o intuito de valorizar as narrativas das crianças como protagonistas da educação sexual, trabalhando aspectos reais de seus interesses sobre as relações de gênero e as vivências da sexualidade no ambiente escolar, o que muito contribuiu para a formação integral do aluno, proposta central do projeto Escola Integral no Brasil.

Fonte: Elaboração própria com base em Alves (2014).

Quadro 27 - Resumo Analítico XIX em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero
Título	VIOLÊNCIAS DE GÊNERO MEDIANTE PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM PARANAÍBA/MS
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	JÚNIOR TOMAZ DE SOUZA
Orientador/a	Maria José de Jesus Alves Cordeiro
IES	UEMS/Paranaíba
Palavras-chave	Violência. Sexualidade. Identidade. Gênero. Escola.
Ano	2015
Objetivo geral	Investigar a percepção sobre homofobia/bifobia/transfobia/lesbofobia construída dentro do espaço escolar por estudantes do Ensino Médio de uma

	escola estadual no município de Paranaíba/MS, bem como identificar e caracterizar os fatores que motivam comportamentos hostis em relação a essas expressões da sexualidade e da identidade de gênero.
Coleta de dados	Pesquisa bibliográfica e de campo, com utilização da técnica de um grupo focal, dentro de uma abordagem qualitativa.
Principais constatações	Como resultado da pesquisa podemos apontar uma abertura da escola quanto ao desenvolvimento da discussão sobre sexualidade. Entretanto, por meio do grupo focal foi identificada a partir dos relatos dos participantes, a ausência dessa discussão durante toda a trajetória escolar deles. Os participantes demonstraram interesse na discussão do tema durante todos os encontros, o que sugere a presença da vontade de saber e falar sobre a sexualidade no espaço escolar. Quanto à violência diante das expressões da sexualidade na escola, na percepção dos participantes ela parece não existir, o que sugere certo desconhecimento de outros sentidos de violência para além da materialização física da mesma. Desconhece-se, por exemplo, a violência simbólica praticada pela instituição escolar quanto ao silenciamento sobre outras expressões da sexualidade em seu currículo diferentes da heterossexualidade.

Fonte: Elaboração própria com base em Souza (2015).

Quadro 28 - Resumo Analítico XX em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Gênero
Título	TEMPOS DE ESCRITAS: MEMORIAIS DE INFÂNCIA, DOCÊNCIA E GÊNERO
Dissertação/Tese	Tese
Autor/a	MÍRIA IZABEL CAMPOS
Orientador/a	Magda Sarat
IES	UFGD
Palavras-chave	História da Educação; Abordagens (auto)biográficas; Histórias de mulheres; Educação no Mato Grosso do Sul.
Ano	2018
Objetivo geral	Inventariar um arquivo pessoal para conhecer, descrever e apreender as marcas da educação feminina escritas em memoriais de infância (auto)biográficos, por mulheres/acadêmicas do curso de Pedagogia, problematizando questões de gênero.
Coleta de dados	O corpus documental da investigação ficou constituído por histórias de 20 mulheres/acadêmicas nascidas nas décadas de 1980 e 1990, nas cidades de Amambai, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados e Rio Brillhante do estado de Mato Grosso do Sul, estudantes do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, tendo elas cursado disciplinas relativas à infância e educação infantil nos anos de 2013, 2014, 2016 e 2017.
Principais constatações	Escrever memoriais de infância constituiu-se em um caminho para contornar o silêncio das mulheres/acadêmicas, o que possibilitou compreender a educação feminina, bem como pensar a docência na Pedagogia ressignificando o lugar da mulher na profissão, na perspectiva de ser alguém que possa efetivamente contribuir para a mudança de gerações futuras, cuidando e educando meninas e meninos de maneira igualitária.

Fonte: Elaboração própria com base em Campos (2018).

Quadro 29 - Resumo Analítico XXI em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Sexualidade
Título	VOZES DE ESTUDANTES E DOCENTES SOBRE SEXUALIDADES E HOMOFOBIA NA ESCOLA: CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE SEXUALIDADES NÃO HETERONORMATIVAS
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	FLÁVIO LUIZ PEZZI GOUVEA
Orientador/a	Léia Teixeira Lacerda
IES	UEMS/CG
Palavras-chave	Homofobia. Instituição escolar. Inclusão.
Ano	2019
Objetivo geral	Compreender como a instituição escolar pode se constituir em um espaço de reflexão e promoção da cidadania por meio da inclusão de estudos de gênero, sexualidades e homofobia.
Coleta de dados	Roda de conversa, uma entrevista semiestruturada, pelo preenchimento de um formulário de dados sociodemográficos, bem como pelas informações registradas no diário de campo, analisados posteriormente de acordo com os pressupostos da abordagem qualitativa de pesquisa
Principais constatações	1)posicionamentos contrários de parte dos professores aos estudos de gênero sexualidades e homofobia; 2)naturalização da homofobia; 3)experiências e proximidade afetiva com LGBTs; 4)desconhecimento sobre as questões de gênero, sexualidades e homofobia; 5)religiosidade como eixo para ações de homofobia e indiferença.

Fonte: Elaboração própria com base em Gouvea (2019).

Quadro 30 - Resumo Analítico XXII em contexto sul-mato-grossense

Descritor	Sexualidade
Título	SEXUALIDADE E CURRÍCULO: A educação sexual no Currículo Oficial do Estado de São Paulo para o Ensino Médio
Dissertação/Tese	Dissertação
Autor/a	Emerson André de Godoy
Orientador/a	Maria José de Jesus Alves Cordeiro
IES	UEMS/Paranaíba
Palavras-chave	Currículo. Sexualidade. Professores e professoras. Educação sexual. Andradina - SP
Ano	2014
Objetivo geral	Compreender como a sexualidade e seus desdobramentos são tratados, enquanto conteúdo curricular do Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Estado de São Paulo, e identificar as dificuldades dos professores e professoras que lecionam nas escolas públicas estaduais da cidade de Andradina-SP possuem em relação ao tema.
Coleta de dados	Investigação de natureza qualitativa a partir de uma pesquisa bibliográfica.
Principais constatações	Como resultado da pesquisa observa-se que a complexidade ético-moral que perpassa o assunto sexualidade e educação sexual gera nos professores e

	professoras incertezas e medos, seja pela ausência de formação e informações ou pela falta de apoio da escola, da família e até mesmo de instituições governamentais.
--	---

Fonte: Elaboração própria com base em Godoy (2014).

Diante dos dados levantados, foi possível identificar que o descritor “Política Educacional” foi encontrado em quatro trabalhos, dos quais Bezerra (2019) adentra no campo das correlações de forças hegemônicas e contra-hegemônicas presentes no Congresso Nacional e no plano social em relação à hegemonia empresarial, enquanto os demais trabalhos adentram no campo das políticas públicas em educação em correlação com o processo de formação de professores (Souza, 2015) e educação especial (Santos, 2019), sem correlação direta com a proposta apresentada neste trabalho.

O trabalho de Nunes (2019), traz o descritor “Escola Sem Partido” mediante análise de sua proposta em correlação ao sistema econômico, opondo-se à educação democrática. O descritor “Plano Municipal de Educação de Campo Grande”, não foi encontrado de forma direta no título dos trabalhos pesquisados.

No tocante ao descritor “Gênero”, os estudos de Castro (2016), Henkin (2015), Mota (2017), Rosa (2016), Soares (2019), Lima (2019), Salgado (2018), Alves (2014) e Souza (2015), abrangem as relações de gênero nas vivências e relacionamentos presentes nos diversos contextos do cotidiano escolar, tanto pelas perspectivas dos alunos e alunas quanto do corpo docente.

Os trabalhos perfazem temas como a concepção de professoras da educação básica nas vivências sobre questões de gênero e sexualidade com seus alunos (Castro, 2016), impactos na comunidade escolar no tocante às questões de gênero a partir do curso Gênero e Diversidade na Escola (Henkin, 2015), normas e convenções sociais em relação ao corpo visto a partir das questões de gênero e sexualidade nas atividades circenses no contexto escolar (Mota, 2017), relações de gênero presentes no currículo dos anos finais do Ensino Fundamental (Rosa, 2016), relação de professores em relação às diferentes identidades de gênero e sexualidade de seus alunos que estão em vulnerabilidade social (Soares, 2019), relações de gênero a partir de práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula (Lima 2019), as relações de gênero e sexualidade, investigando vozes de professores/as (Salgado, 2018), constituição das relações de gênero e de sexualidade para as crianças que estudam em

uma Escola de Tempo Integral (Alves, 2014) e no tocante à percepção sobre homofobia/bifobia/transfobia/lesbofobia construída dentro do espaço escola (Souza, 2015).

Os demais trabalhos ampliam as relações de gênero em diversos contextos, Narimatsu (2019) analisa as percepções de estudantes do “sexo” feminino do ensino público na região de Corumbá-MS em relação à profissão de Física, Baron (2017) trabalha com a inclusão de meninas e adolescentes ex-combatentes em conflito armado, Maisatto (2014) investiga as representações de um grupo de crianças consideradas com deficiência intelectual sobre os temas corpo e gênero, Silveira (2019) debruça-se sobre as questões de gênero e educação no estabelecimento penal feminino de Corumbá/MS e Campos (2018) analisa as marcas da educação feminina escritas em memoriais de infância (auto) biográficos, por mulheres/acadêmicas.

Referente ao descritor “sexualidade”, as pesquisas se voltam para as relações entre sexualidade e o ambiente escolar, através das experiências vividas. O trabalho de Gouvea (2019), visa a instituição escolar como espaço de promoção da inclusão dos estudos de gênero e sexualidade, Godoy (2014) relaciona a presença desta temática no conteúdo curricular e as dificuldades enfrentadas por professores e professoras e Regis (2019) adentra na análise autobiográfica sob os processos escolares do autor enquanto homossexual numa realidade heteronormativa. Os trabalhos de Mota (2017), Soares (2019), Salgado (2018) e Alves (2014) possuem ambos os descritores “Gênero” e “Sexualidade” nos respectivos títulos e foram analisados no descritor “Gênero”.

Não se encontrou no levantamento efetuado trabalho destinado a contextualizar o processo de aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande/MS no tocante a temática ligada à diversidade sexual e de gênero, o que demonstra a importância da presente investigação, tendo em vista a necessidade de desvelar este mesmo processo, de forma a promover o melhor entendimento acerca dos atores e mecanismos que atuaram no momento histórico proposto, com a finalidade de consolidar no tempo presente seu projeto societário, com vistas a interferir nos processos de elaboração da política educacional.

3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE COLETA DE DADOS

A presente pesquisa teve por objetivo analisar o processo de correlação de forças sociais na construção da política educacional em contexto municipal, com ênfase nas disputas e debates relacionados às questões de gênero e sexualidade durante o processo legislativo destinado à aprovação do Plano Municipal de Educação em Campo Grande – PME (2015-2024), Mato Grosso do Sul, através do Projeto de Lei nº 8055/15 (CAMPO GRANDE, 2015b) que tramitou na Câmara de Vereadores deste município, tendo em vista o prazo estabelecido pela Lei Federal nº 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), em consonância com a Lei Estadual nº 4.621/2014 – Plano Estadual de Educação – PEE (2014-2024).

Justifica-se relevante o estudo da temática no âmbito social, atendendo o pressuposto de que “os trabalhos apresentem relevância científica e social, ou seja, estejam inseridos num quadro teórico em que fiquem evidentes a sua contribuição ao conhecimento já disponível e a opção por temas engajados na prática social” (ANDRÉ, 2001, p. 59). Conforme o levantamento feito sobre as produções nos Programas de Pós-Graduação em Educação do estado do Mato Grosso do sul, foi possível constar a existência de trabalhos que se voltam à análise das políticas educacionais e das questões de gênero e sexualidade no contexto da educação, nos quais a proposta deste trabalho se insere de forma a contribuir na produção do conhecimento.

O processo de correlação de forças toma forma mediante a relação estabelecida entre os documentos levantados e os diversos atores vinculados neste processo, o que se percebe no decorrer do texto em consonância com os objetivos propostos. O presente trabalho pretende dialogar com os documentos analisados de forma a desvelar os processos de disputas presentes na elaboração da política educacional, pois estes documentos “expressam não apenas diretrizes para a educação, mas articulam interesses, projetam políticas, produzem intervenções sociais” (EVANGELISTA, 2012, p. 53).

Desta forma, trabalhou-se com a pesquisa bibliográfica e documental, legislação educacional, documentos produzidos no âmbito da esfera civil organizada, notícias e a literatura pertinente, uma vez que “a análise deve ser densa, fundamentada, trazendo as evidências ou as provas das afirmações e conclusões. Consideramos que deve ficar evidente o avanço do conhecimento, ou seja, o que cada estudo acrescentou ao já conhecido ou sabido”. (ANDRÉ, 2001, p.59)

A coleta dos documentos que integram o campo empírico da pesquisa, foi realizada entre os anos de 2019 e 2020, abrangendo o início da pandemia de COVID-19 que superou, até

a escrita final do presente trabalho, o trágico número de 250.000 mortes no Brasil. Por conseguinte, esta situação afetou o levantamento documental dado os critérios de distanciamento físico e as medidas sanitárias e de saúde adotados. Os documentos oficiais de caráter público advindos da Câmara dos Deputados, foram consultados no respectivo portal desta casa mediante árdua busca, uma vez que se encontram indexados em processos complexos e de difícil localização, como foi o caso das votações plenárias e notas taquigráficas das sessões deliberativas.

No tocante à Câmara Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, as buscas não foram satisfatórias inicialmente, uma vez que a maior parte dos documentos oficiais utilizados na pesquisa não estavam disponíveis para consulta on-line. Desta forma, com supedâneo na Lei Federal nº 12.527/2011 (BRASIL, 2011c), foram solicitados através do Portal da Transparência daquela casa os documentos públicos necessários à pesquisa, mediante o envio de requerimentos e o acompanhamento regular através de outros canais como e-mails e telefonemas com vistas a garantir sua disponibilização, tendo em vista que o contato presencial estava impossibilitado devido a pandemia.

Em relação aos documentos da Frente Parlamentar Evangélica, após o envio de três requerimentos direcionados ao Portal da Transparência da Controladoria Geral da União, posteriormente ao Portal da Câmara dos Deputados e finalmente no e-mail informado pela secretaria da referida Frente Parlamentar, não houve nenhum retorno sobre os dados públicos solicitados. Portanto a pesquisa tomou por base os documentos disponíveis no portal da Câmara dos Deputados, sendo que demais documentos que permitiriam aprofundar a análise, também de caráter público, não estão disponíveis para consulta.

O registro sobre a coleta documental torna-se necessário, uma vez que os documentos pesquisados são de caráter público e, desta feita, deveriam ser de fácil acesso e livre consulta, tendo em vista que todos os órgãos estatais pesquisados possuem portais ativos na internet. Inobstante a dificuldade presente em levantar documentos que deveriam ser de acesso universal, tendo em vista sua natureza pública, durante a evolução da pandemia de COVID-19, o Governo Federal publicou a Medida Provisória 928, de 23 de março de 2020, que restringia o direito à informação de órgãos públicos, suspendendo a vigência da Lei de Acesso à Informação num período crítico.

Embora o Supremo Tribunal Federal tenha concedido liminar suspendendo a eficácia desta Medida Provisória (BRASIL, 2020c), o Fórum de Direito de Acesso a Informações

Públicas demonstra que a Pandemia de COVID-19 foi utilizada como argumento para restrição de informações públicas (FÓRUM DE DIREITO DE ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS, 2020). Em consonância com o período de retração democrática, característico do atual governo, foi possível verificar durante o levantamento documental deste trabalho que o acesso à informação também passa por um processo gradativo de desmonte, o que se torna necessário destacar, tendo em vista que este processo comprometerá de forma direta futuros trabalhos e pesquisas que dependam de documentos públicos.

A análise desenvolvida abrange uma temporalidade determinada, para tanto adotou-se como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 2014, com a publicação da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE (2014 – 2024) e o ano de 2015, com a publicação da Lei Municipal nº 5.565, de 23 de junho de 2015 (CAMPO GRANDE, 2015), que aprovou o Plano Municipal de Educação – PME (2015 – 2024) de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, durante o qual foi possível identificar os atores presentes no processo de correlação de forças através dos embates e discussões sobre as questões de gênero e sexualidade durante o processo de aprovação dos referidos planos, levando-se em consideração os desdobramentos destas disputas até o tempo presente.

Neste período foi possível desvelar o engendramento da pauta moral conservadora – neoconservadorismo – e o processo de correlação de forças presente na construção da política educacional através de uma análise voltada às questões de gênero e sexualidade que permearam o processo de aprovação do PME/CG, levando-se em consideração que o referencial utilizado pretende situar o recorte temporal adotado dentro de uma totalidade social, com a finalidade de demonstrar que o objeto da pesquisa deriva de um constructo anteriormente existente, uma prática anterior que permite a compreensão da realidade social, tendo em vista que “o contraponto passado e presente é essencial, se se trata de explicar ou compreender a realidade social” (IANNI, 1990, p.31).

O recorte temporal adotado foi necessário para o aprofundamento do conhecimento, tendo em vista que as estratégias e forças sociais presentes no processo de construção da política educacional no contexto municipal encontram-se inseridas numa totalidade, qual seja a sociedade capitalista, eivada por contradições e disputas por projetos antagônicos de sociedade. A compreensão do real é dificultada pelo fato de que se constitui um todo complexo de relações que só podem ser compreendidas na forma de redução em seu recorte, no isolamento, mediante

a percepção de que a realidade possibilita sua investigação justamente no conjunto de sua complexidade relacional. O mérito do trabalho investigativo é poder expressar, pela parte reduzida do enfoque, a totalidade de relações expostas e, muitas vezes, ocultas no cotidiano. (GHEDIN, 2011, p. 174)

Através de uma perspectiva histórica e dialética foi possível proceder a análise da conjuntura atual, representada por “ciclos de menor duração, em que se podem vislumbrar as particularidades e singularidades de disputas por projetos de sociedade” (FERNANDES, 2018, p. 29). Estes ciclos conjunturais fazem com que a sociedade se concretize de forma dialética, dentro do movimento histórico da produção capitalista, com vistas a tornar concreto o objeto proposto:

O que dá concretude a esse mesmo objeto? O que o torna concreto? É o seu caráter histórico, isto é, o fato de esta situação singular conter em si elementos universais e, portanto, não observáveis, impossíveis de serem apreendidos, senão por meio da teoria. Não de qualquer teoria, mas daquelas que permitem a compreensão da historicidade do objeto, teorias que ao serem formuladas conseguiram apreender o movimento do conjunto dos homens na produção da vida, suas contradições, seus embates, ao longo dos tempos. (SOUZA, 2003, p.3)

A análise aprofundada da atual conjuntura política e social e a investigação sobre as estratégias dos atores sociais envolvidos durante o jogo de interesses que permeou todo o processo trazido ao debate, dentro do recorte proposto, evidentes nas contradições existentes, demonstraram que:

Em qualquer sociedade onde existam relações que envolvam interesses antagônicos, as ideias refletem essas diferenças. E, embora acabem por predominar aquelas que representam os interesses do grupo dominante, a possibilidade mesma de se produzir ideias que representam a realidade do ponto de vista de outro grupo reflete a possibilidade de transformação que está presente na própria sociedade. Portanto, é de se esperar que, num dado momento, existam representações diferentes e antagônicas do mundo. (ANDERY, 1996, p. 15)

Desta forma, através da utilização de pressupostos gnosiológicos e ontológicos, a presente pesquisa direcionou-se no sentido de buscar uma visão de “totalidade, contradição, mediação e alienação, ideologia e práxis” (FRIGOTTO, 2010, p. 83), mediante o levantamento,

análise e discussão dos dados coletados, na busca de novas conceituações teóricas que pudessem contribuir na maneira de analisar a realidade, mediante “um olhar articulador dos vários elementos constitutivos da pesquisa e a recuperação dos fatores históricos relativos às condições de produção da pesquisa”. (GAMBOA, 2013, p. 78).

Para análise do contexto local, utilizou-se como estratégia de pesquisa o estudo de caso quando “o importante é que haja critérios explícitos para a seleção do caso e que este seja realmente um ‘caso’, isto é, uma situação complexa e/ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão (ALVES-MAZZOTTI, 2016, p. 650), com a finalidade de analisar o engendramento da política neoconservadora, presente nas discussões legislativas durante a elaboração e aprovação do Plano Municipal de Educação do município de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, levando-se em consideração a atuação da pauta dos costumes e seus aparelhos privados de hegemonia, que ganharam força no cenário nacional a partir do ano de 2011, com a projeção de pânico morais ligados a falaciosa “ideologia de gênero” e se projetam diretamente na aprovação do PNE (2014-2024), atuando paralelamente na competência comum dos estados e municípios durante a aprovação dos seus respectivos Planos.

4 – ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA: O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO ADOTADO COM VISTAS A MELHOR ELUCIDAR A INVESTIGAÇÃO PROPOSTA, NO TOCANTE À ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE PRESENTES NO PROCESSO DE APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE – PME (2015-2014) – MS

A investigação proposta nesta dissertação teve por objetivo adentrar nas discussões presentes no processo de elaboração e aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PME (2015-2024), com vistas a desvelar o processo de correlação de forças sociais na construção da política educacional no município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, tendo como marco teórico o processo de construção e aprovação de seu Plano Municipal de Educação – PME (2015 – 2024) em alinhamento ao Plano Estadual de Educação – PEE (2014 – 2024) e ao Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), uma vez que “a implementação e o alinhamento entre planos nacional e municipais remetem a novas disputas entre atores e sujeitos, explicando a correlação de forças sociais específicas” (FERNANDES, 2017, p. 100).

Assim, foi necessário recorrer à análise histórico-dialética do sistema capitalista em sua base estrutural, partindo-se de sua relação histórica com o Estado e posteriormente o engendramento deste sistema no Estado brasileiro, com vistas a elucidar os projetos de sociedade em disputa, de forma a identificar os aparelhos privados de hegemonia que atuam em consonância com o avanço de forças neoconservadoras, através de uma agenda moral que impacta diretamente as questões de gênero e sexualidade, presentes na elaboração da política educacional. Sem esta retomada histórica, a análise do contexto local tornar-se-ia ineficaz, pois não alcançaria os resultados esperados na presente pesquisa. Para tanto, o trabalho encontra-se organizado em três capítulos, no sentido de elucidar as seguintes temáticas:

O capítulo intitulado “Estado Moderno e capitalismo: a regulação estatal na defesa de um projeto de sociedade” tem por objetivo desvelar a presença do Estado em relação ao sistema capitalista, na consolidação de uma hegemonia voltada a atender os interesses das classes dominantes, o que permite elucidar o papel dado à religião na consolidação da pauta dos costumes e sua adesão junto às classes e frações de classe dos trabalhadores, possível por intermédio da ampliação do Estado, ao abranger a atuação de aparelhos privados de hegemonia destinados a garantir a unidade ideológica dominante de acordo com o projeto de sociabilidade burguesa.

Na sequência, o capítulo “Organização Escola Sem Partido: atuação ideológica na defesa de um projeto de educação (anti)democrático”, volta-se para a atuação e estratégias presentes na Organização Escola sem Partido enquanto aparelho privado de hegemonia que atua junto ao Poder Legislativo – Estado Ampliado – com a finalidade de obter o controle na elaboração de políticas educacionais, mediante a nova vertente da pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005), que se engendra na sociedade pautado na democracia capitalista (WOOD, 2011), via Estado Educador (FERNANDES, 2018, p.27).

Uma vez analisados os caminhos que delineiam os atuais projetos de sociedade em disputa no cenário brasileiro, o capítulo “O Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PME (2015-2024), Mato Grosso do Sul: diversidade sexual e de gênero em disputa frente ao projeto de sociabilidade neoliberal” permite adentrar no contexto político-legislativo que se estabeleceu durante o processo de aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PME (2015-2024) em torno das disputas travadas nas questões de gênero e sexualidade, bem como identificar o processo hegemônico de indução advindo das esferas nacional e estadual, voltado a retirar os dispositivos correlatos, diante da articulação dos coletivos sociais que tomaram

frente num processo contra-hegemônico em prol da educação pública e da diversidade sexual e de gênero.

1 ESTADO MODERNO E CAPITALISMO: A REGULAÇÃO ESTATAL NA DEFESA DE UM PROJETO DE SOCIEDADE

Com o objetivo de desvelar o processo de disputas entre os diversos atores sociais na defesa de seu projeto de sociedade e de educação no tocante às questões de gênero e sexualidade, presentes nos debates ocorridos durante o processo de construção e aprovação da Lei Municipal nº. 5.565, de 23 de junho de 2015, que instituiu o Plano Municipal de Educação de Campo Grande 2015-2024 (com alteração posterior pela Lei Municipal nº 5.992, de 19 de abril de 2018) em alinhamento ao Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul 2014-2024 e ao Plano Nacional de Educação 2014-2024 aprovados respectivamente pelas Leis nºs. 4.621, de 22 de dezembro de 2014 e 13.005, de 25 de junho de 2014 (CAMPO GRANDE, 2015; MATO GROSSO DO SUL, 2014; BRASIL, 2014), este capítulo apresenta o movimento de correlação de forças sociais na conjuntura atual que se expressa pelo binômio manutenção e disputa por um projeto de sociedade.

Para tanto, pretende-se através da análise histórico-dialética das relações existentes entre Estado e Capitalismo, elucidar o papel dado à esfera moral conservadora e seus desdobramentos, bem como a sua contribuição no processo de consolidação do atual conservadorismo presente na política nacional, que beneficiou a burguesia frente a exclusão cada vez mais crescente da classe trabalhadora, dado o momento de crise estrutural do capital.

A análise histórica permite acompanhar o desenvolvimento de ciclos conjunturais que perfazem o tempo presente, geralmente entendido enquanto realidade natural e imutável. Estes ciclos permitem uma visão mais estruturada de determinadas conjunturas e os movimentos orgânicos presentes nas sociedades política e civil no decorrer do tempo histórico tendo em vista a ampliação do Estado, necessária ao desenvolvimento da análise proposta.

Atualmente, a consolidação do conservadorismo moral decorre de um movimento neoconservador de caráter global e reflete os interesses da burguesia neoliberal, materializados numa “dialética atrofiada” (MÉSZÁROS, 2015) do sistema capitalista, ao adotar a sua preservação enquanto interesse maior. Como parte deste sistema, aparelhos privados de hegemonia como a Organização Escola sem Partido e a Igreja Católica operam, via Estado Educador, em consonância com o projeto de sociedade hegemônico burguês, no atendimento dos interesses neoliberais.

Ou seja, o Estado “educa para o consenso”, organizando elementos da sociedade civil “na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de

desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes” (LIGUORI; VOZA, 2017, p.262).

Esta categoria torna-se essencial na análise proposta, que visa desvelar a articulação existente entre a Organização Escola sem Partido e a Frente Parlamentar Evangélica, em consonância com neoconservadorismo e a pauta dos costumes, inseridos no movimento de expansão do sistema capitalista, no qual o “Estado assume cada vez mais um papel educador, na medida que passa a propor a condução de amplos setores da população a uma reforma intelectual e moral adequada ao projeto de sociabilidade dominante e dirigente” (NEVES, 2005, p.16).

O que se percebe, portanto, é a disputa de forças por um projeto de sociedade que atenda aos interesses da burguesia neoliberal, com vistas à preservação do sistema capitalista, mediante a regulação Estatal e atuação de esferas da sociedade civil e política. Esta relação orgânica se desenvolve no decorrer dos ciclos conjunturais envoltos na atual crise estrutural do sistema capitalista, uma vez que “entender o mundo de hoje implica nos debruçarmos sobre uma realidade social comprometida em todos os seus poros pela crise estrutural do capitalismo” (PANIAGO, 2012, p.59)

Assim, considera-se o avanço do neoconservadorismo enquanto fenômeno global que adentrou no cenário político nacional aliado ao setor religioso, mediante a difusão do sintagma “ideologia de gênero” no consenso social, principalmente após a criação e consolidação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo Federal, importante sujeito político coletivo destinado a implementar na política educacional o projeto de sociedade defendido pelas classes dominantes.

O neoconservadorismo não se restringe aos atores religiosos, no entanto estes se tornam centrais nas disputas que perfazem a pauta moral, uma vez que defendem “em diversos espaços, uma perspectiva moral que serviria de base para a regulação da vida social e reprodutiva de toda a população”. (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 13)

O Estado moderno figura historicamente como instituição indispensável para o sistema capitalista, pois constitui a “materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural” (MÉSZÁROS, 2011, p. 121), tendo em vista a necessidade de acumulação crescente do capital, por meio de um movimento centrífugo de expansão, que seria incontrolável não fosse a coesão Estatal.

A interdependência existente entre Estado e Capitalismo perpassa as diversas crises conjunturais do sistema capitalista no decorrer do tempo histórico e demonstra a necessidade do papel regulatório do Estado, cuja intervenção tornou-se vital para a garantia dos interesses da classe dominante na consolidação de seu projeto de sociedade, pautados na reprodução do sistema:

O Estado moderno, portanto, na essência, apresenta-se como uma mediação política cuja função é a realização das prioridades reprodutivas do sistema do capital, e para tanto tem que se adaptar a cada circunstância histórica, ou melhor, encontrar os meios mais apropriados a cada fase específica do desenvolvimento capitalista, definindo diferentes conformações históricas segundo os mesmos interesses dominantes. (PANIAGO, 2012, p.70).

Esta mediação foi essencial no período compreendido entre o final do século XIX e começo do século XX, quando o excesso de produção pós-revolução industrial provocou uma crise na conjuntura do sistema capitalista, a qual colocou em risco sua expansão. A solução encontrada para a reprodução do sistema foi a globalização do capital na busca de novos mercados, através da formação de grandes oligopólios que necessitavam de altos investimentos para a sua criação e manutenção.

Assim, o Estado foi o único a dispor de recursos suficientes para os altos investimentos necessários a expansão global e com retorno a longo prazo, demonstrando a importância de sua função regulatória na conservação do modo de produção vigente, assumindo naquele momento histórico papel fundamental de garantidor financeiro no equilíbrio do sistema econômico:

A presença das grandes corporações e do Estado, tanto quanto o decisivo papel cumprido pela incerteza na ação de todos os agentes econômicos, dissolve a ilusão de uma racionalidade puramente econômica. Reaparece, no primeiro plano, com fundamental importância no desdobramento conjuntural, a razão política. (FIORI, 2003, p. 54).

Ou seja, a manutenção das relações globais de dominação durante o movimento de expansão imperialista só foi possível pelos altos investimentos por parte Estado, ao adotar uma postura contrária à teoria liberal que defendia o princípio da não intervenção do Estado nas relações privadas. Desta forma, houve uma alteração significativa na relação entre Estado e

sociedade, ao se consolidar a presença das grandes corporações e suas estruturas financeiras globais na circulação do poder econômico:

A substituição do indivíduo-cidadão pelas corporações, da vontade coletiva pela decisão tecnocrática e da competição dos novos interesses – nos âmbitos do mercado e da sociedade civil – nas disputas no interior das instâncias executivas estatais passaram a ser o traço dominante dessa nova realidade. (FIORI, 2003, p. 22).

O Estado também passa a atuar no interior da superestrutura legal e política do capital, de forma a garantir seu equilíbrio, através da coordenação de suas unidades reprodutivas particulares, representadas pelas empresas de caráter local, uma vez que tais unidades visam apenas seus interesses particulares na obtenção de lucro e acumulação, sem considerar o contexto financeiro mais amplo.

A organização destas unidades tornou-se essencial, uma vez que se estavam inseridas num universo de outras unidades autônomas que, dentro de suas respectivas esferas individuais de produção, não possuíam a capacidade de se organizar de forma cooperativa e coordenada, tendo em vista a “completa ‘ausência’ ou ‘falta’ de coesão básica dos microcosmos socioeconômicos constitutivo do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 123).

Desta forma, o Estado se inter-relaciona com o capitalismo através de uma codeterminação em sua base, a qual garante a coesão entre as unidades autônomas, caracterizadas por um forte viés individualista e mantendo a materialidade e equilíbrio da estrutura capitalista, atuando como “o complemento perfeito das exigências internas desse sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 122).

O sistema capitalista, contraditoriamente, passa a depender cada vez mais do Estado, não no tocante a sua existência, mas no que se refere a sua regulação, garantindo o seu processo sociometabólico de expansão e acumulação. Para tanto, o Estado assume a finalidade política de alienar⁵ a produção e o controle, partícipes do processo de acumulação do capitalismo, frente

⁵ No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado na qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade – e à atividade ela mesma (BOTTMORE, 2012, p.6).

à sociedade pois, embora garanta o seu equilíbrio, em momento algum ameaçou o controle dos meios de produção por parte da burguesia hegemônica:

É por isso que, no sistema do capital, os critérios totalmente fetichistas da expansão têm de se impor à sociedade também na forma de separação e alienação radicais do poder de tomada de decisões de todos – inclusive as ‘personificações do capital’, cuja ‘liberdade’ consiste em impor a outros os imperativos do capital – e em todos os níveis de reprodução social, desde o campo da produção material até os níveis mais altos da política. (MÉSZÁROS, 2011, p.131).

Desta forma, as duas grandes guerras objetivaram direcionar o sistema capitalista na busca de novos mercados em zonas que dispusessem de riquezas aptas à dominação e exploração do grande capital e pudessem resolver momentaneamente a crise conjuntural daquele momento histórico, revelando, na verdade, a delimitação e consolidação de mercados imperialistas, voltados a consolidar de forma mais abrangente sua dominação.

No desdobramento desta conjuntura, marcada pela crise cíclica do capital, despontam diversos atores inseridos na esfera econômica, ocupando distintas posições. O Estado assume o papel de regulador do mercado, na garantia de reprodução do sistema, demonstrando que “a intervenção do Estado cumpre papel fundamental na reprodução do sistema econômico, desacreditando-se o mercado enquanto mecanismo autorregulador” (FIORI, 2003, p .53).

Sempre atendendo os interesses das classes dominantes, o Estado contribuiu para que a economia retomasse seu crescimento, contudo levando em consideração a necessidade de manter a alienação da classe trabalhadora, tendo em vista evitar possíveis ameaças contra o projeto neoliberal em curso. Para tanto, concedeu benefícios sociais à classe trabalhadora, como uma forma de compensação, visando estimular a expansão do consumo através do aumento de seu poder aquisitivo e conseqüente dependência do capital. Esta conjuntura prosperou por algumas décadas, mas logo entrou novamente em crise devido ao esgotamento dos recursos necessários ao seu desenvolvimento devido a superprodução, inerente às crises do sistema capitalista.

Durante o final do século XX e início do século XXI, uma nova crise cíclica desponta no horizonte do sistema capitalista e o Estado mais uma vez é chamado a intervir, assumindo a responsabilidade. Porém desta vez, além do papel regulatório na coesão do sistema, é culpabilizado pela má gestão de recursos e gastos advindos dos benefícios anteriormente

destinados à classe trabalhadora. Não se levou em consideração que tais investimentos visaram, na verdade, atender o interesse expansionista do próprio capital, ao desonerar a iniciativa privada de gastos sociais como saúde e educação, além de incentivar o consumo da classe trabalhadora.

A iniciativa privada retoma o comando do mercado, sem levar em consideração o papel exercido pelo Estado, que foi aval de grandes corporações e intermediador entre a classe trabalhadora e a burguesia. A presença do Estado não é mais vista com bons olhos aos interesses neoliberais em curso, portanto a função primordial exercida pela classe dominante passa a abranger a mudança das relações entre Estado e sociedade, com vistas ao afastamento da esfera estatal de vez do mercado. Trata-se da consolidação do Neoliberalismo:

Desse modo, atribui-se ao Estado uma enorme parcela de responsabilidade pela crise e, ato contínuo, propõe-se sua retirada dos negócios privados, uma vez que o mercado é sempre mais eficiente. Num primeiro momento a esfera pública atuou como complemento fundamental ao desenvolvimento dos interesses privados. No entanto, agora, com o Neoliberalismo, o setor público deve se retirar da economia e deixar o curso livre para o setor privado cumprir sua função “benevolente” na sociedade. (PANIAGO, 2012, p.64).

Torna-se imperativo solucionar mais uma vez a crise do capital, porém sem colocar em risco a reprodução do sistema hegemônico, o que demonstra um círculo vicioso dentro da própria base estrutural que considera o sistema capitalista o único modo de produção possível para o desenvolvimento social. A dominação fetichista do trabalho pelo capital se constitui mediante uma “dialética atrofiada”, a qual defende que:

A preservação deve prevalecer *a qualquer custo*, em detrimento da vitalmente necessária *superação*. Daí a sua *destrutividade* historicamente em desdobramento e cada vez mais intensa a longo prazo. E nesse sentido, novamente, os imperativos predeterminados do *passado*, com os Estados-nação concorrentes estabelecidos, dominam o *presente*.

[...]

Nessa dialética atrofiada, o último garantidor da “realidade positiva” ficticiamente projetada da reconciliação social, o Estado capitalista, tinha que ser idealizado, inclusive sob seus aspectos mais devastadoramente problemáticos. (MÉSZÁROS, 2015, p.85)

A preservação do sistema se torna possível através da blindagem democrática frente as camadas populares, uma vez que a garantia expressa da igualdade civil entre os cidadãos, por meio dos dispositivos legais e políticas estatais, não impede a abismal desigualdade social entre as classes, o que demonstra que a democracia no sistema capitalista se volta a atender os interesses burgueses. Às camadas populares não são negadas as liberdades democráticas, na verdade são garantidas a todos os cidadãos, independentemente de sua classe social, porém seu exercício efetivo não se encontra acessível a todos devido, justamente, ao entrave promovido pela desigualdade social:

Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista [...] Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta. (WOOD, 2011, p.184).

Trata-se de um movimento que conta com o aval dos Estados-nação na garantia de reprodução do sistema capitalista em escala global e se desenvolve em sua base estrutural, com vistas a garantir o controle dos modos de produção sem a interferência do Estado na economia. Com isso, as continuidades e discontinuidades dialéticas inerentes ao sistema capitalista promovem no tempo histórico e de forma notável, uma repetição de histórias descontínuas e contraditórias entre si, mas que demonstram a face do mesmo sistema em distintos momentos históricos:

Essa continuidade e discontinuidade dialéticas não devem ser motivo de surpresa. Afinal de contas, as rupturas visíveis que marcaram época neste século tem sido enfeixadas em uma única unidade histórica pela lógica – e pelas contradições internas – do capitalismo, o sistema dinâmico mais assolado por crises que passa por mil mortes. (WOOD, 1999, p.10)

Seguindo esta lógica, o Estado permanece na centralidade coesiva do atual sistema capitalista, uma vez que nem a globalização, com a sua ausência de fronteiras, ou o livre comércio enfraqueceram o seu poder regulatório, pois “se os imperativos capitalistas hoje cobrem o mundo, eles não deslocaram o Estado territorial. Pelo contrário, quanto mais o capitalismo se torna universal, mais ele necessita de um sistema igualmente de Estado locais confiáveis” (WOOD, 2014, p. 115).

Ou seja, as relações estabelecidas entre Estado moderno e sistema capitalista desvelam um constante movimento por parte do Estado em garantir a preservação deste sistema, no decorrer de suas crises cíclicas. Uma estrutura complexa que se engendra no atual cenário e torna difusa a realidade, o que dificulta a visão do ser humano enquanto ator inserido na sociedade pela transmissão social de uma vontade anterior ao tempo presente, ou nas palavras de Marx (2011, p.25), “os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

Portanto, o questionamento do pressuposto fetichista que estrutura a sociedade contemporânea, mediante naturalização da superestrutura do sistema capitalista e suas relações com o Estado Moderno, permite um maior entendimento acerca dos efeitos sociais advindos de disputas por distintos projetos de sociedade, no decorrer dos ciclos conjunturais específicos de cada sociedade, contudo, sem deixar de lado a posição adotada pelo Estado no decorrer de cada ciclo, tendo em vista a sua relação intrínseca com o sistema capitalista vigente.

Em decorrência da necessidade de reprodução do sistema capitalista, surgem diversas tensões advindas de categorias indiretamente vinculadas à economia, mas que não deixam de ser profundamente determinadas pelo mercado no atendimento dos interesses neoliberais, como ocorre nas questões de gênero e sexualidade. Equivocadamente consideradas como relações sociais externas ao sistema capitalista, passaram a fazer parte da política neoconservadora no decorrer das últimas décadas, restando evidenciado que “não existe aspecto da vida na sociedade capitalista que não seja profundamente determinado pela lógica do mercado” (WOOD, 2011, p. 239).

As discussões em torno das questões de gênero e sexualidade encontram-se inseridas no processo de correlação de forças advindo do movimento neoconservador e se materializam na política educacional. Assim, torna-se necessário a adoção de uma concepção de Estado que permita desvelar o processo de indução que acompanhou a edição dos planos estaduais e municipais de educação, no tocante às disputas travadas em torno destas questões e por intermédio de sujeitos coletivos que atuam de forma orgânica tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, através de uma agenda moral conservadora.

Conforme analisado, o Estado se constitui como instituição primordial na coesão dos interesses capitalistas e na representação concreta da situação econômica, figurando como “instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação

e a exploração de classe” (BOTTOMORE, 2012, p.197). No entanto, a análise feita unicamente pelo viés econômico pode gerar uma concepção reducionista deste conceito:

As relações entre Estado capitalista e o mundo econômico (relações entre superestrutura e estrutura) não podem ser determinadas de maneira fácil sob a forma de um simples esquema. Para entendê-las é preciso ter em mente que estes dois conjuntos formam uma totalidade que possui em seu interior diversas temporalidades. Esse desencontro dos tempos das superestruturas e das estruturas constitui a maior dificuldade enfrentada pelas teorias instrumentalistas do Estado, as quais o definem como mero reflexo do mundo econômico (BIANCHI, 2018, p. 154)

Ou seja, o conceito de Estado enquanto expressão da situação econômica com vistas a assegurar a dominação de classe através de um forte teor coercitivo não pode ser desconsiderado, porém este conceito serve de base para desdobramentos que permitam o entendimento de situações mais complexas, como as existentes nas relações orgânicas entre a sociedade civil e o Estado, ou seja, movimentos históricos que só podem ser desvelados levando-se em consideração um conceito que amplie a sua estrutura de dominação na busca pelo consenso, através de aparelhos pertencentes à sociedade civil e atuantes no interior da própria estrutura estatal.

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, se estabelece graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivencialmente), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o ‘bloco histórico’” (GRAMSCI, 1981, p. 139)

Este conjunto complexo de relações dialéticas entre estrutura e superestrutura que formam um bloco histórico, permite entender a sociedade civil como parte integrante do Estado, de forma a ampliar a sua abrangência, considerando a sua inserção diante da totalidade presente nos antagonismos e disputas entre as classes sociais, ligando-as “ao terreno das relações sociais de produção, às formas sociais de produção da vontade e da consciência e ao papel que, em ambas, exerce o Estado”. (FONTES, 2010, p.132)

Partindo-se desta leitura, torna-se possível identificar os meios pelos quais as classes dominantes aprimoram constantemente suas formas de dominação, acompanhando a evolução

e expansão do sistema capitalista em seu processo de reprodução sociometabólico, inclusive diante da necessidade de buscar novas formas de obtenção do consenso, uma vez que o Estado se afasta do antigo modelo absolutista no qual a força era seu principal meio de dominação e assume o seu papel de educador, correspondendo:

a uma unidade dialética na qual diferentes projetos estão presentes e buscam conformar as massas para a organização científica do trabalho e da vida característica da sociedade urbano-industrial. Sendo assim, o Estado assume cada vez mais um papel educador, na medida em que passa a propor a condução de amplos setores da população a uma reforma intelectual e moral adequada ao projeto de sociabilidade dominante e dirigente (NEVES, 2005, p. 16)

Assim, ao adotar-se o conceito de Estado ampliado, torna-se possível considerar como seus integrantes os aparelhos privados da sociedade civil e os aparelhos de governo que, embora constituam instituições distintas, coexistem numa integralidade de relações orgânicas destinadas a coordenar os processos de dominação da burguesia de forma a consolidar seus interesses mediante a utilização não somente da coerção estatal, mas do consenso advindo da própria sociedade civil. Ou seja, na constituição do próprio Estado a relação direta entre direção e domínio ocorre por meio da hegemonia, responsável pelo equilíbrio entre a força e o consenso, uma vez que o “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados” (GRAMSCI, 1980, p. 87).

Levando-se em consideração os objetivos propostos inicialmente, o Estado ampliado permite uma análise mais elaborada em relação à aparelhagem advinda da sociedade civil que atua através da ossatura estatal na manutenção dos interesses político-burgueses, tendo em vista que o Estado “se amplia por meio da construção, na sociedade civil, de uma diversificada rede de organismos de obtenção do consentimento ativo e/ou passivo do conjunto da sociedade” (NEVES, 2005, p.87). São organizações que fazem parte da iniciativa privada e integrantes da sociedade civil, porém atuam com vistas à obtenção de consenso na manutenção do projeto de sociabilidade burguesa, enquanto aparelhos privados de hegemonia:

Essas organizações são os portadores materiais da sociedade civil. Com efeito, Gramsci identifica-os como aparelhos privados de hegemonia, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política, porém articulados a esta, dialeticamente, no sentido da edificação da dominação. Nessa matriz, não há hegemonia ou direção política ideológica sem o conjunto de

organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social e que, por sua vez, ampliam o Estado (CASIMIRO, 2018, p. 21).

Assim, instituições como a Organização Escola sem Partido e a Igreja Católica que serão analisadas com mais profundidade no decorrer do texto, embora utilizem de uma imagem ligada a uma suposta moralidade desvinculada da base econômico-política, enquadram-se como aparelhos privados de hegemonia que atuam no interior do Estado visando a obtenção de consenso, de forma a legitimar o seu projeto societário com efeitos diretos na política educacional, tendo em vista que toda “relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 1981, p. 37).

A articulação destes aparelhos privados de hegemonia ocorre num momento em que a escola torna-se o lócus principal na disseminação de seu viés ideológico, mediante a “difusão da pedagogia da hegemonia, ou pedagogia da conservação, e, concomitantemente, em veículo que limita e emperra a construção e a veiculação de uma pedagogia da contra-hegemonia” (NEVES, 2005, p. 29), que se desenvolve tanto no âmbito da sociedade civil quanto no Estado em sentido estrito, por parte das classes dominadas na luta pela formação de outro projeto de sociabilidade, que não o projeto de sociabilidade burguesa.

No entanto, embora a relação existente entre os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil e o Estado em sua forma ampliada tenham por objetivo a busca pelo consenso entre as classes e frações de classes submetidas à hegemonia burguesa, em momento algum o Estado renuncia o seu caráter coercitivo presente em sua estrutura de governo, o que permite desvelar de forma mais estruturada esta relação orgânica estabelecida em seu interior, no tocante à relação dialética existente entre convencimento e coerção:

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. Não há um isolamento entre o terreno do consenso e do convencimento, ou uma sociedade civil idealizada, e o âmbito da coerção e da violência. Ambas encontram-se estreitamente relacionadas (FONTES, 2010, p. 136)

As disputas que permeiam as questões de gênero e sexualidade encontram-se presentes na estreita relação estabelecida entre o Poder Legislativo, como é o caso da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados e a aparelhagem que faz parte do projeto neoliberal, em

consonância com a pauta moral conservadora. A Organização Escola sem Partido materializa esta relação, pois representa um dos aparelhos privados de hegemonia que atua através da estrutura do Estado, com ampla adesão desta Frente Parlamentar na implementação de seu viés ideológico, destinado ao atendimento dos interesses econômico-burgueses no interior da concepção ampliada de Estado.

Obedecendo ao recorte proposto, torna-se possível identificar que a correlação de forças estabelecida entre os aparelhos privados de hegemonia que atuam através do Estado em sentido ampliado na busca por novas formas de organização da dominação ocorre em consonância com o processo de construção da hegemonia burguesa no Estado brasileiro (CASIMIRO, 2018), adquirindo uma nova roupagem através da utilização das questões de gênero e sexualidade na centralidade de suas disputas, como pode ser visualizado na atuação destes atores sociais durante o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014 – 2024) e do Plano Municipal de Educação – PME (2015 – 2024), de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Desta forma, a presente pesquisa destaca dentre os diversos aparelhos privados de hegemonia que atuam no interior da estrutura do Estado ampliado, a Igreja Católica e a Organização Escola sem Partido, tendo em vista o amplo destaque obtido por estes aparelhos durante o processo de aprovação dos planos nacional, estaduais e municipais de educação no tocante às discussões voltadas à temática de gênero e sexualidade. Inseridos neste contexto, a análise segue no sentido de aprofundar as disputas travadas na realidade vivida e seus antagonismos, durante a elaboração e consolidação da política educacional.

1.1 GÊNERO E RELIGIÃO: A CONTRAOFENSIVA DA IGREJA CATÓLICA E A CRIAÇÃO DO SINTAGMA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

A presença do movimento feminista nas tentativas de inserção de políticas que abrangessem a igualdade de gênero nas decisões Estatais, voltadas ao desenvolvimento humano é de longa data. O movimento esteve presente na criação da Organização das Nações Unidas (ONU), com importantes conquistas no contexto global (SARDENBERG, 2018, p.1). Com base nas ideias advindas do pensamento feminista houve espaço para o desenvolvimento dos estudos de gênero, provenientes da luta histórica dos movimentos feministas, que tomou força a partir da década de 1970 e resistem até a atualidade. Tais estudos se voltaram para além da dualidade existente até então e reconheceram a importância da incorporação do gênero nas

amplas diferenças constitutivas da sociedade e na diversidade de fatores empíricos que lhe dão forma.

Neste sentido, a produção voltada à sexualidade e aos estudos de gênero demonstram o surgimento de um campo de pesquisa amplamente diverso, voltado a compreender “a dimensão social dos processos em que indivíduos, grupos, culturas, instituições e sociedades se veem social e historicamente implicados e imbricados, ao sabor de dinâmicas e mecanismos complexos, sutis e profundos” (JUNQUEIRA, 2018, p. 454).

Tais estudos tomam força na IV Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas sobre a Mulher (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995), realizada em setembro de 1995 em Beijing na China, com o que foi então denominado uma nova “perspectiva de gênero”, porquanto uma de suas principais inovações foi a ampliação do termo mulher ao adotado conceito de gênero, o que permitiu uma compreensão deste conceito em seu aspecto social, de forma mais abrangente:

O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995, p. 148).

A Conferência foi marcada por tensões advindas principalmente dos países de viés mais conservador, os quais deixaram claro o interesse político e não somente religioso nas questões ligadas aos estudos de gênero. Neste momento, fica evidenciado o interesse dos Estados na temática ligada ao gênero, inserindo-o num contexto político e marcando sua correlação com o movimento histórico de reprodução do sistema capitalista:

Por certo, houve avanços importantes nesse sentido, mas a perspectiva de gênero continua a ser contestada pelos países mais conservadores. Essa pressão contrária foi forte na IV Conferência Mundial da Mulher (IV CMM), realizada em Beijing, China, em 1995, quando foi aprovada a Plataforma de Ação, mantendo-se assim também na série de conferências de Beijing + (5, +10, +15 e +20). Em cada uma dessas conferências a perspectiva de gênero precisou ser novamente negociada, tornando-se cada vez mais difícil fazê-lo na medida em que o conservadorismo capitalista patriarcal, aliado às

investidas dos diferentes fundamentalismos religiosos, ganha maior espaço no mundo globalizado. (SARDENBERG, 2018, p.4).

Mesmo com as diversas investidas ocorridas durante a conferência, a nova perspectiva vinculada ao conceito de gênero possibilitou a sua ampliação, até então preso numa realidade biológica e atemporal, uma nova perspectiva que passou a considerá-lo enquanto “um vasto processo formativo na história, ao mesmo tempo criativo e violento, no qual corpos e culturas estão igualmente em jogo e são constantemente transformados” (CONNEL, 2016, p. 34), possibilitando a sua inserção na diversidade que despontava no meio social.

Diante da nova perspectiva dada ao gênero, a Igreja Católica consolidou uma contraofensiva com vistas a reafirmar o binário homem/mulher enquanto naturalização da ordem divina que deveria ser espelho das esferas moral e social da humanidade. Decorrente de uma base conservadora própria da ideologia Católica, o movimento tomou forma como uma reação ao desenvolvimento dos estudos voltados à sexualidade e gênero, que em grande parte se chocavam com a base ideológica ligada à fé religiosa.

Em decorrência deste movimento reacionário por parte da Igreja Católica, o termo ideologia foi cunhado pela primeira vez ao lado do conceito de gênero na nota intitulada “A Ideologia de gênero: seus perigos e alcances” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998), durante a Conferência Episcopal Peruana, no ano de 1998. Trata-se de um trabalho organizado e bem fundamentado que questiona a “nova perspectiva de gênero”, advinda da IV Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas sobre a Mulher (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995):

Esta definição causou confusão entre os delegados da Conferência, principalmente entre aqueles provenientes de países católicos e da Santa Sé, que pediram uma maior explicitação do termo, já que se pressentia que este [vocabulo] poderia encobrir uma agenda inaceitável que incluiria a tolerância das orientações e identidades homossexuais, entre outras coisas. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, p. 2).

O documento demonstra uma postura reacionária frente à construção de uma perigosa agenda promovida pelas então denominadas “feministas de gênero” que se voltam ao ataque das relações entre homem e mulher e a desestabilização da família. No decorrer de todo o documento, destacam-se os estudos de Dale O’Leary, uma das principais teóricas da cruzada

antigênero, inserida no ativismo cristão *antigay* norte-americano desde os anos 1980⁶, ganhando destaque o seu entendimento de que “a ‘nova perspectiva’ tem como objetivo impulsionar a agenda homossexual-lésbica-bissexual-transexual e não os interesses das mulheres comuns e correntes” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, p.7).

Desta feita, o documento insere no contexto mundial o termo “ideologia de gênero” e possibilitou que os teóricos ligados ao movimento reacionário da Igreja Católica subvertessem conceitos essenciais desenvolvidos nas pesquisas voltadas aos estudos de gênero, frutos de uma complexa discussão entre ativismo e academia, levantando teorias totalmente infundadas voltadas a incitar uma suposta aliança conspiratória das/os estudiosas/os de gênero face aos pilares morais da sociedade.

Tem-se ouvido durante estes últimos anos a expressão "gênero" e muitos imaginam que é apenas uma outra maneira de se referir à divisão da humanidade em dois sexos. Porém, por detrás desta palavra se esconde toda uma ideologia que pretende, precisamente, modificar o pensamento dos seres humanos acerca desta estrutura bipolar. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, p. 1).

Para esta corrente doutrinária extremista, gênero passou a ser enquadrado como uma nova ideologia de esquerda, uma conspiração global, na qual elites corruptas estariam unidas com a finalidade de eliminar a base da estrutura familiar e minar os princípios democráticos, objetivando a implementação do Marxismo na sociedade através de revolução cultural (PATERNOTTE, 2018).

Neste momento, a Igreja Católica toma frente na defesa de dogmas fundantes da moral cristã, como a família, matrimônio e educação das crianças, num movimento reacionário que utiliza da subversão de conceitos, fundamentado na ameaça direta de um ataque frontal à religião através da desconstrução do conceito de gênero. Este documento deixa claro que a Igreja adota um conjunto de significações que dialoga com aqueles que se entendem como cristãos e vivem a fé religiosa em estreita relação com sua própria existência. Desta forma, grande parte dos que se identificam enquanto cristãos adotam os significados apresentados como sentidos elementares que dialogam com sua realidade pessoal e social, pois a religião ocupa um papel central em suas vidas.

⁶ Disponível em: <https://daleoleary.wordpress.com/>. Acesso em 23 jul. 2019.

O documento em questão consolida categorias essenciais e constrói um sintagma neológico (JUNQUEIRA, 2018) extremamente eficaz na disseminação ideológica de seus valores, pois faz sentido no modo de vida daqueles que se identificam com a fé religiosa em seus espaços sociais e, por conseguinte, sentem-se ameaçados tendo em vista que o “ataque à religião, à tradição e aos valores culturais que as ‘feministas do gênero’ promovem nos países em desenvolvimento afeta o mundo inteiro” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, p.16).

Desta forma, a criação do sintagma “ideologia de gênero” decorreu do movimento reacionário da Igreja Católica, detentora naquele momento histórico de um aparato institucional suficiente para a construção de uma base teórica sólida face aos estudos de gênero, que possibilitou “reorganizar seu discurso e desencadear novas estratégias de mobilização política e intervenção na arena pública” (JUNQUEIRA, 2018, p.451).

A ideologia enquanto “ciência das ideias” (GRAMSCI, 1981, p. 61) deve ser considerada a partir das relações estabelecidas na sociedade durante o decorrer do processo histórico, pois é “impossível entender o desenvolvimento de uma ideologia, de uma teoria, de uma forma de pensamento, seja religiosa, científica, filosófica ou outra, desvinculadamente do processo mesmo do desenvolvimento das classes sociais, da história, da economia política”. (LÖWY, 1991, p. 16).

Ou seja, trata-se de uma categoria que varia de acordo com o desenvolvimento da sociedade e passa dialeticamente por um processo de ressignificações ao longo da história do marxismo, em consonância ao conjunto de ideias dominantes em dado momento histórico, uma vez que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX, 2007, p. 47).

Neste sentido, as ideologias estão intimamente ligadas às forças materiais de produção e perfazem a base estrutural da sociedade em determinado momento histórico, regulando as relações sociais enquanto ideologias orgânicas “que organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc” (GRAMSCI, 1981, p. 62). De forma generalizada, estas ideias normalizam regras de conduta de acordo com os interesses das classes dominantes, tornando universais os interesses de determinados grupos, o que demonstra que “a luta pela hegemonia é a luta de ideologias: não se trata de uma pura ‘batalha das ideias’, estas ideias têm uma ‘estrutura material’ e articulam-se em ‘aparelhos’ (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 400).

Assim, esta categoria remete a base estrutural da sociedade, permeada por disputas que lastreiam o ideário social presentes no senso comum e através de “uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção de mundo” (GRAMSCI, 1981, p. 36).

Este espaço constitui o bloco histórico, no qual estas relações são estabelecidas com vistas a consolidar na sociedade uma unidade ideológica que permita a homogeneização, o que ocorre mediante disputas hegemônicas que se desdobram no interior do Estado ampliado, de forma orgânica, promovendo a articulação de estratos da sociedade civil, detentores do controle dos meios de produção, com vistas a manter seus interesses na base estrutural da classe dominante mediante um projeto societário hegemônico burguês.

Desta forma, a nota intitulada “A Ideologia de gênero: seus perigos e alcances” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998) permite identificar o movimento da Igreja Católica voltado a remeter para o senso comum a sua concepção de mundo, de forma a defender seus valores e mostrar uma nova verdade inserida nos valores tradicionais, tendo em vista que o “senso comum é grosseiramente misoneísta e conservador, e conseguir inserir nele uma nova verdade é prova de que tal verdade tem uma grande força de expansividade e de evidência” (GRAMSCI, 1981, p. 147). Para tanto, na criação do sintagma “ideologia de gênero” torna-se possível identificar a disseminação de uma suposta quebra com o senso comum, mediante a ameaça dos valores que se encontram permeados no ideário social, principalmente daqueles que se identificam na questão moral e religiosa:

Criou-se uma falácia apelidada de “ideologia de gênero”, que induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos. Utilizou-se de desonestidade intelectual, formulando argumentos sem fundamentos científicos e replicando-os nas mídias sociais para serem engolidos e regurgitados pelos fiéis acríticos que os aceitam como verdades inquestionáveis (REIS; EGGERT, 2017, p. 20).

A Igreja se apropria da categoria ideologia e a subverte, uma vez que a então criada “ideologia de gênero” volta-se à defesa da ideologia que fundamenta a base estrutural da própria Igreja Católica, que se vê ameaçada frente aos estudos de gênero e sexualidade, os quais podem ressignificar valores morais e religiosos consolidados no senso comum. A ameaça consiste não na perda de valores essenciais que estruturam a base da sociedade, mas de uma ressignificação proposta pelos estudos de gênero que possibilite ameaçar justamente a hegemonia da religião

em sua base estrutural, enquanto terreno de sua ideologia. No entanto, o sintagma “ideologia de gênero” se amplia para além da esfera de atuação da Igreja Católica e se coaduna com o projeto voltado à pauta dos costumes, espalhando-se no senso comum de forma rasteira:

O termo funciona, poderíamos dizer, como um ideograma, um articulador de sentidos culturais e políticos, o que facilita a sua circulação e sua apropriação pública. Não corresponde a uma teoria nova, não produz novos posicionamentos morais, mas condensa em uma fórmula acessível e potente a política sexual e de gênero da Igreja católica (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, p. 55)

Assim, a “ideologia de gênero”, presente no discurso político-religioso e objeto de disputas antagônicas nos processos de correlação de forças travados no interior do Estado ampliado e que atualmente se volta ao campo das políticas educacionais, advém de um movimento histórico que teve início na reação da Igreja Católica frente aos estudos de gênero e atualmente encontra um campo fértil na área da educação. Trata-se de uma manobra que define a emergência da sua discussão na agenda moral conservadora, com forte tendência religiosa e com vistas a difundir por meio da suposta moralidade religiosa, uma contraditória proposta que tem como pano de fundo garantir os interesses neoliberais do Estado Capitalista:

A falácia da ideologia de gênero responde a uma estratégia política de conferir o estatuto de crença religiosa ou de posicionamento moral particular ao conhecimento científico, produzido a partir de seus singulares métodos. É o que acontece quando, baseados em suas convicções religiosas e tentando impô-las à toda sociedade, os atuais partidários da ideologia de gênero dão tal rótulo a todo conhecimento que se produziu nos últimos cem anos em torno do gênero como conceito e princípio de estruturação de relações de poder historicamente específica e culturalmente diversas. (CARRARA; FRANÇA; SIMÕES, 2018, p. 77).

Os estudiosos e militantes ligados aos movimentos de defesa das minorias sexuais foram inseridos na pauta da contrarreforma católica e passaram a ser alvo da então difundida “ideologia de gênero”, que colocou sobre a mira conservadora as questões advindas à homo e transexualidade, provavelmente pelo fato dos teóricos de mais destaque constituírem o movimento *antigay* e trazerem em seu referencial um claro viés sexista e transfóbico, “em termos sociológicos, o discurso antigênero é uma autêntica expressão da ideologia de gênero. Algo que, no entanto, é elidido por uma manobra de inversão, por meio da qual o discurso

antigênero objetiva como ideologia, aquilo que é, precisamente, a sua crítica e o seu enfrentamento” (JUNQUEIRA, 2018, p. 453).

Importante atentar para a diferenciação existente entre os estudos de gênero, realizados pelas/os teóricas/os que se debruçam sobre esta temática e a então difundida “ideologia de gênero”, decorrentes da contraofensiva católica e apoiada por ideólogas/os conservadoras/es que deturpam os conceitos decorrentes destes estudos, difundindo a ideia de uma suposta ideologia voltada a destruir a ordem natural da humanidade e corromper a base moral da sociedade.

É crucial sublinhar que “ideologia de gênero” não designa os estudos de gênero, mas sim um termo originalmente criado em contraposição aos direitos de igualdade e ao ativismo feminista e das pessoas LGBT, bem como aos estudos que descontroem a base essencialista e naturalista das ordens de gênero e sexualidade. (PATERNOTTE, 2018, p. 508).

Trata-se de uma distinção necessária, que desvela a manipulação existente na base da contraofensiva, qual seja, a insistência na desmoralização dos estudos de gênero e seu enquadramento no que então se considerou como “ideologia de gênero”, uma confusão responsável pela difusão e consolidação de uma teoria totalizante e manipuladora, arma eficaz de disseminação ideológica nas massas populares.

Desta forma, a “ideologia de gênero” tem sua origem na Igreja Católica enquanto movimento reacionário às conquistas dos movimentos liberais nas últimas décadas e possui a finalidade principal de “contestar a suposta hegemonia cultural e política do ‘gênero pós-moderno’, no contexto de uma batalha global das ideias” (PATERNOTTE, 2018, p. 512).

No entanto, torna-se necessário demonstrar as inúmeras contradições existentes no interior da Igreja Católica, presentes nas disputas ocorridas em sua própria hierarquia de forma a evidenciar que, embora sua postura majoritária esteja aliada ao movimento de contrarreforma frente aos estudos de gênero, existem cisões em sua estrutura que permitem identificar segmentos na burocracia da própria Igreja que vão de encontro a este movimento.

Neste sentido, a Cúria Romana, que representa a burocracia do Vaticano, divulgou no ano de 2019 o documento denominado “Homem e Mulher os criou: para uma via de diálogo sobre a questão do *gender* na educação” (VATICANO, 2019), que traça uma abordagem para as questões de gênero nas instituições católicas de ensino. O documento apresenta-se de forma

a responsabilizar a ressignificação do conceito de gênero como uma desorientação antropológica, responsável pela desestruturação da família:

A desorientação antropológica que caracteriza amplamente o clima cultural do nosso tempo certamente contribuiu na desestruturação da família com a tendência a apagar as diferenças entre homem e mulher, consideradas como simples efeitos de um condicionamento histórico-cultural. (VATICANO, 2019, p. 3).

O documento permite identificar diversas contradições em relação ao direcionamento da Igreja Católica no tocante à temática que se volta para as questões de gênero e sexualidade. A contradição mais clara pode ser verificada ao final do documento, ao trazer uma reflexão sobre as palavras do Papa Francisco que, embora não tenha subscrito o mesmo, defende uma postura voltada:

a estimular nos alunos a abertura ao outro como rosto, como pessoa, como irmão e irmã que deve ser conhecido e respeitado, com a sua história, as suas qualidades e defeitos, riquezas e limites. A aposta consiste em cooperar para formar jovens abertos e que se interessam pela realidade que os circunda, capazes de cuidado e ternura (VATICANO, 2019, p. 29)

Atualmente, a posição do Papa Francisco à pauta LGBTQ⁷ demonstra uma abertura significativa do Pontífice ao diálogo, embora esta postura não se encontre homologada pela burocracia da Igreja. De qualquer forma, deve-se levar em consideração que existem segmentos da Igreja, tanto em sua hierarquia central quanto em estratos mais localizados, que não coadunam com a cruzada antigênero analisada no presente trabalho⁸.

⁷ Uma das posições expressas pelo Papa Francisco, remete a sua preocupação mais voltada aos pecados da exploração e da injustiça do que com os pecados sexuais entre adultos consensientes. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596432-pe-james-martin-responde-a-perguntas-sobre-pastoral-lgbtq>. Acesso em: 07 Dez. 2020.

⁸ Para aprofundar o conhecimento acerca dos segmentos que atualmente atuam de forma contrária à política hegemônica adotada pela Igreja, no tocante à moral sexual e a cruzada antigênero ver PUELLO, Yury Orozco. *Mulheres, AIDS e religião*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2002, disponível em: https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/05/MULHERES_AIDS_RELIGIAO.pdf, acesso em 07 Dez. 2020; JURKEWICZ, Regina Soares (Org.). *Entre dogmas e direitos: religião e sexualidade*. 1. ed. – Jundiá: Maxprint, 2017, disponível em: <https://catolicas.org.br/wp-content/uploads/2020/08/2017-Livro-Entre-Dogmas-e-Direitos-Religia%CC%83o-e-Sexualidade.pdf>, acesso em 07 Dez. 2020; GEBARA, Ivone. A Teologia da Libertação e as mulheres. *Revista Sociedade e Cultura*. v. 23, 2020, disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/61023/35105>, acesso em 07 Dez. 2020.

Mesmo diante destes segmentos minoritários, no Brasil o sintagma “ideologia de gênero” configura na atualidade a principal bandeira do setor político-religioso no âmbito do Legislativo Federal, essencial na difusão dos pressupostos ideológicos da moral cristã, diante do confronto existente entre a norma de conduta adotada pela Igreja e a crescente visibilidade de grupos inseridos na sociedade civil que destoavam desta mesma norma, iniciado num movimento global que posteriormente engendrou-se na esfera política brasileira, referendado no Congresso Nacional pela Frente Parlamentar Evangélica.

1.1.1 O avanço da contraofensiva católica no Brasil

O movimento contraofensivo voltado aos estudos de gênero e sexuais, ganhou força na adoção de uma verdadeira teoria da conspiração que se difundiu mundialmente devido à influência da Igreja Católica, aliada aos interesses patriarcais do neoliberalismo e seu viés neoconservador em escala global. No Brasil, a religião católica sempre ocupou um espaço importante no cenário político desde a sua colonização, devido a incumbência que lhe foi atribuída em difundir o cristianismo para as novas terras. Durante um longo período o monopólio católico se consolidou na sociedade brasileira:

No caso brasileiro, as religiosidades cristãs nunca sofreram restrições em sua atuação em razão do regime político do Estado. A Igreja Católica, e portanto, o cristianismo, foi historicamente favorecida desde a chegada da coroa portuguesa em terras brasileiras [...] só quando se oficializou a separação entre Igreja e Estado, em 1891, na carta magna republicana, que se pôs fim ao monopólio católico e permitiu a liberdade religiosa para outros cultos. (VENCATO; SILVA; ALVARENGA, 2018, p. 590).

Mesmo com a separação entre a Igreja e o Estado, os privilégios políticos concedidos à Igreja Católica perduraram durante toda segunda metade do século XX, garantindo a presença do setor religioso entre os poderes da esfera pública brasileira, uma vez que sua presença foi homologada pelo Estado:

Ou seja, ainda que tenham ocorrido mudanças nos dispositivos de regulação jurídica da relação entre Igreja e Estado nas constituições de 1945, 1967, 1969 e de 1988, essas alterações não eliminaram os privilégios concedidos à Igreja

Católica, que continuou a se beneficiar, mais do que qualquer outro grupo religioso, dos auxílios financeiros, das isenções de impostos e das parcerias com as agências governamentais. (MACHADO, 2012, p. 43).

Durante as décadas de 1970 e 1980, a Igreja foi marcada por um compromisso com as classes sociais menos favorecidas, atuando junto aos estratos subalternos através das Comunidades Eclesiais de Base. Esta atuação respondia a uma contradição da Igreja naquele momento histórico, qual seja “se mostrar sintonizada com os desafios do mundo moderno (uma ‘atuação da fé’) e, ao mesmo tempo, incentivadas por setores não-direita e formalmente pertencentes ao aparelho católico, atar a Igreja a determinadas demandas das classes subalternas de formação social brasileira” (SANT`ANNA, 2005, p. 256). As CEBs tinham como base a Teologia da Libertação que, contraditoriamente, aproximavam a doutrina da Igreja aos ideais marxistas, o que gerou uma reação advinda do Vaticano, a qual iniciou uma mudança teórico-conceitual dentro da aparelhagem católica.

Somado ao aumento significativo de fiéis nas religiões pentecostais durante a década de 1990, a Igreja Católica adota uma nova estrutura religiosa, pautada no compromisso com a espiritualidade individual, mediante o abandono das CEBs e adoção da Renovação Carismática Católica (RCC). Ou seja, a Igreja até então próxima das classes subalternas através da difusão da Teoria da Libertação, passa a atuar num compromisso de fé individual, “estimulando nas classes dominantes o desejo de doação aos pobres, manifesta-se nesses últimos pela convicção do pertencimento à mesma teia de relações sociais responsável não por sua exploração, mas por sua – sempre futura – inclusão social” (NEVES, 2005, p.108)

A pauta adotada pela RCC reflete a nova postura voltada a individualização da fé, desvinculando os fiéis das questões econômicas e políticas, pois “os carismáticos, ao contrário dos católicos das CEBs, centram a vida religiosa na esfera da intimidade, desenvolvem acentuado controle moral no âmbito da família” (PRANDI, 1998, p.15 apud SANT`ANNA, 2005, p. 260). Torna-se possível relacionar os interesses presentes na doutrina adotada pela Igreja e no neoconservadorismo, que se consolidou no cenário político brasileiro através da pauta dos costumes mediante a ascensão do conservadorismo político-religioso, conforme se discute no presente trabalho.

Assim, a Igreja Católica reposicionou suas diversas formas de atuação, tanto na sociedade civil quanto político-partidária com vistas a defender a sua nova base ideológica, abrindo espaço para a atuação de novos atores neste cenário, conforme se verificou pela

crescente participação de evangélicos neopentecostais nas disputas eleitorais, assumindo nas últimas duas décadas um número crescente de cadeiras nos Legislativos Federal, Estadual e Municipal, possuindo característica principal de forte viés conservador.

Esta nova forma de atuação permitiu que a Igreja assumisse importante papel na difusão do neoliberalismo, mediante a consolidação do consenso acerca do projeto de sociedade que se pretendia construir, pautado pela “busca de salvação individual e sua propagação por meio de um rígido controle moral, aliado ao fomento à participação política destinada às doações materiais e espirituais” (SANT`ANNA, 2005, p. 263), consolidando a sua presença na tessitura social até os dias atuais.

Em contrapartida, durante este mesmo período histórico, os movimentos sociais feministas e LGBT ganhavam força e se aproximaram do Estado tendo em vista a crescente visibilidade de suas lutas, decorrentes de direitos garantidos pela Constituição e o aumento de políticas públicas voltadas às minorias sexuais.

Embora em direções opostas, o viés moral adotado pela Igreja passa a acompanhar as lutas liberais travadas pelos movimentos sociais feministas e LGBT e permite identificar a construção de projetos distintos de sociedade em constante disputa no decorrer das conjunturas políticas, além de promover um movimento que trouxe mais visibilidade na ação da contraofensiva católica face à crescente conquista de direitos voltados ao gênero e a sexualidade, por parte destes movimentos.

Para a postura oficial do catolicismo, o foco na cultura dos movimentos feministas e LGBTQI implica desconhecer as leis da natureza que sustentariam as diferenciações de gênero e, desse modo, negar também o plano de Deus que nelas se reflete. Assim, a hierarquia católica estigmatiza e distorce as demandas desses movimentos, considerando-as parte de um constructo ideológico que busca confrontar e destruir a família (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 56).

Ao defender uma política conservadora, fomentando “diversas estratégias para impedir avanços das reivindicações feministas e da diversidade sexual nas democracias contemporâneas” (LUNA, 2017, p.13), a Igreja Católica passou a firmar alianças esporádicas com políticos evangélicos que naquele momento ascendiam numa articulação conservadora no cenário político brasileiro.

Ou seja, mesmo realizando um importante papel na luta contra ditadura militar e na defesa dos direitos sociais em conjuntura anterior, o distanciamento da Igreja Católica em

relação à pauta dos setores voltados à defesa dos direitos sexuais e de gênero, consolidou o acirramento na disputa antagônica de interesse entre ambas as esferas em nova conjuntura.

A Igreja passou a combater as conquistas advindas da luta dos movimentos sociais, tendo em vista que o reconhecimento destes direitos afrontava a moralidade social, base da pauta política então adotada, o que demonstra a sua “capacidade de, adaptando-se aos novos desafios trazidos à tona pelas especificidades de cada conjuntura histórica, manter e, quem sabe, alargar sua presença social (SANT’ANNA, 2005, p. 258)

Esta abertura permite identificar uma contradição existente entre a conquista de direitos em consequência do movimento de legitimação da sociedade civil, aqui representados pelos movimentos sociais em prol da defesa dos direitos de gênero e sexuais, bem como a perda de parte destes mesmos direitos em decorrência da atuação da pauta moral conservadora de base sreligiosa, ligada às igrejas evangélicas neopentecostais, novos atores da esfera política.

Trata-se de uma conjuntura iniciada após a ditadura militar, no período de redemocratização, com destaque na consequente promulgação da Constituição Federal de 1988. Esta análise permite o entendimento, através de um movimento dialético específico, o qual envolve as questões de gênero e direitos sexuais, da consolidação do conservadorismo no cenário político religioso e seus efeitos na política educacional:

O Brasil vem passando nos últimos anos por processos políticos que tem levado a perda de determinadas conquistas no universo dos direitos construídos, principalmente, após a redemocratização. Consolidam-se nos últimos anos forças que trabalham a favor da contenção, da restrição e do retrocesso de alguns direitos garantidos com a promulgação da Constituição de 1988 (ALMEIDA, 2017, p. 3).

A partir dos primeiros anos da década de 2000 esta conjuntura se consolida tendo em vista que os movimentos sociais passaram a contar com a presença do Estado “visando o reconhecimento dos direitos das mulheres e da população LGBTI enquanto direitos fundamentais” (CÉSAR; DUARTE, 2017, p. 145). A aproximação destes coletivos sociais com o Estado pode ser visualizada no estudo feito por Sérgio Carrara que, ao discorrer sobre a conquista de direitos ligados à sexualidade nos anos anteriores a 2010, afirmou:

Boa parte do protagonismo é, entretanto, reservada ao governo federal, ao chamado poder executivo, que, articulando-se ao Movimento LGBT, tem

desenhado políticas públicas abrangentes e mobilizado recursos simbólicos e materiais cada vez mais significativos no sentido de tornar o próprio movimento mais visível e atender às suas demandas. (2010, p.139).

Ou seja, até meados de 2010, o Estado tomou para si a tarefa de defender as demandas dos movimentos ligados a sexualidade, dando visibilidade às pautas da sociedade civil, materializadas por meio dos movimentos sociais feministas e LGBT. Esta visibilidade proporcionou um cenário positivo na conquista de novos direitos, alcançados através do Poder Judiciário (outra parcela do Estado, como requer a República constituída).

No entanto, no sentido de promover uma análise que permita elucidar de forma mais abrangente as disputas e tensões presentes neste período, torna-se necessário discorrer acerca do movimento neoconservador e seus desdobramentos durante os embates que seguiram no decorrer do tempo conjuntural, permitindo a necessária correlação dos atores envolvidos e suas reais intenções, na disputa por um projeto de sociedade hegemônico.

1.2 O NEOCONSERVADORISMO E SUA EVOLUÇÃO NO CONTEXTO POLÍTICO DO ESTADO BRASILEIRO

O neoconservadorismo desponta em decorrência de um movimento global de suma importância para a consolidação do conservadorismo político-religioso no Brasil. Trata-se de uma vertente do neoliberalismo que se adequa perfeitamente aos seus interesses, através de uma concepção diferenciada da ordem social, pautada na ordem moral. Tem como principal alvo a “permissividade moral que o individualismo costuma promover. Nesse sentido, ele procura restaurar um sentido de propósito moral, alguns valores de ordem superior que constituam o centro estável do corpo político” (HARVEY, 2005, p. 93).

Ganhou destaque através de um grupo intelectual gestado tanto na academia quanto em instituições generosamente financiadas e também nos Estados Unidos, enquanto reação às possíveis instabilidades sociais decorrentes da contradição existente entre a ampla liberdade difundida pela teoria neoliberal e a instabilidade que esta mesma liberdade poderia gerar na ordem social, através da disseminação de interesses individuais livres, porém conflitantes, cuja única maneira de controle resultou no crescente autoritarismo por parte dos Estados ditos neoliberais.

O neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e a manutenção das liberdades de mercado. Mas ele se afasta dos princípios do neoliberalismo, tendo remoldado práticas neoliberais em dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, na preocupação com a ordem como resposta aos caos de interesse individuais e, em segundo, na preocupação com uma moralidade inflexível como o cimento social necessário à manutenção da segurança do corpo político *vis-à-vis* de perigos externos e internos. (HARVEY, 2005, p. 92).

Trata-se de uma vertente que se expande em diversos países neoliberais e se engendra com facilidade em distintas conjunturas sociais, pois utiliza do fator cultural de cada Estado na disseminação de valores morais, inclusive os presentes na base ideológica da religião, enquanto norma de conduta adequada. A solução encontrada pelo neoliberalismo para resolver a contradição presente no binômio liberdade/instabilidade produziu um nacionalismo exacerbado e perigoso, possibilitando a geração de conflitos entre nacionalismos distintos.

No Brasil, a implementação deste projeto, decorrente de uma repercussão global, manifesta-se na consolidação do conservadorismo político que, respeitadas as peculiaridades presentes na realidade brasileira, assume a luta pelos valores morais e religiosos para atender os reais interesses da agenda neoliberal, pois ainda que os “defensores da agenda moral conservadora cumpram papel muito relevante na mobilização dos setores médios – tal como em 1964 –, são as entidades de caráter neoliberal que têm conseguido dar a direção, pois são essas as que se encontram munidas, efetivamente, de um programa” (HOEVELER, 2016, p. 90).

No entanto, mesmo sob a dominação hegemônica do capital, houve um avanço no tocante às liberdades e direitos sociais, uma vitória diante das lutas travadas durante o longo período autoritário, que se intensificaram na década de 1980 e culminaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual possibilitou mediante os seus dispositivos, o reconhecimento de temas que permaneceram invisibilizados durante um longo período histórico, marcados inclusive pela desigualdade de gênero e perseguição à população LGBT:

De outro lado, a Constituição de 1988 trouxe indiscutível impulso para os direitos sociais e as políticas sociais, ainda que em muitas oportunidades tenham sido negados pelos governos posteriores a ela e sob sua égide. Nunca antes os direitos sociais e a política social encontraram tamanho acolhimento

em Constituição brasileira, como aconteceu na Constituição de 1988. (VIEIRA, 2015, p. 404).

A Constituição Federal de 1988, ao dispor de forma inovadora sobre direitos e garantias fundamentais em sua base principiológica, possibilitou o desdobramento destas garantias na conquista de novos direitos ligados à sexualidade. Uma abertura que favoreceu a luta travada pelos movimentos feministas e LGBT no avanço das liberdades democráticas, ainda que não tenham sido beneficiados de forma expressa pelo texto constitucional.

De maneira geral, os novos direitos vêm sendo reconhecidos por derivação dos princípios gerais que inspiram a Carta de 1988 e os direitos sexuais se tornam, especialmente na mão de constitucionalistas, um caso exemplar do modo como novos direitos podem ser criados a partir de princípios gerais, sem a necessidade de criação de novas leis. Se as chamadas minorias sexuais podem ser consideradas “órfãs” da Constituição de 1988, o impacto da nova Carta para elas não tem, contudo, sido desprezível, dado o número de importantes decisões que, baseadas em seu “espírito”, vêm sendo tomadas por juízes e tribunais (CARRARA, 2010, p. 139)

Assim, mesmo marcando um regime político comandado pela burguesia, devido ao seu caráter híbrido, com disposições de características tanto liberais quanto conservadoras, a Carta Constitucional permitiu “a politização de muitos temas que estavam ‘naturalizados’ na paisagem social brasileira, como o racismo, a desigualdade de gênero, a violência de gênero, os direitos da população LGBT” (SEFFNER, 2016, p.12).

As disposições constitucionais fortaleceram a presença da sociedade civil enquanto partícipe na construção das políticas públicas que direcionavam as decisões Estatais, permitindo a sua atuação mediante a estrutura tripartite dos Poderes da União, ganhando destaque inúmeros movimentos sociais voltados à defesa dos direitos de gênero e minorias sexuais.

O Executivo Federal, principalmente durante os governos de esquerda, tomou para perto as demandas dos atores ligados à sexualidade, impulsionando a atuação dos movimentos da sociedade civil voltados à pauta feminista e LGBT. Esta abertura proporcionou um cenário favorável à conquista de novos direitos, alcançados principalmente através do Poder Judiciário, uma vez que a legislação Constitucional permitiu a ingerência da sociedade civil nas decisões Estatais através de ações que oportunizariam o questionamento da constitucionalidade dos dispositivos legais.

Tanto que, a partir de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu algumas reivindicações advindas da luta da sociedade civil e movimentos sociais que trabalhavam na defesa da diversidade, (BRASIL, 2011a; BRASIL, 2018a; BRASIL, 2019a), o que intensificou a contraofensiva dos atores religiosos e conservadores naquele momento histórico, provocando o acirramento de “manifestações hostis dos atores religiosos individuais e coletivos” (MACHADO, 2012, p. 43), tendo em vista a busca da legalização da união, por casais homoafetivos. Nesta pauta, incluem-se direitos relacionados à gênero e população LGBT, o que demonstra um avanço dos direitos das minorias sexuais.

Embora a decisão do Supremo Tribunal Federal tenha representado uma conquista que refletiu a luta histórica dos movimentos sociais e a consolidação de direitos humanos fundamentais, diante do longo trajeto de exclusão e invisibilidade dos grupos socialmente marginalizados, ocorreu um movimento contrário do setor conservador da sociedade, de forte cunho religioso e bastante organizado, em suma pautado por “opiniões contrárias aos movimentos sociais, às garantias e liberdades dos indivíduos num movimento de glorificação de um passado, de uma determinada ordem, de um modelo de sociedade e de família imaginados, idealizados”. (LEMOS, 2017. p. 52).

Mesmo diante da crescente participação da sociedade civil e suas importantes conquistas, o projeto de sociedade hegemônico em curso destinava-se a atender os interesses de um padrão social e cultural em crescente formação, baseado no individualismo enquanto valor social intrínseco, consolidando uma ideologia que pudesse agir em consonância com o conservadorismo nacional através de um forte viés religioso, engendrado atualmente nas relações políticas estatais:

Think tanks liberais foram criados na década de 1980 para difundir as ideias e os valores do livre mercado e forjar os intelectuais da reação. Nos anos seguintes a grande imprensa passou a acolher de braços abertos colonistas cada vez mais tradicionalistas e conservadores. Por fim, o fundamentalismo cristão decidiu entrar de vez na briga e travar uma batalha em defesa de uma visão de mundo que considerava ameaçada por uma frente única formada por comunistas, feministas e gays. (BIANCHI, 2016, p. 123).

Desta forma, embora religião e política constituam espaços distintos da vida social, passam a se relacionar, formando a base do discurso conservador. A religião assumiu a pauta da agenda política conservadora na atualidade, tendo como fundamento diretrizes advindas de

uma fonte moral e superior mística, imunes à questionamentos. São determinações fundantes que perfazem uma norma de conduta adequada aos padrões dominantes e se materializam numa ideologia agregada aos valores morais incontestáveis:

O problema da religião – entendido não no sentido confessional, mas no laico – de unidade de fé entre uma concepção do mundo e uma norma de conduta adequada a ela: mas por que chamar esta unidade de fé de “religião”, e não de “ideologia” ou, mesmo, de “política”? (GRAMSCI, 1978, p. 14).

Gramsci revela o que está por trás desta unidade de fé, a qual denomina de “religião”: trata-se da própria “ideologia”, perceptível na materialização da norma de conduta adequada, a qual reflete a concepção de mundo. Ou seja, na construção desta concepção, é possível o uso da religião em seu viés político e ideológico para atender os interesses do sistema dominante, em dado momento histórico.

Aliada ao projeto de difusão do neoliberalismo, conforme visto anteriormente, a Igreja Católica se engendra no movimento neoconservador, destinado a sanar a principal contradição neoliberal, presente no conflito gerado pelo choque de individualismos distintos. Esta articulação consolida o conservadorismo no cenário político brasileiro, que, a partir de então se difunde de forma a pautar os costumes morais.

1.2.1 A ascensão dos evangélicos no Legislativo Federal

Novos atores se coadunam com a pauta conservadora através de uma ideologia que se difunde na suposta defesa de seu intento unicamente moral, encobrindo a sua faceta neoliberal, que se volta ao atendimento dos interesses da burguesia na defesa de seu projeto de sociedade. Na verdade, este movimento constitui um recorte no tempo histórico constituinte dos diversos ciclos conjunturais que dão forma ao processo sociometabólico de reprodução do sistema capitalista, como se discutiu anteriormente.

Nesse processo de transformações pelo qual passou a sociedade brasileira durante os anos 1990 e primeira metade do século XXI, religião e política, embora se apresentem em espaços distintos na vida social passaram a se relacionar, formando a base do discurso conservador, visível na “atuação dos grupos religiosos na esfera pública brasileira não como

um resquício do passado, mas como uma via alternativa do processo de mutação e autonomização das esferas jurídicas, culturais e políticas” (MACHADO, 2012, p. 45).

A atual conjuntura político-religiosa consolidou-se em seu viés conservador mediante a crescente atuação de religiosos na esfera política, advindos em sua maior parte do setor evangélico, representantes de uma parcela da população que ascendeu demograficamente a partir da década de 2000 (BRASIL, 2012a) e consolidou sua presença no Legislativo federal.

Este setor, diferentemente do eleitorado católico, possui uma forte capacidade de indução do voto, tendo em vista o vínculo entre candidato e eleitor e defendem normas de condutas fundamentadas em valores morais e cristãos, ligados à “defesa da família” como base da sociedade. Em suma, configuram “um conjunto de deputados ‘moralistas’ que ameaçam a laicidade do Estado brasileiro” (ALMEIDA, 2017, p. 6).

Atualmente composta por 195 deputados⁹, a Frente Parlamentar Evangélica traz estratégias voltadas para a privatização e intervenção mínima do Estado nas relações particulares. Esta posição adotada pela FPE reflete de forma simultânea o avanço despótico do comércio global, que articula a visão desenvolvimentista nos diversos setores da sociedade, com foco na eficiência e geração de lucro (BRASIL, 2018b) e traz na figura do partido político a consolidação dos interesses da democracia liberal burguesa que, revestidos de uma democracia formal, utilizam do viés ideológico para dar “materialidade à disputa pelo aparato institucional no contexto democrático” (FERNANDES, 2018, p.29).

Trata-se de um movimento complexo e orgânico, no qual o neoconservadorismo se engendra na estrutura política do Estado e assume diversas pautas para consolidar o seu projeto de sociedade, dentre elas, a intervenção moral na política educacional. Na tentativa de elucidar este processo, torna-se necessário um retrospecto histórico que permita acompanhar este movimento na construção do cenário político-conservador na atualidade, o que permitirá a desvelar a presença dos aparelhos privados de hegemonia, cuja atuação se mostra imprescindível para a análise proposta neste trabalho.

O movimento neoconservador se inseriu no contexto político a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, que adotou uma política neoliberal, com repasse ao terceiro setor do gerenciamento de determinados órgãos da administração, as então criadas Organizações Sociais. A adoção de uma política voltada à privatização teve por justificativa o fortalecimento

⁹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>. Acesso em 02 dez. 2019.

do Estado e da sua função reguladora na economia de mercado, incluindo-se a necessidade do consequente abandono de suas funções nas áreas sociais como educação e saúde:

Na reforma do Estado, a educação e a saúde não eram funções típicas do Estado. Desapareciam inteiramente os atributos principais das políticas sociais dirigidas ao combate à pobreza e à desigualdade, porque tais políticas perderam a característica fundamental da universalidade de ser públicas. (VIEIRA, 2015, p. 657)

Diante da restrição de políticas públicas destinadas aos setores sociais, a reforma do Estado deixou de lado a população socialmente vulnerável, voltando-se unicamente para o atendimento dos interesses da burguesia neoliberal. Para tanto, adotou uma política de privatização dos serviços públicos destinados ao atendimento das demandas sociais, ampliando a miséria social que assolava a população, advinda dos efeitos do neoliberalismo:

Curiosamente, porém, não de forma inesperada, o partido da social democracia no Brasil não realizou o programa social democrático: sua opção pela agenda da globalização econômica e pela inserção competitiva do País, e sua análise de que a crise do capital era a crise do Estado, fizeram com que se materializasse o projeto neoliberal. (FERNANDES, 2018, p. 69).

Durante os dois mandatos do governo FHC houve a implementação cada vez mais intensa da política neoliberal, voltada ao crescimento da economia como promessa de fortalecer o Estado e promover, em contrapartida, a redução das desigualdades sociais. No entanto esta promessa não foi cumprida e o resultado foi o desgaste ainda maior da população de baixa renda e miseráveis, assolados pela implementação destas mesmas políticas, as quais consolidavam os interesses das classes dominantes.

A formação de uma desigualdade econômica e social abismal na sociedade brasileira resultou na insatisfação das camadas populares, composta por um contingencial crescente de miseráveis em decorrência do projeto neoliberal implementado até então. Esta massa populacional superou a elite que servia de base para a manutenção deste projeto e, na esperança de um novo projeto de sociedade que reduzisse as diferenças sociais, houve o fortalecimento da candidatura do Partido dos Trabalhadores, que acabou por vencer as eleições de 2002, após três derrotas presidenciais sucessivas.

Em resposta aos anseios populares, constituindo-se na figura de um operário fruto da classe trabalhadora, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu em 1º de janeiro de 2003 um governo já marcado por uma complexa contradição, perceptível entre a necessidade de conciliação das reivindicações das camadas populares e a manutenção do mercado econômico e financeiro. Trata-se de uma contradição que o acompanharia por todo o governo:

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), desde o primeiro momento, repetiu uma de suas preferidas contradições: a exigência de pagar ‘uma dívida social histórica’ com a maior parte da população brasileira e o cumprimento dos compromissos econômicos firmados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Esta era mais uma das contradições aceitas por Lula na Carta ao Povo Brasileiro, assinada antes das eleições de 2002. (VIEIRA, 2015, p.692).

Embora a mudança de governo tenha resultado numa alteração significativa da proposta de política Estatal adotada no governo FHC, em momento algum o projeto neoliberal deixou de ser implementado, mesmo diante do desgaste social que atingia um contingente considerável, formado pela massa de miseráveis que perfazia o cenário social brasileiro, uma realidade que deve ser levada em consideração para se compreender a atuação do governo lulista em sua política social compensatória.

O contingente populacional formado pelo subproletariado teve sua origem através de um longo processo histórico, no qual as políticas estatais foram reiteradamente direcionadas para o benefício das classes dominantes em detrimento da população menos favorecida. O resultado destas políticas foi a marginalização crescente de indivíduos que não se enquadravam no projeto de sociedade hegemônico, o que resultou na formação de uma massa sem identidade de interesses e cuja identificação enquanto classe trabalhadora restava prejudicada.

Desta forma, a falta de coalisão da massa presente na tessitura social brasileira enquadrou-se no conceito dado por Marx, no qual a identidade e coalisão de interesses é sufocada pela classe dominante, que não permite a sua organização em classe através do isolamento do modo de produção, fazendo com que os que vivem na mesma realidade não se relacionem com a finalidade de consolidar a superioridade burguesa face aos trabalhadores que não se entendem nesta categoria. Neste sentido:

Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceleiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. (MARX, 2011, p. 143).

Trata-se de um movimento histórico que pode ser verificado nas contradições presentes durante o processo de urbanização da sociedade brasileira a partir da década de 1930, as quais ocasionaram o crescimento de um contingente de desempregados, que passou a constituir uma massa populacional à margem deste mesmo processo:

Esse adensamento das necessidades e a complexificação da textura social confrontaram, permanentemente, os grupos dirigentes das classes dominantes com o problema da construção de uma ordem política aberta que atendesse, sobretudo, as demandas dos setores médios e populares das grandes cidades. As demandas crescentes das massas, por seu turno, defrontaram-se, sistematicamente, com um padrão de desenvolvimento concentrador da renda, com baixos níveis salariais e vastos bolsões de miséria absoluta em certas regiões do interior do país e na periferia das grandes metrópoles. (FIORI, 2003, p. 122)

A falta de coalisão e identidade de classe neste contingente populacional, atendeu de forma direta os interesses das classes dominantes em seu projeto de sociedade neoliberal, pois esta realidade lhes facilitou o controle dos meios de produção. Desta forma, esta massa tornou-se necessária para a reprodução do sistema, desde que mantida a sua inorganicidade para evitar possíveis reivindicações frente aos setores dominantes:

Tal fragmentação, permanentemente reproduzida e ampliada pelo padrão dominante de acumulação, foi responsável, sociologicamente, pela pouca nitidez e homogeneidade dos interesses dos dominados, e pela inorganicidade política de seus vários grupos e frações. Essa desorganização, contudo, nunca ajudou a diminuir o pânico das classes dominantes frente ao avanço das reivindicações populares, que sempre foram vistas como uma ameaça à ordem capitalista vigente. (FIORI, 2003, p. 123).

No entanto, a utilização de políticas sociais compensatórias e a ampliação do emprego formal, realizadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores, ainda que de forma precária,

proporcionou o atendimento dos anseios mais urgentes da massa empobrecida por reiterados processos sociais que lhes foram excludentes.

Durante seus mandatos, o governo do Partido dos Trabalhadores permaneceu atendendo os interesses burgueses que se fortaleceram na administração do Estado, mesmo tratando-se de um partido oriundo do movimento operário e com forte representatividade entre os movimentos sociais, tanto que “entre 2003-2013, o PT conseguiu, por meio da coadunação de contrarreformas, redução do desemprego, aumento do consumo popular e políticas sociais compensatórias, garantir o sono tranquilo da burguesia brasileira” (DEMIER, 2016, p. 54).

No entanto, mesmo com a garantia da burguesia, através de uma política voltada a atender seus interesses, a compensação dada à massa dos subproletariados promoveu uma evolução social que refletiu na principal contradição do governo do PT, ou seja, “o lulismo não pretendia produzir confronto com as classes dominantes, mas ao diminuir a pobreza o fazia sem querer” (SINGER, 2018, p. 22).

Ainda que promovesse a consolidação do projeto de sociedade da burguesia neoliberal, voltada a tomar os rumos da produção e acumulação do capital, ao promover uma política social, mesmo que compensatória, o governo lulista reduziu a pobreza, gerando efeitos diretos sobre a massa populacional que, mesmo desconectada na identidade de seus interesses comuns, ingressou na classe trabalhadora, reduzindo o contingente excedente necessário à reprodução do capital.

Dilma Vana Rousseff assume a presidência num cenário que permanece contraditório: de um lado o expoente populacional considerável recentemente saído da linha da miséria devido às políticas sociais compensatórias do governo anterior, porém sem capacidade de mobilização política e, por outro, a burguesia que se torna cada vez mais dominante tendo em vista a implementação de uma política neoliberal que lhe favorece. Porém, ao adotar uma posição destinada ao combate da corrupção na burocracia Estatal, dificultou a ingerência da iniciativa privada nas decisões Estatais, o que acirrou o enfrentamento do Executivo com o Legislativo Federal:

Embora a presidente tenha manifestado desconforto com a expressão ‘faxina ética’, utilizada pela imprensa para descrever a sua política de combate à corrupção, o conjunto de ações que a Presidência comandou no biênio 2011-2 incidiu sobre áreas que manejavam expressivo volume de recursos, apontando para um padrão renovado de conduta pública. Práticas muito antigas começavam a ser coibidas, produzindo reações duras dos

prejudicados. Em especial o PMDB, acompanhado de um crescente bloco fisiológico ao seu redor, confrontou a presidente em cada votação legislativa importante entre 2011 e 2014. (SINGER, 2018, p. 27).

Os embates contra a presidente se tornam mais acirrados e, neste momento, a pauta do neoconservadorismo religioso se destaca no cenário político, principalmente através da Frente Parlamentar Evangélica, que manifesta seu apoio ao projeto neoliberal em curso. Ou seja, a esfera conservadora do Legislativo se volta aos movimentos ligados à sexualidade e aos estudos de gênero, até então em sintonia com as políticas sociais compensatórias praticadas pelo Executivo Federal, num movimento que coaduna com a proposta do neoconservadorismo global. Assim, o sintagma “ideologia de gênero” desponta nas discussões do Legislativo Federal, materializando-se enquanto viés ideológico na consolidação de seu projeto de sociedade, principalmente após as decisões liberais do Supremo Tribunal Federal em 2011.

O termo atualmente se tornou o principal argumento do discurso religioso conservador, tendo em vista que a falaciosa “ideologia de gênero” demonstra o uso da própria ideologia, mascarada por uma política perversa e excludente, que se vale de valores morais e religiosos para segregar os que não se enquadram na concepção de moralidade adotada. Para tanto, fazem uso da “não negociabilidade” na consolidação da norma de conduta adequada:

Reiteradamente mencionada em documentos eclesiais, a “não negociabilidade” opera como elemento balizador na construção e no acionamento de representações e de dispositivos retóricos e persuasivos do discurso antigênero, além de pautar intervenções e posicionamentos no campo político. A defesa dos “princípios não negociáveis” costuma ser acompanhada da afirmação de sua suposta universalidade. (JUNQUEIRA, 2018, p. 481-482).

Desta forma, os direitos sociais voltados principalmente às minorias sexuais passam a ser alvos da pauta neoconservadora num crescente movimento de contrarreforma que ganha mais projeção através do apoio de Aparelhos Privados de Hegemonia, como a Igreja Católica e a Organização Escola sem Partido, os quais assumem importantes espaços no cenário político-midiático brasileiro. O neoconservadorismo se apega na defesa dos costumes e da moral religiosa, adentrando na esfera das políticas educacionais mediante a difusão de “pânicos morais”, (RUBIN, 2017, p. 109), ligados principalmente à então difundida “ideologia de gênero”:

Nesse sentido, o ponto da agenda neoconservadora que melhor expressa a tentativa de preservação da moralidade e da tradição no campo da educação é o combate à chamada “ideologia de gênero”, buscando limitar a discussão acerca de qualquer assunto relacionado às questões de gênero e sexualidade nas escolas, partindo do pressuposto de que dialogar sobre as diferentes possibilidades de expressão do gênero e da sexualidade não somente abre espaço como incentivam a subversão dos arranjos familiares tradicionais. (LIMA, 2018, p. 126).

A partir dos embates do bloco empresarial face as diretrizes do Executivo Federal, perceptível a partir de 2011, houve a união de interesses entre a esfera conservadora do Legislativo Federal e a contraofensiva da Igreja Católica, importante aparelho privado de hegemonia voltado a disseminar a suposta “ideologia de gênero”, que passa do campo moral-religioso para a esfera política diante de um contexto global marcado pelo neoconservadorismo.

A atuação neoconservadora frente as políticas sociais voltadas às questões de gênero e sexualidade, foi perceptível no embate travado com o Executivo Federal, então forçado a retroagir em suas próprias diretrizes no tocante à agenda anti-homofobia, resultando na suspensão presidencial do material integrante do Projeto Escola Sem Homofobia, responsável por implementar no âmbito do ministério da Educação, o Programa Brasil Sem Homofobia – BSH – (BRASIL, 2004).

O programa Brasil Sem Homofobia, criado em 2004 e vinculado ao Ministério da saúde, teve por objetivo “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11). Na introdução do programa, fica evidenciado o processo histórico pós-ditadura militar, que permitiu a conquista de direitos através da luta dos movimentos LGBT.

Em 2005, o Ministério da Educação implementa em sua esfera de competência o programa Brasil Sem Homofobia, através da Portaria nº 4.032/2005, a qual institui um grupo de trabalho para esta finalidade, conforme disposições contidas no “Plano Nacional de Educação, em seu enfoque nos Direitos Humanos, e o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra Gays, Lésbicas, Transgêneros, Transexuais e Bissexuais (GLTTB) e de Promoção da Cidadania Homossexual, denominado ‘Brasil Sem Homofobia’” (BRASIL, 2005).

Uma vez inserido no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil Sem Homofobia passou a ser implementado mediante o Projeto Escola Sem Homofobia que implementou diversas ações, destinadas a promover no ambiente escolar a garantia de direitos ligados a sexualidade e trouxe, dentre seus produtos, um kit de material educativo destinado aos gestores/as e estudantes do ensino médio da rede pública de ensino.

O kit de material educativo foi alvo de ataques por parte do então Deputado Federal Jair Bolsonaro (PP/RJ), que chegou a distribuir panfletos na cidade do Rio de Janeiro para impedir que o material fosse entregue nas escolas. Denominado pelo deputado de “kit gay”, o mesmo disseminou a ideia de que o material estaria voltado ao estímulo da homossexualidade desde o ensino básico¹⁰, ganhando repercussão midiática em esfera nacional mediante a utilização e difusão no ideário da população de uma suposta ameaça às crianças nas escolas.

Adotando a versão criada sobre o “kit gay”, o então vice-presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Deputado Federal Anthony Garotinho (PR-RJ) acirrou a tensão com o Legislativo ao exigir a presença do ministro da educação, Fernando Haddad, com o objetivo de cobrar um posicionamento sobre a distribuição do material, mediante ameaça de obstrução¹¹ de votações pela Frente Parlamentar Evangélica.

A pressão exercida fez com que o Ministro da Educação se reunisse com lideranças da FPE, a qual fez uso de pretensa convocação do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, o qual sofria questionamentos acerca de seu aumento patrimonial, para ameaçar o Executivo Federal caso não cedesse em seu posicionamento, afirmando que “caso o ministro da Educação não retire esse material e não cumpra o acordo para permitir a participação de parlamentares no conteúdo do kit, todos os deputados católicos e evangélicos vão assinar um documento para trazer o Palocci à Câmara” (BRASIL, 2011b).

Embora o posicionamento do Ministro da Educação permanecesse favorável à continuidade do Projeto, a Presidenta Dilma Rousseff suspendeu o kit de material educativo, parte integrante do Programa Escola sem Homofobia, com a justificativa de que tal material

¹⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/bolsonaro-manda-distribuir-panfletos-antigay-norio.html>. Acesso em 10 abr. 2020.

¹¹ Recurso utilizado por parlamentares em determinadas ocasiões para impedir o prosseguimento dos trabalhos e ganhar tempo. Em geral, os mecanismos utilizados são pronunciamentos, pedidos de adiamento da discussão e da votação, formulação de questões de ordem, saída do plenário para evitar quórum ou a simples manifestação de obstrução, pelo líder, o que faz com que a presença dos seus liderados deixe de ser computada para efeito de quórum. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/67509-obstrucao/>. Acesso em 10 abr. 2020.

versava sobre costumes, tema que precisava passar necessariamente pelo crivo da Presidência, bem como um debate mais amplo com a sociedade civil.

A articulação que resultou na suspensão no material deixa claro uma disputa de forças entre o Executivo, através suas políticas sociais e o Legislativo, com seu viés conservador-religioso na defesa dos costumes, uma vitória que pode ser compreendida na fala do Deputado Federal Ronaldo Fonseca, então presidente do Bloco PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL:

Ao ler os jornais, muitas vezes percebemos alguém querendo desclassificar essa decisão da Presidenta da República, dizendo que houve negociata, que houve articulação política. Quero dizer desta tribuna que a Presidenta Dilma, através do seu porta-voz, Ministro Gilberto Carvalho - homem de bom senso e coerência -, abriu seu gabinete para receber uma comitiva de Deputados de orientação evangélica, católica e espírita. Para quê? Mostramos a S.Exa. a preocupação que este grupo de Parlamentares tinha com a produção desse *kit gay*, que estava para ser distribuído nas escolas, depois de interpelarmos o Ministro da Educação, como eu fiz. Encaminhei dois requerimentos ao Ministro da Educação, mas o Ministério da Educação estava determinado a colocar na mão das crianças um material, uma produção de muito mau gosto, que induzia, que defendia, que propagava, que fazia apologia do homossexualismo.

[...]

Quem ganhou com isso? A família brasileira. Não há perdedores nem ganhadores? A família brasileira é a ganhadora. Juntos vamos produzir esse material porque somos todos contra qualquer tipo de discriminação ou preconceito. (FONSECA, 2011).

A esfera conservadora ganhou destaque ao utilizar da então denominada “ideologia de gênero” na disseminação político-midiática de pânico morais, colocando a educação no centro desta disputa, através da falsa difusão do “kit gay”, o que garantiu a sua consolidação na capilaridade social. Esta evolução se verifica nas discussões que antecederam a aprovação da Lei Federal nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), que instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), a qual sofreu ataques diretos desta nova vertente moral-religiosa que mais uma vez trouxe as questões ligadas à moral e costumes, neste momento já consolidadas no ideário social, para impor sérias restrições no tocante à diversidade sexual e de gênero.

O que se verifica é a consolidação do neoconservadorismo enquanto política de Estado, mediante atuação do Legislativo Federal, que passou a utilizar de valores decorrentes da intervenção moral e religiosa para promover a política neoliberal. Ou seja, em momento algum a defesa da família e dos costumes se distanciou da defesa dos interesses econômicos:

O que os neoconservadores fazem é mudar a maneira peculiar, mediante a qual essas questões entram no debate, tendo por meta se contrapor ao efeito dissolutivo do caos de interesses individuais que o neoliberalismo costuma produzir. De modo algum se afastam do programa neoliberal de construção ou restauração do poder de alguma classe dominante. Contudo, buscam legitimar esse poder, assim como buscam o controle social, por meio da construção de um clima de consentimento que gira em torno de um conjunto coerente de valores morais. (HARVEY, 2005, p.94)

Este movimento traz possíveis respostas face o movimento contraditório entre o ganho de direitos da população LGBT e a crescente ameaça destes mesmos direitos frente ao executivo federal, principalmente após 2011, uma vez que os movimentos sociais tiveram sua atuação prejudicada na esfera governamental, ante ao crescente conservadorismo político-religioso, principalmente durante o governo Dilma.

Assim, o presente capítulo buscou apresentar as conjecturas que se formaram no decorrer do ciclo histórico analisado, que permitiram um melhor entendimento sobre o afastamento do Executivo frente as políticas sociais ligadas às minorias sexuais, de forma a não responsabilizar unicamente o governo e suas alianças com o projeto neoliberal pela alteração no cenário político, mas compreender que foram mudanças decorrentes de uma disputa em constante tensão por projetos de sociedade distintos, na busca da consolidação hegemônica do sistema capitalista, através da implementação do neoconservadorismo na sociedade.

Neste mesmo período, a Organização Escola sem Partido ganha corpo no cenário político-midiático e aproveita o espaço para mudar seu objetivo fundamentalista e aproximar de forma estratégica o sintagma “ideologia de gênero”, trazendo-o para a esfera da educação. Dado a natureza desta pesquisa, no próximo capítulo apresentar-se-á o mecanismo político ideológico que engendra a Organização Escola sem Partido, cuja organicidade e lastro na sociedade brasileira tem permitido disputar intensamente a condução da política educacional na atual conjuntura.

2 ORGANIZAÇÃO ESCOLA SEM PARTIDO: ATUAÇÃO IDEOLÓGICA NA DEFESA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO (ANTI)DEMOCRÁTICO

O capítulo anterior possibilitou desvelar a participação do Estado Moderno enquanto unidade coesiva da atual fase do sistema capitalista, marcada pelo neoliberalismo e financeirização do capital, destinados a atender os interesses econômicos das classes dominantes, seguindo os ditames do mercado e aprofundando cada vez mais as desigualdades sociais.

Neste processo também marcado pelo conservadorismo, a defesa dos interesses do capital pelo bloco cultural e social dominante intenta consolidar sua hegemonia no senso comum das massas, num momento histórico no qual tensões indiretamente vinculadas à economia e ao mercado se apresentam como novas disputas ideológicas, como as questões ligadas ao gênero e a sexualidade.

Adotando-se um recorte que teve por finalidade a análise histórico-dialética do papel dado à Igreja Católica na criação do sintagma “ideologia de gênero” e posterior difusão no Brasil, foi possível identificar a sua presença na formação de uma vertente neoconservadora que se engendra na estrutura do Estado ampliado, através de aparelhos privados de hegemonia que atuam em alinhamento ao projeto de sociabilidade burguesa. Este movimento fez uso de uma premissa teórica pautada na fé religiosa, a qual permitiu à religião o alcance em diversos estratos sociais, possibilitando-lhe “conservar a unidade ideológica de todo o bloco social” (GRAMSCI, 1980, p.16).

Verificou-se que durante o governo do Partido dos Trabalhadores, um contingente populacional expressivo passou por alterações socioeconômicas benéficas através das políticas públicas durante o governo Lula, durante o qual foi possível verificar que “produziu-se em 2006 um realinhamento, por meio do qual as camadas populares passaram a votar em massa no lulismo” (SINGER, 2018, p. 152), porém sem que isso promovesse uma identidade de classe desta fração.

Este mesmo contingente foi atingido pelos efeitos de uma complexa relação orgânica estabelecida no Estado, considerando-se a sua ampliação através de aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, que utilizaram do conservadorismo moral para obter o consenso acerca de seu projeto de sociabilidade burguesa, mediante o uso de políticas moralizantes, as quais abriram espaço para o atendimento dos interesses do mercado:

A importância crescente da cultura para o político e o econômico não é uma consequência da tendência para a separação ou a diferenciação nessas esferas, mas sim da *saturação e da penetração mais gerais da própria redução de tudo à condição de mercadoria*, que pode agora colonizar grandes zonas da área cultural até então dela protegidas e, na verdade, na maior parte, hostis e incompatíveis com sua lógica (JAMESON, 1999, p. 193, grifo nosso)

Este movimento se insere no processo histórico que visa a reprodução do capital e sua necessidade antagônica de reprodução da força de trabalho, mediante a adoção de um plano político-ideológico que garanta o convencimento da sociedade, assim “a ideologia elege a democracia como o referendo da vontade das maiorias, ainda que, para tanto, as contradições inerentes e decorrentes desse processo sejam debitadas em debilidades institucionais e eleitorais” (FERNANDES, 2018, p. 29).

A democracia liberal – reduzida pelo capitalismo ao liberalismo (WOOD, 2011, p. 201), permite a dominação dos interesses econômicos mediante uma suposta liberdade individual ao alcance de todos, porém sem a devida equiparação econômica, resultando num movimento histórico de preservação do capital, que impede a tomada de consciência de classe pelos trabalhadores, ao mesmo tempo em que necessita de sua reprodução.

Para tanto, torna-se necessária a formação de uma aparelhagem que assegure a efetivação deste plano político-ideológico, fazendo com que o Estado democrático se torne essencial na difusão dos valores dominantes para o conjunto da população, tornando o neoconservadorismo um efetivo mecanismo neste processo.

Assim, por mais que a pauta dos costumes seja composta por uma aparelhagem voltada à difusão de valores estritamente morais e religiosos, sua atuação política desvela o seu objetivo voltado a garantir os interesses das classes dominantes “para impedir a formação de uma vontade coletiva deste gênero, para manter o poder ‘econômico-corporativo’ num sistema internacional de equilíbrio passivo”(GRAMSCI, 1980, p.8), pois a reforma moral encontra-se diretamente ligada à economia, com vistas a consolidar nas massas um bloco cultural que permita garantir a sua unidade ideológica, na produção e reprodução da subalternidade¹².

¹² Com a finalidade de contribuir na análise da constituição desta massa, que foi objeto de análise no capítulo anterior, adota-se o conceito de subalternidade presente em Gramsci, por tratar-se de uma categoria inclusiva que permite englobar a condição geral de subordinação, visíveis de acordo com as formas particulares apresentadas nas distintas análises empíricas de tempos e lugares particulares (CREHAN, 2019), uma amplitude capaz de reconhecer a importância de gênero e sexualidade nas distintas formas de opressão e diferença nos espaços de trabalho e fora deles, partindo-se das complexidades inerentes à realidade empírica.

Para tanto, o presente capítulo pretende desvelar as articulações existentes entre a Frente Parlamentar Evangélica e a Organização Escola sem Partido, ao adotar a pauta dos costumes como viés ideológico, o que permitiu a sua projeção e capilaridade após o ano de 2011, conforme analisado anteriormente. O entendimento sobre a sociedade civil “como locus importante de consolidação da hegemonia burguesa brasileira nos tempos de neoliberalismo” (NEVES, 2005, p. 87) permite desvelar o motivo pelo qual a Organização Escola sem Partido constitui-se como um importante aparelho privado de hegemonia no atendimento dos interesses da burguesia na regulação de seu pacto social.

Por iniciativa do advogado Miguel Nagib, conhecido articulista do Instituto Millenium¹³, o Escola sem Partido (ESP) foi criado em 2004, apresentando-se como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”¹⁴.

Partindo-se do entendimento que enquadra a educação como uma relação de consumo (PENNA, 2017, p.39), o objetivo inicial da Organização Escola sem Partido foi direcionado ao combate da suposta doutrinação marxista presente nas escolas, uma corrente de pensamento decorrente da reação conservadora frente ao período de reabertura democrática nas últimas décadas. Para tanto, a organização fez uso de uma interpretação manipuladora da sofisticada percepção de luta política, presente na obra de Antonio Gramsci:

Gramsci formulou a ideia de um combate pela hegemonia que inclui a disputa por projetos e visões de mundo, em diferentes espaços da sociedade civil. Essa sofisticada percepção da luta política, se torna, nas mãos de seus detratores à direita, uma estratégia maquiavélica e simplória, com o objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade, por meio da manipulação das mentes (MIGUEL, 2016, p. 600).

A deturpação da teoria gramsciana, implementado por teóricos da extrema direita, ofereceu o embasamento para a adoção do então denominado “marxismo cultural”, com destaque para os trabalhos de Olavo de Carvalho, um dos defensores radicais da Organização Escola sem Partido. Desta forma, a ideologia a ser combatida voltou-se ao temor comunista,

¹³ O Instituto Millenium, fundado em 2005 constitui-se como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e atua na defesa “do liberalismo no Brasil que, já no início dos anos 2000, vislumbraram a importância da liberdade, da economia de mercado e do Estado Democrático de Direito”. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/camara-de-fundadores-curadores/>. Acesso em 11 mai. 2020.

¹⁴ Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 11 mai. 2020.

diante da ameaça frente a implementação de um suposto “marxismo cultural” exercida pelo Estado, com base na subversão feita às obras de autores da teoria marxista clássica.

Não por acaso que a criação da Organização Escola sem Partido e a difusão da teoria extremista ganha força num momento histórico no qual toma posse o primeiro Presidente da República proveniente da classe operária, fortalecendo-se a base da reação conservadora e de sua aparelhagem frente ao viés libertário que direcionava as novas políticas Estatais.

Inicialmente, a agenda da organização foi direcionada contra o suposto “marxismo cultural”, responsável pela difusão da ideologia marxista no ambiente escolar, ocupando a pauta da organização até meados de 2010, quando então houve uma mudança estratégica em sua atuação, mediante a adoção da então difundida “ideologia de gênero”, advinda das esferas religiosas e que permitiam maior alcance ideológico, instaurando-se uma nova forma de protagonismo da organização, que passa a utilizá-la como principal frente a partir de então, fortalecendo sua representatividade na esfera política, amplamente referendada pela Frente Parlamentar Evangélica:

Apesar de ter sido criada no ano de 2004, a EsP adquiriu notoriedade mesmo a partir dos movimentos que culminaram no Golpe de Estado que retirou a presidente Dilma Rousseff do cargo, no ano de 2016. [...] Chama a atenção também a imensa rede de apoio que o movimento conseguiu tecer, muito amparada pela atuação sistemática de parlamentares das chamadas bancadas religiosas, principalmente. (QUEIROZ; OLIVEIRA, 2018, p.35).

O avanço da Organização Escola sem Partido acompanha um movimento histórico caracterizado pelo avanço do neoliberalismo e da pauta neoconservadora nas questões pertinentes à educação e conta com uma rede de apoio articulada entre organismos políticos da sociedade civil, como a Igreja Católica e *Think tanks* liberais, que adquirem cada vez mais influência direta nas políticas Estatais e na defesa de seu projeto de sociabilidade burguesa:

Os múltiplos sujeitos políticos coletivos começam, progressivamente, a se organizar em aparelhos privados de hegemonia civil, na tentativa de obter do conjunto da sociedade o consentimento passivo e/ou ativo para seus projetos antagônicos de sociabilidade, e a exigir do Estado a criação e/ou ampliação de direitos, alargando os limites estreitos da democracia liberal dos anos de capitalismo concorrencial. (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p.23)

A articulação da Organização Escola sem Partido com a sociedade política encontra-se presente no apoio irrestrito obtido junto à Frente Parlamentar Evangélica, importante bancada no Executivo Federal, mediante a propositura de Projetos de Lei nas distintas esferas legislativas da Federação, voltados a atender os objetivos da organização, os quais encontram-se inseridos no projeto neoliberal de sociabilidade com influência do movimento neoconservador, através da pauta dos costumes, via Estado Educador.

A atuação desta organização se desenvolve em diversas frentes, tanto entre os grupos que compõem a sociedade civil em seus respectivos espaços de formação da vontade coletiva como na sociedade política, atuando através da ossatura estatal em seu engendramento no Legislativo Federal nos moldes do Estado ampliado. Constitui-se, desta forma, enquanto importante aparelho privado de hegemonia que se organiza entre os múltiplos sujeitos políticos coletivos, “responsáveis pela colocação em prática das teses mais afeitas aos interesses das classes sociais (aparelhos privados de hegemonia)” (NEVES, 2005, p. 24).

A educação ocupa centralidade nas disputas travadas no plano político-ideológico e se mostra como importante canal na produção e harmonização do consenso no âmbito da sociedade civil, enquanto a escola desponta como espaço prioritário nas ações destinadas à promoção da função pedagógica hegemônica. Inserida no campo de atuação das diversas instituições que atuam com vistas a consolidar os interesses da burguesia e seu domínio político e econômico na sociedade, a Organização Escola sem Partido atua em diferentes espaços da sociedade civil e política:

No âmbito da sociedade civil, apresenta-se como um canal de elaboração e difusão de uma determinada concepção sobre a dimensão educativa do Estado, ou seja, na conformação de consenso sobre a sua concepção de educação; e no âmbito da sociedade política ele busca atuar por meio do desenvolvimento de legislações e do fortalecimento de uma rede ou “bancada” de políticos eleitos que defendam o seu projeto educacional. (COLOMBO, 2018, p. 63).

Dentre as articulações existentes entre a Organização Escola sem Partido e a Frente Parlamentar Evangélica, a difusão da suposta “ideologia de gênero” configura uma proposta político-ideológica comum em ambas as frentes e desvela uma característica ímpar desta correlação, que permite seu alcance em diversas classes e frações de classes, com a finalidade

de consolidar um projeto de sociabilidade neoliberal, no atendimento dos interesses do bloco histórico inserido nas relações sociais capitalistas:

As relações sociais capitalistas constituem um bloco histórico dentro do qual se articulam dimensões da estrutura econômico-social e da superestrutura ideológica e política. Isso significa que, dentro de uma compreensão dialética da realidade histórica, as dimensões econômicas, científicas, técnicas e políticas da educação se constroem de forma articulada por diferentes mediações e, por se darem numa sociedade de classes, se produzem dentro de contradições, conflitos, antagonismos e disputas. (FRIGOTTO, 2006, cap. 7)

A escola, enquanto espaço destinado à formação humana e de acesso garantido a toda sociedade, encontra-se permeada por antagonismos que tensionam a sua função política essencial, voltada à reprodução do sistema capitalista. Ao mesmo tempo, constitui-se num espaço permeado por inúmeras contradições, o que permite promover a superação desta função política essencial através da mediação crítica do conhecimento científico. Esta superação torna-se possível quando a escola se contrapõe “ao mesmo tempo, a uma educação generalista e abstrata e ao adestramento profissional. [...] No plano teórico, situa-se na defesa do caráter científico da escola, fundamento para entender como funciona o mundo da natureza e da sociedade humana” (FRIGOTTO, 2018, p. 19).

Os temas ligados à diversidade sexual e de gênero se inserem nesta proposta de educação superadora, pois permitem reconhecer a diversidade presente no espaço escolar, de forma mais próxima da realidade social. Para atender esta finalidade, torna-se necessária uma abertura no horizonte da educação, tendo em vista a oportunidade de se abranger as diferenças existentes no bojo de um contexto democrático que vise maior igualdade (civil e de classe), na promoção do respeito pela diversidade. Assim, os estudos de gênero tornam-se essenciais na garantia de uma postura ética, pautada na diversidade relacional entre os sujeitos e destes com a sociedade, na promoção da pluralidade democrática:

A escola é um espaço ideal para o tratamento de questões polêmicas sobre a diversidade cultural e sexual, pois, além de ser um local onde as diferenças individuais são múltiplas e aparentes, é também um local onde o debate deve acontecer continuamente, com vistas à aprendizagem e à prática do pensamento crítico, promovendo entre todos os agentes escolares o convívio respeitoso e democrático. (MAIA, 2011, p. 41).

Os estudos de gênero refletem a luta dos movimentos feministas e ligados à sexualidade que trabalham com o conceito ampliado dado ao gênero, contribuindo com as políticas educacionais no tocante às minorias sexuais, possibilitando que a escola inclua conteúdos inerentes ao dinamismo social e voltados à diversidade sexual e de gênero em sua prática, uma vez que a “defesa de uma escola plural e democrática passa pelo compromisso com a valorização das diferenças, entendendo que as disputas, as tensões e os conflitos são oportunidades de enfrentar uma postura ingênua ‘de que todos são iguais’” (MARAFON; SOUZA, 2018, p. 86), permitindo a superação do sistema político dominante e dando visibilidade para aqueles e aquelas que sofreram e sofrem com a desigualdade em suas múltiplas formas.

Em sentido contrário, a Organização Escola sem Partido alia-se à pauta moral conservadora e, através de uma articulação com aparelhos privados de hegemonia, principalmente os setores religiosos católico e neopentecostal, inverte todo o constructo histórico e teórico que proporcionou a ressignificação do conceito de gênero, desprezando a sua importância para a sociedade. A visão adotada passa a considerar gênero e sexualidade como ameaças à educação e inseridas no contexto escolar, de forma a desvirtuar os valores morais e religiosos vinculados à família.

Porém os valores morais que se revelam neste constructo histórico são de ordem conservadora e entendem por família a instituição heteronormativa, branca e patriarcal e seu papel na reprodução política dos valores inerentes ao projeto de sociabilidade burguesa, inobstante sua função primordial na formação moral das crianças, enquadradas como uma camada mais frágil da sociedade em iminente perigo, posição que inflama a concepção ideológica adotada.

A “família” que o neoconservadorismo defende é um espelho das tradições morais cristãs. É formada por um homem e uma mulher, variando entre formulações mais tradicionalistas, nas quais o primeiro provê financeiramente, e outras nas quais a mulher é definida como agente relevante para a prosperidade da família (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 151).

Os interesses pautados nesta ótica adotam este conceito de família como força significativa na projeção do neoconservadorismo, tendo em vista que existe no ideário social uma adesão consolidada deste significado, através do contingente populacional que encontra

sentido para suas vidas na ordem moral cristã. Esta adesão permite a difusão do projeto neoconservador de forma pulverizada, pois se insere nas subjetividades individuais ao encontrar respaldo na fé, de forma a considerar como ameaça qualquer ampliação que permita uma resignificação deste conceito.

A adoção deste significado permite que a pauta moral e conservadora dissemine a suposta ameaça da instituição familiar no contexto educacional, principalmente pela proposta de educação sexual nas escolas. Este movimento produz um forte significado nos que se identificam enquanto integrantes dos valores familiares, fortalecendo a pauta moral na garantia de um sistema educacional voltado ao atendimento dos interesses determinados pela religião, única capaz de fornecer proteção face aos ensinamentos supostamente subversivos ligados à sexualidade, que supostamente colocariam em risco toda a ordem social, por incentivar desvios morais na mais tenra idade.

O efeito desta proposta se consolida na sociedade mediante a geração de um temor que fortalece a difusão ideológica desta aparelhagem e revela um mecanismo de atuação de grande valia em sua efetivação. Trata-se de um temor gerado através de uma proposta que vai além de imperativos morais não obrigatórios e se engendra na sociedade mediante a utilização de pânicos morais (RUBIN, 2017), voltados a difundir “a chamada ‘ideologia de gênero’ como um suposto plano para ‘sexualizar’, corromper ou perverter crianças inocentes e destruir ‘a’ família” (CARRARA; FRANÇA; SIMÕES, 2018, p. 75), incutindo no ideário social a figura do professor-doutrinador, responsável por utilizar de sua autoridade e do aparato escolar para aliciar as crianças, destruindo a base da sociedade: a família.

A utilização de pânicos morais decorre da necessidade de adequação aos mecanismos de controle social, frente à evolução de comportamentos de ordem moral que possibilitem mudanças na sociedade e possam colocar em risco o projeto hegemônico das classes dirigentes. Ao enquadrar as mudanças que não devem ser aceitas, os distintos aparelhos das esferas política e civil difundem uma suposta ameaça, presente na ordem moral vigente, o que gera uma reação coletiva de amplo alcance pautada no medo. Para Miskolci (2007, p.112):

O conceito de pânico moral permite lidar com processos sociais marcados pelo temor e pela pressão por mudança social. Este conceito se associa a outros de muitas áreas como desvio, crime, comportamento coletivo, problemas e movimentos sociais, pois permite esclarecer os contornos e as fronteiras morais da sociedade em que ocorrem. Sobretudo, eles demonstram que o grau

de dissenso (ou diversidade) que é tolerado socialmente tem limites em constante reavaliação.

O uso de pânicos morais é bastante eficaz na geração de consenso, por atingir os estratos sociais subalternos que pautados pela necessidade de enfrentamento do medo/pânico, acatam a ideia de que algo deve ser feito, abrindo espaço para que a ideologia dominante se difunda como a solução ideal, pois o “algo a ser feito aponta para o fortalecimento do aparato de controle social, ou seja, novas leis ou até mesmo maior e mais intensa hostilidade e condenação pública a determinado estilo de vida” (MISKOLCI, 2007, p.112).

A utilização deste mecanismo foi de extrema eficácia na polêmica gerada em torno da distribuição do kit de material educativo, conforme anteriormente analisado. Naquele momento, a bancada conservadora do Executivo Federal disseminou um ideário ameaçador frente a suposta homoerotização das crianças no ambiente escolar, utilizando-se de informações inverídicas na construção de um suposto “kit gay” que garantiu a vitória conservadora diante da suspensão do material pela Presidenta da República, mesmo diante dos diversos esclarecimentos feitos pelo Ministério da Educação. Ou seja, o medo, por si, impede sequer a discussão da temática proposta e sua difusão torna-se essencial na blindagem democrática através do uso da pauta dos costumes.

A adoção de pânicos morais configurou-se enquanto estratégia determinante na projeção da Organização Escola sem Partido pois, ao levantar a bandeira da suposta “ideologia de gênero”, que estaria presente de forma dissimulada na política educacional e no cotidiano escolar, consolidou-se como importante aparelho privado de hegemonia em alinhamento aos interesses da Frente Parlamentar Evangélica, uma das principais representantes do conservadorismo moral e religioso na sociedade política brasileira.

A Organização ESP faz uso do sintagma “ideologia de gênero”, cuja ameaça subversiva justificaria a necessidade de garantir direitos morais e religiosos na educação, de forma a assegurar a manutenção da família tradicional – heteronormativa, patriarcal e branca –, porém sem considerar a consequente exclusão de grupos minoritários do ambiente escolar, que não se enquadrem no padrão defendido, desvelando sua participação num plano político-ideológico que permite “por um lado, a possibilidade de determinada existência; por outro lado, mostra as contradições inerentes ao projeto societário que impõe formas de existência” (FERNANDES, 2018. p. 31).

Adotando-se esta política, a educação passa a ser palco destinado exclusão dos indivíduos subalternizados, por meio da estigmatização de preconceitos advindos da retirada da temática voltada aos estudos de gênero e sexualidade das escolas, pois o “aumento da evasão escolar e, conseqüentemente, da exclusão social desses sujeitos é certamente um dos efeitos mais incoerentes e divergentes para uma política de educação e de escolarização” (BORGES, 2018, p. 20).

A atuação da organização fundamenta-se, em síntese, na existência de uma ameaça voltada à família, consubstanciada numa suposta “ideologia de gênero” disseminada no contexto escolar. Ao defender a família, entendida enquanto unidade principal e base da sociedade, a ofensiva antigênero torna-se extremamente eficaz para o acesso direto nas políticas educacionais, fazendo com que seus defensores desconsiderem o papel emancipador dado à educação, inserida num contexto histórico mais amplo.

Neste aspecto, a educação passa a ser entendida como uma prestação de serviços, que se volta para as relações de consumo, seguindo a lógica do mercado, conforme afirmado por Miguel Nagib, ao declarar que o projeto Escola sem Partido foi inspirado pelo Código de Defesa do Consumidor (PENNA, 2017, p. 32), de forma a limitar a educação enquanto “dimensão estrita da relação de consumo, em direção oposta à ampliação da potência democrática, reduzindo a relação de ensino-aprendizagem a uma relação de fornecedor-consumidor” (MATOS et al., 2017, p.89), desconsiderando sua inserção histórica e dialética pelos então defensores da moral e da família.

Mediante a adoção de uma falaciosa postura apartidária, a organização assume a missão de cobrar a qualidade do ensino em atendimento às exigências advindas da relação de consumo. Para tanto, recorre ao ataque da figura do/a professor/a, que se encontra diretamente envolvido nesta relação, levando-se em consideração “seu caráter de antagonismo ao docente que propõe uma educação emancipadora e crítica fora dos valores do mercado, principalmente aquele da escola pública” (QUEIROZ, 2018, p.39).

Trata-se de importante mecanismo de atuação que faz uso da imagem do/a professor/a enquanto doutrinador/a, através das “estratégias discursivas fascistas”, que se constituem enquanto “analogias voltadas à docência, que desumanizam o professor. Normalmente, analogias que tratam o professor como um monstro, um parasita, um vampiro” (PENNA, 2017, p. 42).

Tais estratégias denigrem a imagem do/a professor/a e tornam-se necessárias para defini-lo/a como um inimigo comum, que seria responsável pela difusão da suposta “ideologia de gênero” nas escolas, principalmente os/as professores/as da escola pública, que possuem mais autonomia frente ao processo educativo, o qual passa a ser alvo dos ataques advindos da organização:

as/os professoras/es passaram a ser ameaçadas/os, perseguidas/os e processadas/os judicialmente por discutirem sobre Gênero com suas/seus alunas/os. Pesquisadoras/es sobre o tema e militantes das causas feministas e LGBTI acordaram da noite para o dia com o rótulo de doutradoras/es de crianças (SILVA, 2018, p.22).

A adoção destas estratégias somadas à utilização constante de pânico morais, atuam na criação de um eficiente mecanismo voltado à difusão da falaciosa “ideologia de gênero” que, através de sua articulação com a pauta dos costumes supostamente desvinculada de qualquer viés político, proporciona à organização a obtenção de amplo alcance entre as diferentes classes e frações de classe na sociedade.

Ou seja, nos ditames da Organização Escola sem Partido, a materialização deste “inimigo” cada vez mais ameaçador à família ganha adesão da sociedade civil e encontra-se presente na difusão da suposta “ideologia de gênero”, base para a promoção de forte campanha destinada ao incentivo de proposições legais nas diversas casas legislativas, com o objetivo de alterar a Política Educacional em todas as esferas da Federação.

Aliada à onda conservadora que ganhou força social a partir das manifestações de 2013 contra o governo Dilma (DEMIER, 2016), a organização conquistou adesão no cenário nacional mediante a difusão da pauta moral conservadora, uma vez que “a defesa de uma educação neutra, que era predominante até então, cede espaço à noção de primazia da família sobre a escola” (MIGUEL, 2016, p. 601).

A elaboração do primeiro projeto de lei ocorreu no estado do Rio de Janeiro, formulado pelo coordenador da organização, Miguel Nagib e a pedido do então deputado estadual, Flávio Bolsonaro (PSC/RJ) e foi apresentado à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro no ano de 2014. No mesmo ano, o vereador Carlos Bolsonaro (PSC/RJ) apresentou o projeto no município do Rio de Janeiro (PENNA, 2016).

No âmbito Federal, a atuação da organização tomou corpo com a apresentação do projeto de Lei nº 7.180/2014 (BRASIL, 2014b), de autoria do deputado Erivelton Santana (PEN/BA, ex-PSC/BA), integrante naquele momento da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. O projeto se inseriu num contexto de fortalecimento de políticas conservadoras na esfera pública brasileira, mediante “discursos dentro do ideário da moral cristã (contra o aborto e o controle da natalidade e a favor da assistência psicológica a homossexuais) e de princípios caros ao liberalismo na política e na economia (Estado mínimo e elogios ao livre mercado)” (CUNHA, 2017, p. 273).

As proposições legislativas decorrentes do Projeto de Lei 7.180/2014 (ao todo 13 projetos apensados até o final da legislatura de 2018), bem como os diversos projetos protocolados nas esferas estadual e municipal, são apresentadas diretamente para o Poder Legislativo, o que demonstra o uso de uma estratégia antidemocrática, visto que as proposições não englobam o diálogo com a população interessada (professores/as, alunos/as e demais interessados nos processos educativos), requisito fundamental na elaboração de projetos destinados às alterações na política educacional.

Mesmo sem aprovação, tendo em vista a resistência constante dos professores e representantes da sociedade civil, as proposições se revestem de forte publicidade, com apoio do setor religioso fundamentalista, promovendo uma repercussão que acaba por atingir distintas classes e esferas de classes sociais, com vistas a obter o consenso na alteração unilateral das políticas públicas e diretivas voltadas à educação.

Embora o referido projeto de lei apresentado em 2014 tenha sido arquivado em 2018, devido ao final da legislatura na Câmara dos Deputados, no primeiro dia de trabalho legislativo do ano de 2019, o projeto que defende a implementação do Programa Escola sem Partido foi apresentado pela deputada Bia Kicis (PSL-DF), sob o nº 246/2019 (BRASIL, 2019a). Em seu discurso, a deputada deixa evidente a utilização das “estratégias discursivas fascistas”, presentes na nova proposta:

“é com profunda tristeza que tenho acompanhado hoje professores, que na verdade *merecem muito mais o título de molestadores de crianças, invadirem o espaço da sala de aula, [...]* Nós assistimos com muita tristeza a essas crianças sendo doutrinadas, inclusive sendo iniciadas precocemente na chamada *ideologia de gênero* e sendo sexualizadas (KICIS, 2019, grifo nosso).

Ao afirmar que os professores merecem o título de molestadores, a autora do projeto não apenas denigre e criminaliza a imagem docente, mas lhe incute uma profunda desumanização, levando a crer que não estão em seu espaço, são invasores que devem ser eliminados, afinal são molestadores de crianças, não professores. Desta forma, a estratégia fascista persiste na justificativa do projeto de lei apresentado em 2019, ao explicar que é “fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas”, uma visível acusação voltada na figura do professor, incutindo-lhe, inclusive, enquadramento de tais práticas como “ilícitas, violadoras de direitos e liberdades fundamentais dos estudantes e de seus pais” (BRASIL, 2019b).

2.1 A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE O SINTAGMA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A CONTINUIDADE DA ORGANIZAÇÃO ESCOLA SEM PARTIDO

No tocante às proposituras legislativas defendidas pela Organização Escola sem Partido, o Supremo Tribunal Federal julgou em 27 de abril de 2020 a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 457, declarando inconstitucional a Lei 1.516/2015, do Município de Novo Gama/GO, que determinou a proibição da utilização em escolas públicas municipais de material didático que abrangesse a “ideologia de gênero” (BRASIL, 2020a).

De acordo com o voto do Ministro Alexandre de Moraes, relator do processo, a Lei Municipal contrariou a Constituição, mediante a “imposição do silêncio, da censura e, de modo mais abrangente, do obscurantismo como estratégias discursivas dominantes, de modo a enfraquecer ainda mais a fronteira entre a heteronormatividade e a homofobia” (BRASIL, 2020b).

Trata-se de importante decisão que demonstra o direcionamento da corte no reconhecimento da constitucionalidade de direitos vinculados às liberdades sexuais e de gênero, conforme decisões anteriormente levantadas no presente trabalho. Os efeitos desta decisão atingem de forma direta a Organização Escola sem Partido no tocante ao fomento que

esta organização exerce nos inúmeros projetos de lei em trâmite nas diversas Casas Legislativas da Federação, voltados ao combate da suposta “ideologia de gênero”.

No entanto, os efeitos concretos desta decisão só poderão ser analisados no decorrer do tempo histórico, de acordo com a atuação das diversas esferas legislativas, tendo em vista que a Organização ESP possui forte engendramento na sociedade política e deve ser considerada enquanto Aparelho Privado de Hegemonia que atua no atendimento dos interesses neoconservadores, além de contar com ampla difusão ideológica na sociedade civil.

Os defensores da pauta dos costumes, presentes nas esferas do Poder Legislativo contam com a atuação dos Aparelhos Privados de Hegemonia junto à sociedade civil e possuem influência direta nos processos legislativos, o que lhes concede vantagem na imposição de seu projeto de sociedade, que passa a fazer parte do ordenamento legal vigente. As articulações exercidas pelo legislativo e setores religiosos durante os processos de aprovação dos Planos de Educação demonstram essa engrenagem político-hegemônica.

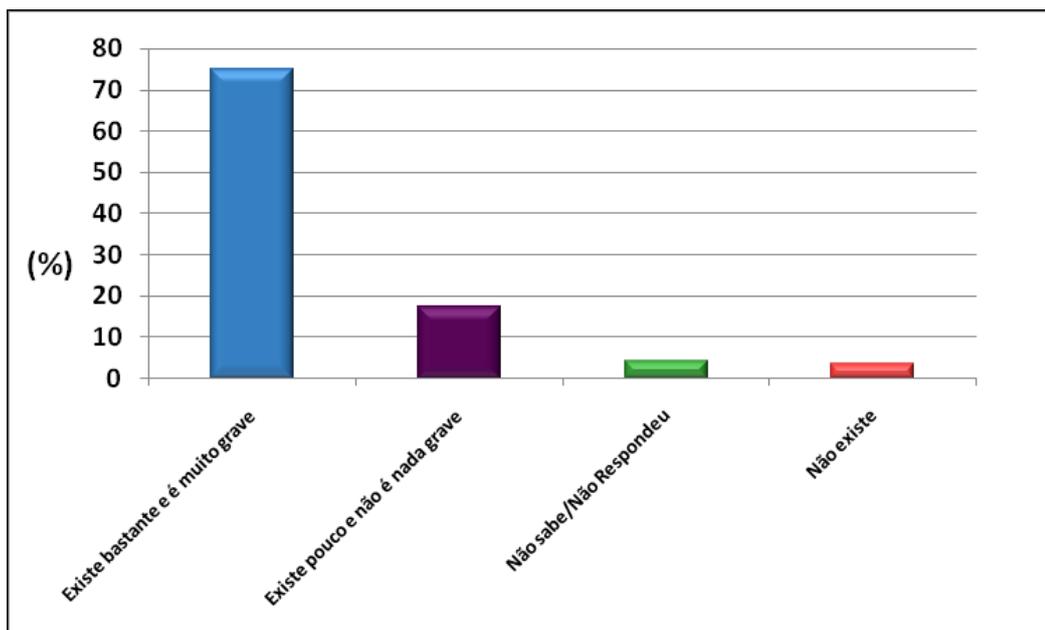
A recente decisão do Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2020a) demonstra uma posição antagonica aos ditames neoconservadores ligados à extrema direita brasileira, que constituem a hegemonia política deste momento histórico. O tempo presente torna difusa a análise do ciclo conjuntural em andamento, pois carece de elementos que só serão trazidos no decorrer do tempo histórico, não possibilitando uma definição concreta quanto ao antagonismo adotado pelo Judiciário frente ao Legislativo e seus Aparelhos Privados de Hegemonia.

No entanto, a análise histórica adotada permite melhor entendimento do presente ao se considerar os diversos ciclos conjunturais, durante os quais a sociedade consolida de forma dialética os seus projetos societários, considerando-se a base estrutural do sistema capitalista. Desta forma, dentro dos limites teóricos do presente trabalho e diante da análise histórica realizada sobre o sintagma “ideologia de gênero”, pode-se afirmar que dificilmente o ideário presente na sociedade será eliminado por uma decisão judicial, pois encontra ampla difusão nos diversos estratos sociais.

Com vistas a direcionar sua atuação, o Ministério da Educação contratou a Pesquisa de Mercado - MEC – Nacional, voltada, dentre seus objetivos, a “Buscar opiniões da população sobre ensino religioso nas escolas, sistema de cotas, ideologia de gênero, preconceitos contra negros e gays” (BRASIL, 2018c, p.7), a qual permite identificar a difusão da suposta “ideologia de gênero” na sociedade.

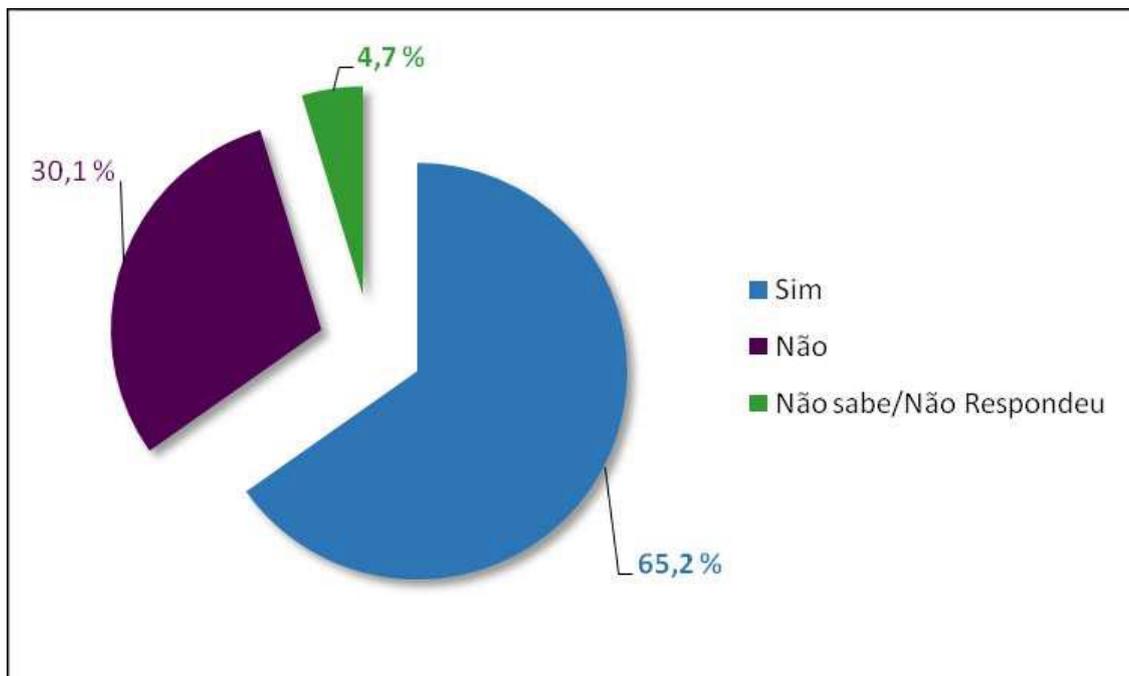
A pesquisa foi realizada no período de 10 a 14 de janeiro do ano de 2018, com abrangência em 11 estados e no Distrito Federal e, dentre os dados levantados, apontou que 75,0% dos entrevistados afirmaram que existe bastante preconceito contra gays nas escolas e que é muito grave e 65,2% afirmaram que o preconceito contra os gays é um tema que o MEC deveria incluir no currículo escolar.

Figura 01: Sobre o preconceito contra os gays nas escolas, você diria que:



Fonte: Pesquisa de Mercado MEC (BRASIL, 2018c, p. 70).

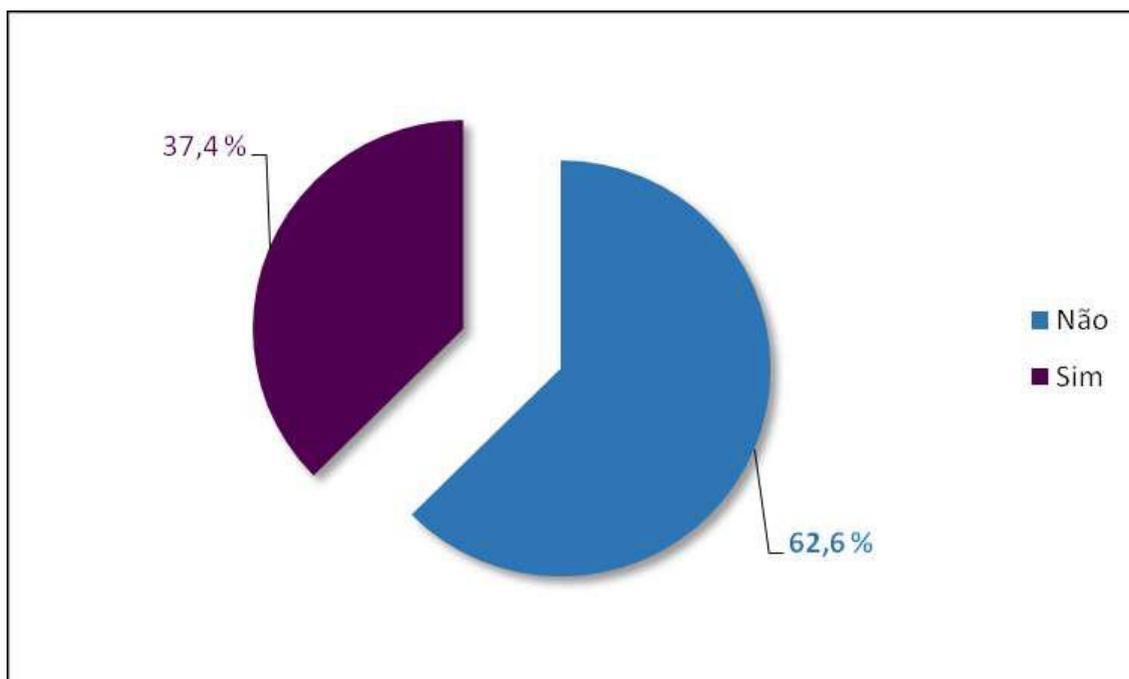
Figura 02: Independente da sua opinião anterior, o preconceito contra os gays é um tema que o MEC deveria incluir no currículo escolar, sim ou não?



Fonte: Pesquisa de Mercado MEC (BRASIL, 2018c, p. 73).

No que concerne ao sintagma “ideologia de gênero”, 62% dos entrevistados não souberam explicar o que seria o termo, enquanto 37,4% afirmaram que saberiam explicar seu conceito:

Figura 03: Você sabe explicar o que é Ideologia de Gênero, sim ou não?



Fonte: Pesquisa de Mercado MEC (BRASIL, 2018c, p. 76).

Embora a maioria dos entrevistados respondeu que não saberia explicar o conceito – 62,6% –, chama a atenção o fato de que dentro deste mesmo percentual, 30,3% responderam que o termo “ideologia de gênero” não deveria fazer parte do currículo escolar. Ou seja, mesmo sem a capacidade em definir o significado, são contrários à sua aplicação no contexto escolar. Dentre os 37,4% que afirmaram saber explicar o conceito, 52,3% responderam negativamente à aplicação do conceito no currículo escolar.

Tabela 2 – Cruzamento: A Ideologia de Gênero deve fazer parte do currículo escolar x sabe explicar o que é ideologia de gênero

Sabe explicar o que é ideologia de gênero → A Ideologia de Gênero deve fazer parte do currículo escolar↓	Sim (37,4%)	Não (62,6%)
Sim	45,0	27,5
Não	52,3	30,3
Não sabe/Não respondeu	2,7	42,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Mercado MEC (BRASIL, 2018c, p. 80).

Os dados permitem a compreensão de que, mesmo entre os que não conseguiram definir o conceito de “ideologia de gênero” – 62,6% –, existe uma parcela significativa que reage negativamente ao relacionar o referido sintagma ao currículo escolar – 30,3%. Ou seja, este número somado ao percentual que afirma saber definir o conceito – 37,4%, mas que não concorda com a sua relação ao currículo escolar – 52,3% – perfazem um percentual significativo e aderem à proposta ideológica da Organização Escola Sem Partido, tendo em vista que a falaciosa “ideologia de gênero” é sua principal bandeira.

Desta forma, o levantamento de dados da pesquisa contratada pelo Ministério da Educação permite elucidar o alcance da proposta da Organização Escola sem Partido, na medida em que se percebe a sua adesão num amplo estrato social, levando ao entendimento de que a decisão do Supremo Tribunal Federal possui um forte impacto social e fortalece a luta dos movimentos sociais ligados a diversidade, mas não afasta nem ameaça a atuação deste aparelho privado de hegemonia, que faz parte de uma realidade histórica voltada a implementar e consolidar os ditames do neoliberalismo, conforme se objetivou demonstrar no presente trabalho.

A análise proposta não deixa de considerar o *modus operandi* da organização e sua atuação obscura na defesa de seu projeto de sociedade, uma vez que o combate à doutrinação política e ideológica mediante o uso da suposta “ideologia de gênero” e da figura do professor doutrinador permanece em sua proposta, o que demonstra que a organização continua em plena atividade e em diversas frentes. Ou seja, a proposta moral conservadora, da qual a Organização Escola sem Partido faz parte, segue um movimento histórico de fortalecimento do neoliberalismo mediante a implementação de políticas neoconservadoras na defesa do projeto de sociedade que esteja em consonância com os interesses do poder hegemônico, no “aumento da concentração de riqueza, ao aprofundamento brutal das desigualdades sociais e ao incremento de novas e ainda mais deletérias formas de exploração da força de trabalho” (MIRANDA, 2020, p. 1), que estão presentes no atual ciclo conjuntural.

A articulação entre a Organização Escola sem Partido e a Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados, demonstra a organicidade presente nas relações entre o Estado ampliado e seus aparelhos privados de hegemonia, que atuam via Estado educador, com vistas a redefinir “de modo sutil suas ‘regras’, de modo a conduzir a construção de um consenso em torno de uma ‘nova cultura’, que tem por objetivo sedimentar a hegemonia burguesa sob novos contornos” (ALGEBAILLE, 2005, p. 193).

A dominação político burguesa que constitui a base de apoio da ofensiva neoliberal, adentra na pauta dos costumes e adquire uma amplitude que atinge praticamente toda a vida social, garantindo a adesão espontânea no contingente subalternizado em seus diferentes graus de opressão, permitindo desvelar que “sob a hegemonia burguesa, o Estado capitalista vem realizando a adaptação do conjunto da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura, de moralidade” (NEVES, 2005, P. 26)

Todo este movimento conjuntural demonstra a consolidação de um sistema neoliberal com vistas a restringir cada vez mais a democracia, na latente ameaça ao direito à educação e ataque constante na figura do professor, uma vez que “as forças e intelectuais que as promovem são a expressão política e ideológica do contexto atual, que assumem as relações sociais capitalistas no Brasil” (FRIGOTTO, 2017, p. 25).

Desta forma, as estratégias utilizadas pela Organização Escola sem Partido demonstram claramente a sua coalisão no cenário político, ao propor que “a junção das teses dos arautos do fundamentalismo do mercado e do fundamentalismo religioso, se transformadas em legislação, como está ocorrendo, constituirá o lado mais voraz da esfinge

que se alastra na sociedade” (FRIGOTTO, 2017, p. 31). Ou seja, a intervenção nas políticas educacionais pelos paladinos da falaciosa “ideologia de gênero” conta com o apoio e iniciativa do setor político-conservador, atualmente referendado pela Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados.

2.2 FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E SUA PROPOSTA MORAL: HEGEMONIA E SUBALTERNIDADE

A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) foi criada no ano de 2003, em decorrência da crescente inserção de evangélicos pentecostais no cenário político nacional, a partir dos anos 2000 e o conseqüente aumento de representantes evangélicos na Câmara dos Deputados. Provenientes de diversos partidos políticos, a característica principal desta Frente Parlamentar¹⁵ foi a coalisão de interesses pautados numa base ideológica dos costumes morais, intimamente ligados à religião cristã ocidental.

Trata-se de um importante sujeito político coletivo que atua na restrição de mudanças advindas dos comportamentos sociais e na defesa de um padrão idealizado de família, mediante propostas de alteração da legislação vigente, em alinhamento ao projeto de sociabilidade burguesa na disputa hegemônica política e moral da sociedade brasileira, ou seja “sujeitos políticos coletivos que passaram a disputar a hegemonia política e cultural, intelectual e moral da sociedade brasileira na aparelhagem estatal e na sociedade civil” (NEVES, 2005, p. 86).

Vincula-se à pauta moral conservadora e conta com o apoio da Organização Escola sem Partido, uma vez que a política neoconservadora adotada permite sua projeção mais ampla em direção a todo ideário social, de forma a possibilitar maior alcance na obtenção de consenso para aprovação de suas propostas de sociabilidade, inseridas nos parâmetros desta formalidade cara ao sistema capitalista, o que faz sem contrariar os princípios democráticos formais do neoliberalismo.

¹⁵ De acordo com o Ato da Mesa nº 69/2005, o qual cria o registro de Frentes Parlamentares na Câmara dos Deputados, considera-se Frente Parlamentar a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade (Art. 2º). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>. Acesso em: 01 mai. 2020.

A projeção e consequente consolidação desta frente ocorre no ano de 2011, em decorrência da suspensão presidencial na distribuição do kit de material educativo, parte integrante do Programa Escola sem Homofobia do MEC, propiciando a projeção de atores políticos na defesa da pauta dos costumes, conforme analisado no capítulo anterior. Com a utilização reiterada de pânicos morais, embasados pela ameaça da subversão de valores familiares na abordagem de assuntos ligados à gênero e sexualidade no ambiente escolar, a família ganha uma roupagem divina, fragilizada pela ameaça da suposta “ideologia de gênero” que se dissipa nas políticas educacionais.

Justamente nesta suposta fragilidade dada à família enquanto a base da sociedade, que os defensores do projeto de sociabilidade burguesa pautado nos costumes e na fé religiosa, adquirem adesão junto à sociedade como um todo, o que lhes permite a produção de uma vontade na qual está contida uma premissa teórica – a fé cristã – como chave para conservar a unidade ideológica de todo o bloco social (GRAMSCI, 1981, p. 16).

Assim, torna-se possível identificar a união de forças entre a Frente Parlamentar Evangélica e a Organização Escola sem Partido, que se consolida principalmente após a decisão do Supremo Tribunal Federal, que legalizou a união entre pessoas do mesmo sexo (BRASIL, 2011a), promovendo o acirramento de manifestações hostis por parte do setor conservador da sociedade, o qual encontrou na organização um aparelho eficiente na disseminação dos valores ligados à moral cristã, uma vez que “no pensamento uno dos mentores do programa ‘Escola sem Partido’ e de seus adeptos, não há alternativa societária além das suas proposições excludentes, sexistas, homofóbicas e xenófobas” (FERNANDES, 2017, p. 228).

As proposições desta frente se desenvolvem em consonância com a proposta da Organização Escola sem Partido, colocando em risco o sentido amplo dado à educação, ao abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, conforme disposto no art. 1º da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996).

Verifica-se que o período histórico compreendido entre os anos de 2011, com as decisões liberais do STF e de 2014, em decorrência da primeira propositura do Projeto de Lei vinculado ao ESP, consolidou-se um regime moral ultraconservador no cenário político brasileiro, advindo do percurso neoliberal que “exige se espriar por todas as formas da vida

social, política e cultural de maneira mais ou menos evidente embora definitiva” (MIRANDA, 2020, p.2), o qual conta com a coalisão de diversos aparelhos privados de hegemonia, na busca pelo consenso de classes e frações de classes, diante de um projeto de sociabilidade burguesa voltado à moral religiosa, que se engendra nas estruturas do próprio Estado, blindando cada vez mais o acesso democrático das demandas populares contra-hegemônicas.

É perceptível o movimento presente no cenário político, voltado à limitação da democracia, com a implementação de políticas destinadas à consolidação dos valores ultraconservadores, tendo em vista que mesmo durante os governos progressistas, era possível identificar a dependência ao capital internacional presente na adesão neoliberal do Estado:

Em anos recentes, os líderes brasileiros falaram com prazer sobre sua independência ou seu desligamento da economia global; mas, na verdade, mesmo com Lula e agora com Dilma no poder, eles se tornaram ainda mais dependentes do capital internacional, ao aceitarem a dominância do neoliberalismo (WOOD, 2014, p. 10).

Esta dependência atinge a esfera democrática mediante o reflexo de um movimento que se iniciou na década de 1980 e trouxe uma característica peculiar às democracias, denominadas de “democracias blindadas” (DEMIER, 2017), que possuem enquanto peculiaridade a dificuldade de acesso das demandas populares provenientes da classe trabalhadora às decisões estatais, mantendo o regime democrático-liberal voltado ao interesse da burguesia, o que determina a sua blindagem.

No Brasil, a blindagem democrática toma forma durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que se valeu dos interesses da burguesia para implementar a reforma do Estado, através de uma política voltada à privatização dos serviços públicos, além de sucessivos cortes no Orçamento Federal, o que repercutiu de forma direta nas políticas sociais.

Para evitar o potencial transformador advindo de um possível movimento contra-hegemônico por parte das camadas populares, o governo FHC, “sujeitando-se à ocorrência de mobilizações sociais ou de antecipação pelo governo em determinado momento” (VIEIRA, 2015, p. 656) utilizou de uma ação política de neutralização dos movimentos e organizações sociais, mediante a estratégia de antecipação das demandas, o que resultou no enfraquecimento da capacidade de mobilização das camadas populares, consolidando-se uma desigualdade social abismal, perceptível naquele momento histórico devido ao contingente populacional expressivo de miseráveis.

Neste contexto histórico, o Partido dos Trabalhadores assume o governo e se vê diante das inúmeras contradições advindas da realidade político-social instaurada e, na tentativa de atender o contingente populacional subalterno, que ansiava por uma transformação política voltada à redução das desigualdades sociais, adota uma série de medidas sociais compensatórias que acabam por fortalecer este processo de blindagem democrática, no atendimento dos interesses da classe hegemônica:

com uma significativa redução do desemprego, um sensível aumento do salário mínimo, a ampliação do mercado consumidor e uma expressiva expansão das políticas sociais compensatórias. Substituindo um projeto de pacto social por um de concertação social, o PT, no poder, contribuiu, portanto, para a blindagem do regime democrático-liberal brasileiro, cada vez mais imunizado em face às pressões populares (DEMIER, 2017, p.63)

O processo de blindagem democrática somado à consolidação de um conservadorismo político com forte relação à extrema-direita, fizeram com que a distância entre os interesses da classe trabalhadora e burguesia aumentassem cada vez mais diante do afunilamento da crise estrutural do capital, fortalecendo a esfera político-conservadora no cenário nacional e na defesa de seus projetos societários, configurando um movimento político inserido na defesa dos interesses do capital, não importando o impacto nocivo de seus resultados.

Nesta conjuntura, a Frente Parlamentar Evangélica se coaduna com a aparelhagem da Organização Escola sem Partido e adota a promoção reiterada de pânicos morais, utilizando-se, inclusive, de uma suposta atuação apartidária frente a defesa dos valores morais e religiosos, em consonância com o movimento neoconservador em curso.

Esta articulação acaba por atingir uma ampla projeção na sociedade civil no mesmo momento histórico no qual o contingente populacional advindo da miséria ingressa na classe trabalhadora e, ainda permanecendo em sua subalternidade histórica, depara-se com a difusão ideológica da cultura hegemônica presente na pauta dos costumes. Este movimento explica o motivo pelo qual contingentes significativos desta mesma classe apoiam a pauta dos costumes, o que fortalece a blindagem, pois parte da classe trabalhadora tende a ser conservadora. Isto é hegemonia.

Ao atuar de forma conjunta, a Frente Parlamentar Evangélica e a Organização Escola sem Partido, passam a ocupar espaço no terreno da cultura, que engloba tanto as elites sociais, quanto os estratos subalternos e se insere num sistema de significações que organiza e dá

sentido aos modos de vida existentes na sociedade, inclusive no meio daqueles que não encontravam mais esperança no mundo temporal (BIANCHI, 2016, p. 123).

A atual conjuntura imperialista correspondente ao projeto neoliberal, apoiado pelo avanço da extrema-direita neoconservadora, que permite a suposta igualdade civil desvinculada da desigualdade de classe, uma posição ideológica que atende a todos os ditames democráticos caros ao capitalismo.

A pauta dos costumes encontra acesso junto aos grupos sociais subalternos, compostos pela massa populacional subordinada e oprimida, permitindo a formação de consenso nestas camadas, que não possuem consciência de classe e se encontram a margem dos interesses econômicos neoliberais, atuantes no atendimento da consolidação do bloco histórico hegemônico que pretende “harmonizar os interesses das classes e frações de classes em nome das quais atuam, como também organizar e organicizar as proposições mais afeitas a esses interesses particulares” (NEVES, 2005, p. 27).

A articulação dos partidos ligados às demandas populares, através de ações concretas na aparelhagem estatal, em consonância com os movimentos organizados da classe trabalhadora torna-se fundamental na tentativa de se reestabelecer o Estado democrático social, num momento em que a “democracia emerge como conteúdo e forma de legitimação do Estado Educador” (FERNANDES, 2018, p. 27), no atendimento dos interesses neoliberais, conforme tem mostrado a atual conjuntura da política pós-golpe.

Na atual conjuntura, a classe trabalhadora encontra-se assolada pelas contrarreformas liberais, que atingem inclusive o contingente que aderiu à pauta dos costumes, surgindo a necessidade de (re)consolidar a sua consciência de classe, com a finalidade de recuperar a tradição democrática “superada pela democracia liberal, a ideia de democracia no seu sentido literal como poder popular” (WOOD, 2011, p. 202), como alternativa necessária à consolidação de um movimento contra-hegemônico por parte das classes dominadas, que permita um novo projeto de sociabilidade a surgir como a esperança socialista no seio da ganância individual da sociedade capitalista, um olhar para o futuro, mediante a construção das bases que definirão o *modus operandi* de uma transformação superadora (MÉSZÁROS, 2015).

A resistência feita por movimentos ligados à sociedade civil e representantes de setores da educação emergem como prioridade na luta por um projeto de sociedade que assegure o respeito pela diversidade através da garantia dos direitos sociais e sexuais, mediante um movimento contra-hegemônico, o qual assume a árdua tarefa de reverter os ditames da

aparelhagem que se volta a consolidar a pauta dos costumes e permita novas formas de entender e compartilhar o mundo, pois “uma parte crucial de qualquer mudança social fundamental é uma transformação cultural que torne possível aos subalternos imaginar outra realidade” (CREHAN, 2020, p.71).

Neste sentido, a análise que segue pretende desvelar a atuação da Frente Parlamentar Evangélica enquanto sociedade política, com vistas a elucidar o seu interesse no projeto neoliberal em curso. Para tanto, acompanhou-se a participação desta frente nas votações de propostas legislativas com viés ultraliberal, as quais perpassaram a pauta dos costumes e adentraram na defesa dos interesses burgueses hegemônicos, levando-se em consideração sua participação nas principais matérias submetidas ao Parlamento a partir do ano de 2011. Esta análise pretende evidenciar os interesses neoconservadores que se engendraram na política educacional, inclusive na aprovação do Plano Nacional de Educação.

2.3 A VERTENTE CONSERVADORA ULTRALIBERAL PÓS-GOLPE E AS PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO: ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL

Até o momento foi possível desvelar que a Frente Parlamentar Evangélica atua em consonância com a pauta dos costumes e segue a vertente do neoconservadorismo na atual conjuntura ultraliberal e na defesa dos interesses do mercado, inerente a reprodução do sistema capitalista. Também se articula com a Organização Escola sem Partido, na tentativa de promover alterações na legislação educacional, destinadas ao enfrentamento de uma suposta “ideologia de gênero”, difundida por parte de professores/as (então) doutrinadores/as, que supostamente colocaria em risco as instituições morais basilares da sociedade. A partir do ano de 2011, com o início da 54^a Legislatura, torna-se possível identificar uma crescente adesão de Deputados/as signatários desta frente, que perdura até o tempo presente.

Tabela 3 – Brasil: Número de Deputados/as signatários da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional.

Ano	Legislatura	Nº signatários/as
2011 - 2015	54 ^a	62*
2015 - 2019	55 ^a	198**
2019 - 2023	56 ^a	195**

**Fonte:* Elaboração própria (2020) a partir de: CASSOTA, 2016. Portal da Câmara dos Deputados (2020)

Observa-se pela Tabela 03 um crescimento significativo da FPE no Congresso Nacional desde sua criação em 2011. Assim, entre as 3 legislaturas na tabela registrada, a bancada apresenta um crescimento de 82,46%. O que significa dizer que o plano político-ideológico dessa força social, tem encontrado por meio do voto, sustentação e apoio de setores da sociedade brasileira, no contexto da democracia liberal.

Embora intente em sua constituição uma atuação destinada a “fiscalizar os programas e as políticas governamentais, voltadas à proteção da família, da vida humana e dos excluídos”¹⁶, a participação em proposições voltadas ao campo político-econômico demonstra que sua atuação vai além da proposta constante em seu registro e se insere no projeto de consolidação da política neoliberal em curso. Tal afirmativa pode ser verificada mediante sua participação em votações de propostas legislativas de cunho ultraliberal, que permitem demonstrar o interesse desta frente, que não se esgotam na moralidade religiosa defendida.

Para tanto, foram selecionadas quatro propostas que obtiveram ampla repercussão no cenário político ultraliberal, no período compreendido entre as 55^a e 56^a legislaturas, durante o qual foi possível visualizar os interesses desta frente em consonância com a política neoliberal. A escolha das proposições levou em consideração a característica ultraconservadora das propostas, que marcaram o cenário político sob o comando da extrema-direita.

¹⁶ Requerimento de registro nº 1.051, apresentado ao Presidente da Câmara dos Deputados em 02 abr. 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf. Acesso em 02 jun. 2020.

O quantitativo de votações da Frente Parlamentar Evangélica não foi analisado em relação à posição adotada pelo Executivo em cada matéria, pois não se objetiva no presente trabalho traçar um comportamento favorável ou contrário ao Poder Executivo, mas demonstrar o impacto das votações desta frente em matérias que estejam de acordo com o projeto de sociabilidade burguesa.

Tabela 4 – Brasil: Abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Roussef – 2016 – 55ª Legislatura

Resultado	Total de Votos CD	Votos FPE	Votos FPE X Resultado	Votos FPE X Total de votos CD
Sim	367	157	42,78%	31,15%
Não	137	23	16,79%	4,56%
Total	504	180	59,57%	35,71%

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados (dados compilados pelo autor).

A aprovação do processo de abertura do *impeachment*, que culminou com o golpe jurídico-parlamentar da presidenta Dilma Roussef configurou-se um marco na consolidação das forças ultraliberais, a FPE participou com o quantitativo de 180 Deputados/as em relação ao total de 504 Deputados/as votantes da sessão, um percentual de participação de 35,71%. Em relação ao resultado da votação – votos favoráveis e contrários – atingiu o total de 59,57% de participação e, dos votos a favor da aprovação da proposta, participou com 157, do total de 367 votos no total, atingindo o percentual de participação no “sim” de 42,78%, um percentual que teve peso no resultado da votação restando configurada o seu interesse, aliado às forças dominantes no cenário econômico naquele momento histórico.

Tabela 5 – Brasil: PEC Nº 241/2016 – 2016 – 55ª Legislatura

Resultado	Total de Votos CD	Votos FPE	Votos FPE X Resultado	Votos FPE X Total de votos CD
Sim	359	142	39,55%	29,89%
Não	116	26	22,41%	5,47%
Total	475	168	61,96%	35,36%

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados (dados compilados pelo autor).

Na defesa do ajuste fiscal proposto pelo então presidente, Michel Temer, a PEC 241/2016, propõe a criação de um teto para os gastos com despesas primárias dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo a partir de 2017, pelos próximos 20 anos, com reflexos diretos no PNE, mediante a redução de recursos destinados à educação. A FPE participou com o quantitativo de 168 Deputados/as em relação ao total de 475 Deputados/as votantes da sessão, um percentual de participação de 35,36%. Em relação ao resultado da votação – votos favoráveis e contrários – atingiu o total de 61,96% de participação e, dos votos a favor da PEC, participou com 142, do total de 359 votos no total, atingindo o percentual de participação no “sim” de 39,55%, um percentual considerável numa matéria esparsa à pauta dos costumes.

Tabela 6 – Brasil: PL Nº 6787/2016 – 2017 – 55ª Legislatura

Resultado	Total de Votos CD	Votos FPE	Votos FPE X Resultado	Votos FPE X Total de votos CD
Sim	296	103	34,80%	21,78%
Não	177	61	34,46%	12,90%
Total	473	164	69,26%	34,68%

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados (dados compilados pelo autor).

Ainda no governo Temer, a proposta de reforma trabalhista trouxe um impacto significativo na classe trabalhadora, mediante mudanças na CLT relativas à remuneração, plano de carreira e jornada de trabalho, entre outras. A FPE participou com o quantitativo de 164 Deputados/as em relação ao total de 473 Deputados/as votantes da sessão, um percentual de participação de 34,68%. Em relação ao resultado da votação – votos favoráveis e contrários – atingiu o total de 69,26% de participação e, dos votos a favor do PL, participou com 103, do total de 296 votos no total, atingindo o percentual de participação no “sim” de 34,80%, mais uma vez um percentual significativo desta frente numa proposta destinada a fragilizar a proteção dada ao trabalhador, inclusive com impactos diretos na reprodução da força de trabalho, através da precarização e flexibilização do trabalho docente.

Tabela 7 – Brasil: PEC Nº 6/2019 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – 2019 – 56ª Legislatura

Resultado	Total de Votos CD	Votos FPE	Votos FPE X Resultado	Votos FPE X Total de votos CD
Sim	370	168	41,41%	34,01%
Não	124	15	12,10%	3,04%
Total	494	183	53,51%	37,05%

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados (dados compilados pelo autor).

Já no governo neofascista¹⁷ de Jair Bolsonaro, aliado ao então Ministro da Economia Paulo Guedes, a reforma da previdência foi aprovada enquanto principal promessa de campanha na esfera econômica e resultado de uma “opção por medidas de redução estrutural da rede de proteção social, em vez da via da tributação mais justa e do fortalecimento do Estado de bem-estar social” (CARVALHO, 2018, cap. 4). A FPE participou com o quantitativo de 183 Deputados/as em relação ao total de 494 Deputados/as votantes da sessão, um percentual de participação de 37,05%. Em relação ao resultado da votação – votos favoráveis e contrários – atingiu o total de 53,51% de participação e, dos votos a favor da PEC, participou com 168, do total de 370 votos no total, atingindo o percentual de participação no “sim” de 41,41%, mais uma vez esta frente registra grande expressividade no quantitativo necessário para a aprovação da proposta.

Um comparativo entre as quatro propostas aqui detalhadas, permite visualizar uma participação constante e significativa da FPE entre os votos favoráveis desta frente e o total de votos favoráveis da sessão:

¹⁷ O conceito de neofascismo empregado no presente trabalho, relacionado ao governo Bolsonaro, é compreendido nos termos definidos por Armando Boito (2019), no qual “o fascismo é um gênero – fascismo original –, do qual o fascismo brasileiro é uma espécie deste gênero – neofascismo. O fascismo e o neofascismo são movidos por um discurso superficialmente crítico e ao mesmo tempo profundamente conservador sobre a economia capitalista e a democracia burguesa – crítica ao grande capital e defesa do capitalismo; crítica à corrupção e à “velha política” combinadas com a defesa de uma ordem autoritária.” (BOITO, 2019). Trata-se de uma descrição que demonstra o governo atual em sua clara posição de extrema-direita.

Tabela 8 – Brasil: Comparativo entre o total de votos favoráveis da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar Evangélica, que resultaram na aprovação de propostas ultraliberais.

Proposta	Total votos favoráveis CD	Total votos favoráveis FPE	Total votos favoráveis CD X FPE
Abertura de processo de impeachment/2016	367	157	42,78%
PEC nº 241/2016 - Teto dos gastos	359	142	39,55%
PL nº 6787/2016 - Reforma trabalhista	296	103	34,80%
PEC Nº 6/2019 - Reforma da previdência	370	168	41,41%

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados (dados compilados pelo autor).

Diante dos dados trazidos à discussão, é possível determinar que a Frente Parlamentar Evangélica participou ativamente na aprovação das propostas elencadas, o que demonstra o seu envolvimento efetivo na defesa do projeto de sociabilidade neoliberal, que visa atender unicamente os interesses hegemônicos burgueses, em detrimento da classe trabalhadora. Esta posição resta evidenciada no voto do Relator, Deputado Jovair Arantes – Partido Trabalhista Brasileiro/GO, no exame de admissibilidade da denúncia feita contra a então presidenta Dilma Roussef, o qual prenuncia o novo projeto de sociabilidade que pautará a agenda ultraliberal a partir daquele momento histórico:

É fato que nos últimos anos o país avançou no âmbito social, com uma distribuição mais igualitária de renda, resultado positivo, no entanto, que começa a ser revertido por conta da grave crise que se instalou. [...] Vale lembrar que, avanços sociais, por mais louváveis que sejam, não podem, por si só, justificar a prática de outros atos absolutamente nocivos à economia do país, tais como o expansionismo descontrolado das despesas do governo culminando com a revelação tardia de passivos antes acobertados por artifícios contábeis. (BRASIL, 2016, p.10)

Desta forma, a pauta dos costumes em sintonia aos interesses neoconservadores e reflexa na atuação da Frente Parlamentar Evangélica, vê-se diante de uma potente vertente

ideológica que passa a mobilizar uma nova identidade para a direita brasileira e lhe permite moldar políticas que adentrem não somente na esfera moral e religiosa mas também nas classes e frações de classe trabalhadoras, devido sua ampla capacidade de alcance, o que desvela sua adesão à pauta ultraliberal.

A adoção de uma agenda neoconservadora em sintonia com as políticas neoliberais fica evidente através do lançamento em outubro do ano de 2018, de um documento programático que define a base de atuação da Frente para a atual legislatura (2019-2023), denominado Manifesto à Nação (BRASIL, 2018b), composto enquanto um planejamento estratégico denominado “O Brasil para os Brasileiros”.

Na apresentação do documento fica clara o atendimento da política neoliberal, tendo em vista a notória valorização da iniciativa privada, a qual “considera-se um bem fundamental a liberdade de negócios e corporações (vistos legalmente como indivíduos) de operar nesse arcabouço institucional de livres mercados e livres comércios” (HARVEY, 2005, p.75). Outro ponto que merece destaque é a “abertura” da pauta religiosa, baseada nos valores cristãos e na defesa da família com o objetivo de atender o interesse da sociedade, mas tão somente “aos mais de 45 milhões de eleitores brasileiros que professam a fé evangélica” (BRASIL, 2018b, p.1).

O documento se estrutura em quatro eixos principais, baseados sobre a modernização do Estado, Segurança Jurídica, Segurança Fiscal e Revolução na Educação, tendo como principal objetivo iniciar o processo de transformação da cultura político-administrativa brasileira. As diretrizes constantes no referido Manifesto, são baseadas no relatório elaborado pelo Banco Mundial, intitulado “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”¹⁸, publicado em novembro de 2017, destinado à revisão das despesas públicas no Brasil e reflete diretrizes voltadas ao corte de despesas com serviços públicos e benefícios sociais:

Apesar de admitir que há outros caminhos possíveis para o ‘ajuste justo’, o estudo não se desviou do que já vem dominando o debate econômico desde 2015: o corte de despesas com serviços públicos e benefícios sociais. Para justificar a exclusão dos outros caminhos possíveis, o texto afirma que, em

¹⁸ Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em 01 jun. 2020.

relação a outros países latino-americanos, o Brasil possui uma alta carga tributária e grandes gastos sociais (CARVALHO, 2018, cap. 4).

Trata-se de uma atuação Estatal que reflete a política neoliberal voltada para os Estados do sul, atendendo os interesses do comércio global, uma vez que “*o neoliberalismo visto do Sul sempre foi sobre comércio global e estratégias de desenvolvimento orientadas ao mercado, tanto quanto sobre privatização e não regulamentação*” (CONNELL, 2016, p. 43).

Ou seja, o Banco Mundial norteia o presente manifesto devido ao movimento neoliberal que visa a dominação do poder político e econômico dos Estados pelas corporações, as quais detém o capital financeiro e tem por objetivo a transferência do “verdadeiro governo do mundo para os grandes grupos econômicos, hegemonzados pelo capital financeiro, e para os organismos internacionais que os representam, mormente a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial” (FRIGOTTO, 2017, p.20).

O manifesto defende a total liberdade do mercado e condena o intervencionismo Estatal. Como é sabido, o Estado Neoliberal não vê com bons olhos a intervenção Estatal, com exceção a exercida para atender os interesses das elites, uma contradição presente nas diversas intervenções estatais em atendimento à classe hegemônica e a clara defesa da intervenção mínima para o restante da população.

No manifesto, são propostas a adoção de estratégias voltadas para a privatização e intervenção mínima do Estado nas relações particulares e refletem de forma simultânea o avanço despótico do comércio global, que articula a visão desenvolvimentista nos diversos setores da sociedade, com foco na eficiência e geração de lucro.

No entanto, não são infreqüentes as situações em que os paladinos da moral religiosa se mostram dispostos a estabelecer coalizões com setores que assumem posições ultraliberais na economia e depreciativas em relação aos direitos sociais e às liberdades democráticas, de modo que ambos podem assumir posições convergentes em relação à adoção do Estado mínimo e de políticas públicas centradas nos interesses do grande capital. (JUNQUEIRA, 2018, p.457)

No tocante à Educação, a suposta “ideologia de gênero” encontra-se presente no Eixo IV - “Revolução na Educação”, ao afirmar a aliança com a Organização Escola sem Partido, através da diretriz “Escola sem Ideologia e Escola sem Partido”:

A ideologia de gênero é a mais nova invenção do pensamento totalitário, que imediatamente foi adotada pelas autoridades dos Governos do PT, e demais frações de esquerda autoritária. Ela desvia a escola das suas atribuições normais e investe na subversão de todos os valores e princípios da civilização. Ela consciente e deliberadamente usa o respeito inalienável da pessoa humana individual em suas tendências sexuais, direito garantido pela Constituição, em instrumento de destruição de todos os direitos e de todo o respeito às crianças e adolescentes, assim como a destruição das famílias na educação da intimidade humana, direito inquestionável e universal. (BRASIL, 2018b, P. 55)

O discurso conservador e religioso presente no texto apresenta uma suposta manipulação da população, tendo em vista a imputação de uma ditadura totalitária, comandado pelo Estado ao escravizar a sociedade civil:

O ataque às crianças, adolescentes e suas famílias, tem por objetivo destruir os alicerces da Civilização como condição prévia para a criação das condições objetivas de instituir uma ditadura totalitária, escravizando as consciências pela força do Estado. *A sociedade civil fica refém do Estado.* Com isso, *introduzem nas escolas* todo tipo de pornografia, licenciosidade, perversão etc. (BRASIL, 2018b, P.55)

De acordo com a atuação da Frente Parlamentar Evangélica e seus aparelhos privados de hegemonia, com clara vinculação da Organização Escola sem Partido, a educação ocupa centralidade nas disputas hegemônicas que perfazem a pauta neoliberal e dos costumes, o que se verifica na presença desta vertente, na aprovação do Plano Nacional de Educação.

2.4 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: DISPUTAS MORAIS E INTERESSES NEOLIBERAIS EM TRÂMITE

A pressão de forças políticas que resultou na suspensão pelo Executivo Federal do material educativo vinculado ao Projeto sem Homofobia no ano de 2011, denominado esdruxulamente de “kit gay” por seus detratores, conforme anteriormente mencionado, deu

rumo ao movimento responsável pela consolidação de um projeto de sociedade pautado na moralidade religiosa.

A composição de uma eficiente aparelhagem orgânica composta por forças sociais obscurantistas passou a ameaçar os direitos conquistados pelas minorias sexuais, resultantes de décadas de lutas travadas por forças sociais libertárias, advindas dos ativismos LGBT e diferentes movimentos feministas. A partir de então, a Frente Parlamentar Evangélica passa a exercer através da agenda moral, uma nova instrumentalização política no âmbito do Congresso Nacional.

Ou seja, políticas governamentais até então favoráveis às reivindicações sociais ligadas à sexualidade se deparam com uma força reacionária advinda do Legislativo Federal, através da atuação de deputados/as conservadores/as que percebem na pauta dos costumes uma maior projeção entre os diversos estratos sociais.

Através da organização de aparelhos privados de hegemonia, como a Igreja Católica e a Organização Escola sem Partido, que atuam na difusão de pânicos morais ligados a uma suposta “ideologia de gênero”, a qual seria responsável pela (homo) erotização de crianças com a finalidade de destruir a família tradicional, a sociedade política passa a obter o consenso de um eleitorado advindo das classes e frações de classe dos trabalhadores/as, favorável à pauta dos costumes.

O período compreendido entre os anos de 2011 e 2014, foi incisivo na projeção do movimento reacionário conservador através da organização de seus sujeitos políticos coletivos, tendo como objetivo principal o desmonte dos direitos sexuais conquistados e seu consequente afastamento gradual nas políticas governamentais, o que demonstra uma “sensível dissintonia entre o mundo social, no qual o respeito à diversidade sexual e de gênero parece cada vez mais incorporada à vida cotidiana, e os discursos conservadores que se articulam nos púlpitos e nos palanques” (CARRARA, 2019, p. 454). Neste mesmo período o Projeto de Lei nº 8.035/2010 (BRASIL, 2014c) passou por um longo e complexo processo, refletindo a influência cada vez mais incisiva do neoconservadorismo:

O Plano Nacional de Educação (PNE) teve uma longa e conturbada trajetória. Entregue ao Presidente Lula pelo Ministro da Educação à época, Fernando Haddad, em 15 de dezembro de 2010 foi encaminhado à Câmara d@s Deputad@s, que o aprovou quase dois anos mais tarde, em outubro de 2012, após ter recebido cerca de três mil emendas. Passou pelo Senado e em dezembro de 2013 foi encaminhado à Comissão Especial da Câmara, onde foi

aprovado no dia 22 de abril de 2014. Após esse trâmite, o PNE foi, então, encaminhado à Presidenta da República, Dilma Roussef, que o sancionou sem vetos, no dia 25 de junho. O Plano define diretrizes e metas para a educação até 2020 e é fruto de longa discussão e intensos debates na Câmara e no Senado, assim como entre educador@s de todo o país. (ROSADO-NUNES, 2015, p. 1240).

A esfera moral conservadora articula-se na sociedade civil através de uma vertente ideológica fundamentada na religião e ganha adesão tanto entre católicos quanto evangélicos, garantindo-lhe uma participação decisiva na aprovação do Plano Nacional de Educação no ano de 2014, que acatou as demandas morais da bancada conservadora na Câmara dos Deputados e foi significativamente alterado no tocante a sua proposta original, que trazia a promoção nas escolas de uma educação voltada para o respeito com a diversidade sexual e de gênero, destacando-se que “nenhum dos Documentos Finais das Conferências de Educação de 2008, 2010 e 2014, nem a versão inicial do Plano Nacional de Educação, fazem menção do termo ‘ideologia de gênero’, e sim têm por objetivo garantir o alcance da equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual” (REIS; EGGERT, 2017, p. 17).

A Frente Parlamentar Evangélica participou na votação do Projeto de Lei nº 8.035/2010, que aprovou o Plano Nacional de Educação, com o quantitativo de 36 Deputados/as em relação ao total de 387 Deputados/as votantes na sessão, um percentual de participação de 9,30%. Em relação ao resultado da votação – votos favoráveis e contrários – atingiu o total de 19,57% de participação e, dos votos a favor do PL, participou com 36, dos 387 votos no total, atingindo o percentual de participação no “sim” de 8,55%.

Tabela 9 – Brasil: Votação do PL Nº 8035/2010 – Plano Nacional de Educação – 2014 – 54ª Legislatura

Resultado	Total de Votos CD	Votos FPE	Votos FPE X Resultado	Votos FPE X Total de votos CD
Sim	269	23	8,55%	5,94%
Não	118	13	11,02%	3,36%
Total	387	36	19,57%	9,30%

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados (dados compilados pelo autor).

Uma análise superficial acerca dos dados levantados permite o entendimento de que a participação da Frente Parlamentar Evangélica na votação do Plano Nacional de Educação, com

um percentual de 8,55% no quantitativo total dos votos favoráveis não foi expressiva a ponto de considerar o viés político-religioso que lhe é peculiar, até mesmo devido ao fato de que na 54ª Legislatura (2011 – 2015), a FPE ainda não possuía um número expressivo de deputados signatários, o que se percebe dado o seu baixo percentual de 9,30% de votos – favoráveis e contrários –, em relação ao total de 387 Deputados/as votantes no total.

No entanto, a participação desta bancada se deu de forma peculiar, que não refletiu no quantitativo de votos favoráveis, uma vez que a votação da redação final do PL Nº 8035/2010 (BRASIL, 2014c) levou em consideração o Destaque nº 1, anteriormente encaminhado pela bancada do PSDB, que propôs a manutenção do texto substitutivo do Senado. Foi justamente quando o referido destaque foi encaminhado, que a presença da Frente Parlamentar Evangélica se tornou imprescindível, pois, somadas às articulações estruturadas com a sociedade civil, exerceram uma forte pressão durante sua discussão e votação.

Encaminhado pelos Deputado Izalci Lucas Ferreira/PR e Pastor Eurico/PSB, o Destaque nº 1, da bancada do PSDB foi proposto no sentido de aprovar o texto do Senado que dizia “*V - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*” em substituição ao texto de redação da Câmara, que dizia em seu art. 2º, inciso III, do referido PL “*Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual*”.

No primeiro encaminhamento, feito pelo Deputado Izalci Lucas Ferreira/PR, a proposta tinha como fundamentação inicial que o substitutivo do Senado seria mais abrangente e compatível inclusive com o art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal, abrangendo, inclusive, a desigualdade de renda, pois dizia respeito a “todas as formas de discriminação”.

O segundo encaminhamento, feito pelo Deputado Pastor Eurico/PSB (integrante da FPE, na 54ª Legislatura), adotou um claro viés religioso, sendo incisivo no tocante à necessidade de se considerar a importância da religião cristã, mesmo diante da laicidade do Estado bem como contou com a presença e apoio de várias representações da Igreja Católica.

Através de suas afirmações, é possível compreender a correlação de forças daquele momento histórico, marcado pelo neoconservadorismo, consubstanciado na pauta dos costumes morais e religiosos, que utilizou do sintagma “ideologia de gênero” para fazer valer seu propósito ideológico na aprovação do Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados:

não fique taxado que só os evangélicos — só os evangélicos! Só os evangélicos! — estão com esse posicionamento. Quero aproveitar para destacar a ação de alguns companheiros, principalmente, do Deputado Eros Biondini, que está aqui, digno representante da Igreja Católica, uma pessoa que tem somado e defendido princípios e valores neste Brasil. (*Palmas.*) Quero destacar aqui a presença de várias representações da Igreja Católica, como também de igrejas evangélicas, neste plenário e no plenário anexo. (*Palmas.*) Todos nós, Sr. Presidente, somos a favor, já votamos pelo relatório. Simplesmente estamos defendendo a ressalva de um destaque O que acontece, Sr. Presidente, é que não vemos a razão de um movimento querer introduzir no Plano Nacional de Educação ideologia de gênero. (BRASIL, 2014c, p. 25)

Desta forma, em votação simbólica¹⁹, foi aprovado o destaque nº 1 da bancada do PSDB dos deputados Izalci Lucas Ferreira/PR, vice-líder do PSDB e Pastor Eurico/PSB, o qual teve parecer favorável ao texto do substitutivo do Senado Federal, suprimindo o texto de redação da Câmara, referente ao inciso III do art. 2º, o qual dizia o seguinte: “Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Desta forma, percebe-se que a retirada da palavra “gênero” de seu texto, decorreu do entendimento de que a “simples menção traria consigo todo um conjunto de implicações nefastas contrárias aos alicerces da família e da ordem estabelecida” (LEMOS, 2017, p.54).

Assim, verifica-se que na sessão de votação final do PNE, o destaque nº 1 estava aprovado, em atendimento à demanda advinda das esferas conservadoras, tanto no âmbito da sociedade política, quanto da sociedade civil organizada em seus aparelhos privados de hegemonia. Este processo explica a baixa incidência de votos de deputados/as signatários/as da FPE no quantitativo de votos favoráveis/contrários durante a votação final do PL, o que não desqualifica, de forma alguma, o seu poder de coesão em sua aprovação.

Existe um consenso entre os analistas de que foi a tramitação do Projeto de Lei n. 8.035/2010, ou Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2010 a 2020, no Congresso Nacional, que incrementou a difusão entre os parlamentares das teses de intelectuais e ativistas católicos/católicas sobre a agenda dos movimentos feministas. A partir daí, o embate dos setores católicos e evangélicos conservadores com o poder Executivo, as feministas, os coletivos LGBTQI e os movimentos de direitos humanos se acirraria. (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 94)

¹⁹ Na votação simbólica, utilizado na votação da maioria das proposições, o presidente da Câmara, ao anunciar a votação de qualquer matéria, convida os deputados a favor a permanecerem sentados e proclama o resultado manifesto dos votos. Assessoria de Imprensa da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/votacao>. Acesso em: 01 mai. 2020.

É perceptível a vitória considerável da pauta dos costumes, através do uso da suposta “ideologia de gênero” como bandeira ideológica, cuja ameaça à sociedade brasileira materializou-se na Câmara dos Deputados durante os debates que antecederam a aprovação do PNE e culminaram na vitória obtida na aprovação do destaque que retirou qualquer menção ao gênero de seu texto, uma vertente que ganha repercussão e se projetou da mesma forma na aprovação dos diversos Planos Estaduais e Municipais de Educação, inclusive na aprovação do Plano Municipal de Educação da cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, conforme será analisado no capítulo seguinte.

3 O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE – PME (2015-2024), MATO GROSSO DO SUL: DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO EM DISPUTA FRENTE AO PROJETO NEOCONSERVADOR

Nos capítulos anteriores, procurou-se contextualizar a consolidação do neoconservadorismo, mediante a análise histórico-dialética da correlação de forças hegemônicas que se coadunam na defesa do projeto de sociabilidade burguesa, inserido na totalidade do sistema capitalista, mediante a reprodução deste sistema no Estado ampliado, através das disputas travadas no âmbito da sociedade política e sociedade civil destinadas a obter o consenso social em favor de seu programa neoliberal.

No desenvolvimento do trabalho, levou-se em consideração a análise da constituição e consolidação da pauta dos costumes no Brasil e o plano ideológico estabelecido sob a vertente da nova pedagogia da hegemonia, como estratégia do sistema capitalista atual para obter o consenso (NEVES, 2005), via Estado Educador.

Em decorrência do avanço do neoconservadorismo no cenário brasileiro, que se engendra na sociedade política através da consolidação de uma forte presença religiosa no Legislativo Federal e na sociedade civil, por intermédio da atuação de aparelhos privados de hegemonia, a educação passa a ser um cenário de disputas hegemônicas, voltadas ao controle da elaboração de políticas educacionais, conforme restou evidenciado na atuação conjunta da Frente Parlamentar Evangélica e Organização Escola sem Partido.

Como discutido no capítulo anterior, a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) foi palco de disputas político-ideológicas e refletiu a articulação exercida na defesa do projeto de sociabilidade neoliberal, resultando na vitória dos defensores da pauta dos costumes, mediante atuação incisiva da esfera religiosa-cristã, principalmente da Frente Parlamentar Evangélica que conseguiu excluir na redação final do Projeto de Lei enviado para o Senado as questões referentes a gênero e sexualidade, desvelando uma articulação direta com o Legislativo Federal que desconsiderou todas as proposições apresentadas voltadas à diversidade.

A análise desenvolvida obedeceu ao recorte proposto, inserido na temática relativa à diversidade sexual e de gênero, objeto de nítidas disputas travadas pelo setor conservador que se mostrou contrário à proposta amplamente debatida entre a sociedade, advinda de “Conferências sociais específicas que tiveram etapas municipais, estaduais e nacionais, envolvendo democraticamente todas as partes interessadas, e cujas deliberações vieram a ser sistematizadas nos Planos” (REIS; EGGERT, 2017, p. 13).

Buscando um melhor entendimento deste ciclo conjuntural, o presente capítulo pretende desvelar os interesses em disputa, mediante análise das discussões travadas durante a aprovação do Plano Municipal de Educação – PME (2015-2024)²⁰ do município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, que se deu em alinhamento com o Plano Estadual de Educação – PEE (2014 – 2024) e o Plano Nacional de Educação – PNE (2014 – 2024), aprovados respectivamente pela Lei Municipal nº 5.565, de 23 de junho de 2015, alterada pela Lei Municipal nº 5.992, de 19 de abril de 2018, Lei Estadual nº 4.621, de 22 de dezembro de 2014 e Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (CAMPO GRANDE, 2015a; CAMPO GRANDE, 2018; MATO GROSSO DO SUL, 2014; BRASIL, 2014a). A sessão de aprovação foi realizada na Câmara de Vereadores de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul.

Em substituição à Lei Federal nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001), que tratava do Plano Nacional de Educação (2001-2010), a Lei Federal nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) instituiu o novo Plano Nacional de Educação – PNE (2014 – 2024). O PNE anterior trazia a necessidade de que os estados e municípios elaborassem os planos decenais correspondentes, voltados a dar suporte às metas do Plano Nacional. A nova lei que implementou o PNE 2014 – 2024 foi mais incisiva em suas disposições, tornando obrigatório que as demais esferas da federação elaborassem seus planos correspondentes os existentes, determinando que:

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei. (BRASIL, 2014).

O atendimento do disposto na lei vinculou a competência comum dos entes federativos na elaboração e aprovação dos respectivos Planos Estaduais e Municipais de Educação em atuação paralela nas suas distintas casas legislativas, com a finalidade de abranger a realidade local. No entanto, esta mesma competência seguiu permeada pelo viés político-ideológico presente nos inúmeros conflitos decorrentes da temática voltada à diversidade sexual e de gênero, que acompanharam a estrutura federativa do Estado brasileiro, uma vez que, na elaboração e aprovação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, houve o silenciamento desta

²⁰ O Plano Municipal de Educação de Campo Grande (2015 – 2025) foi aprovado pela Lei Municipal nº 5.565, de 23 de junho de 2015 e teve sua vigência alterada para o ano de 2024 pela Lei Municipal nº 5.992, de 19 de abril de 2018. No decorrer do trabalho adotar-se-á a vigência atual (2015-2024), mantendo-se, no entanto, o texto original nos documentos eventualmente referenciados antes da alteração legal (2015-2025).

temática, em consonância ao ocorrido na aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024):

Na medida em que muitos municípios não tratam deste assunto, que se relaciona diretamente com o combate à discriminação e à violência e com o fomento à tolerância e à diversidade sexual, essa omissão põe em destaque a polêmica que ronda essa pauta, principalmente em uma época de reafirmação do pensamento conservador (NAJJAR; MOCARZEL; MORGAN, 2020, p.7).

O estudo proposto no presente trabalho acompanha os efeitos locais da proposição legal vinculativa, presente na competência comum das unidades federativas na elaboração de seus respectivos planos em correlação das articulações presentes na aprovação da política educacional, na qual encontra-se inserida a elaboração e aprovação do Plano Municipal de Educação do município de Campo Grande.

A documentação referente ao Projeto de Lei Municipal nº 8.055/2015 (CAMPO GRANDE, 2015b) e as notas taquigráficas da Ata nº 6.143, da 38ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Campo Grande (CAMPO GRANDE, 2015c), destinada à aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande, que serviu de campo empírico para a análise proposta, foi obtida com supedâneo na Lei Federal nº 12.527/2011 (BRASIL, 2011c), via requerimento no portal eletrônico desta Casa Legislativa.

A sessão de aprovação do Plano Municipal de Educação – PME (2015-2024), ocorreu em 23 de julho do ano de 2015 (CAMPO GRANDE, 2015c), na Câmara Municipal de Campo Grande e contou com a presença decisiva de setores religiosos, ligados à sociedade civil, que atuaram mediante um forte viés ideológico, fundamentado na pauta dos costumes, com amplo destaque dado à Igreja Católica.

A articulação destes setores obteve adesão do parlamento municipal na defesa de seu projeto societário, desvelando a presença de elementos característicos do neoconservadorismo no contexto local, destacando-se os elementos ideológicos amplamente difundidos em diversos contextos, dentre eles o sintagma “ideologia de gênero” e a ameaça iminente dos valores familiares.

A consolidação do neoconservadorismo no cenário nacional se engendra na estrutura orgânica das relações entre sociedade civil e política que perfazem o Estado Ampliado, mediante a atuação dos diversos aparelhos privados de hegemonia com vistas à obtenção de consenso acerca da legitimação do projeto de sociabilidade burguesa, utilizando-se da pauta dos costumes no atendimento dos interesses neoliberais.

As disputas travadas por diferentes projetos de sociabilidade engendram-se na estrutura do Estado Ampliado de forma orgânica, mediante uma complexa aparelhagem que intenta obter o consenso entre as classes e frações de classes, utilizando do viés ideológico na defesa do projeto de sociabilidade burguesa.

A educação desponta como terreno fértil neste aparato ideológico, uma vez que o domínio das políticas públicas educacionais permite que espaços como a escola sejam destinados a reproduzir uma educação voltada ao atendimento dos interesses das classes hegemônicas, garantindo a consolidação de um sistema pautado na segregação social, sem que haja o questionamento desta realidade devido à falta de uma educação emancipadora, a única capaz de proporcionar a luta por um projeto que atenda aos interesses da classe trabalhadora.

3.1 AS ETAPAS PREPARATÓRIAS, CONFERÊNCIAS LIVRES, MUNICIPAIS, E/OU INTERMUNICIPAIS, ESTADUAIS E DO DISTRITO FEDERAL: PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO TEXTO-BASE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL.

O Regimento Interno da II CONAE definiu o procedimento a ser observado nas conferências de base para as “etapas preparatórias, conferências livres, municipais, e/ou intermunicipais, estaduais e do Distrito Federal tem como tema principal: O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular; Cooperação Federativa e Regime de Colaboração” (BRASIL, 2012b, p. 3).

Neste documento foi definido o eixo temático II, então denominado “Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos”, o qual teria por representação os seguintes setores sociais: LGBT; Movimento Feminista; Movimento Negro; Representação Quilombola, Representação Social dos Povos Indígenas.

Com a finalidade de implementar a discussão das diretrizes nacionais durante as etapas preparatórias, foi elaborado o documento-referência CONAE – 2014, destinado à “formulação e materialização de políticas de Estado, sobretudo na construção de um PNE e de suas políticas” (BRASIL, 2013, p. 9), detalhando a temática ligada à diversidade sexual e de gênero, presente no eixo II – Educação e diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos:

Historicamente, os movimentos feministas, indígena, negro, quilombola, LGBT, ambientalista, do campo, das pessoas com deficiência, dentre outros, denunciam as ações de violência, desrespeito aos direitos humanos, intolerância religiosa e toda forma de fundamentalismo, racismo, sexismo,

homofobia, lesbofobia, transfobia e segregação, que incidem sobre os coletivos sociorraciais considerados diversos. (BRASIL, 2013, p. 28)

Este documento trouxe as proposições e estratégias que deveriam nortear a participação dos setores envolvidos, totalizando 42 proposições e estratégias para o Eixo II – Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos, das quais 40 estariam na competência concorrente dos municípios envolvidos (BRASIL, 2013, p. 30). O documento final da Conferência Nacional de Educação foi publicado no ano de 2014, com vistas a “submeter ao debate social as ideias e proposições em torno do Plano Nacional de Educação na articulação do Sistema Nacional de Educação 2014 (BRASIL, 2014d) e foi resultado da ampla participação popular, através da:

realização de Conferências Preparatórias e Livres (digitais e/ou presenciais), iniciadas em novembro de 2012, a realização das Conferências Municipais e Intermunicipais realizadas no primeiro semestre de 2013 e, as Conferências Estaduais e Distrital de Educação realizadas no segundo semestre de 2013. Esse processo de mobilização garantiu a participação de aproximadamente 1,9 milhões pessoas propondo rumos para a educação nacional (BRASIL, 2014d).

O documento final, bem como os demais documentos destinados a orientar as conferências estaduais e distritais, direcionaram os grupos de profissionais da educação e de amplos setores sociais envolvidos, que atuaram no processo de elaboração e execução do Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PME (2015-2014), de acordo com as diretrizes nacionais (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2013 e BRASIL, 2014d).

No tocante à diversidade, a proposta submetida à aprovação pelo Executivo municipal reuniu “toda a argumentação para o trabalho com gênero e sexualidade nas escolas, principalmente pensando este como um espaço diverso, múltiplo, crítico, que deveria ter ações em prol da igualdade” (ZARBATO, QUEIROZ, 2017, p. 378).

O Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul – FEEMS definiu o planejamento e o calendário de realização das Conferências Municipais e Intermunicipais de Educação do estado de Mato Grosso do Sul²¹. A Conferência Intermunicipal do polo de Campo Grande – polo 8 –, da qual fizeram parte os municípios de Terenos, Jaraguari, Corguinho, Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul e Rochedo, foi realizada em 13 de junho do ano de 2013.

²¹ Disponível em: <https://sites.google.com/site/forumeducms/identificacao/agenda-de-eventos-de-2013/lancamentodasconferenciasmunicipaisintermunicipaiseestadualdeeducacaodem>. Acesso em 08 jul. 2020.

Os setores conservadores marcaram presença reiterada durante as conferências intermunicipais, nas quais defenderam o seu projeto societário neoconservador mediante o uso reiterado de pânimos morais com vistas a formar o ideário de ameaça à integridade familiar sob o pretexto da falaciosa “ideologia de gênero”, o que contribuiu estrategicamente na consolidação de sua principal bandeira.

Imbuídos da defesa do seu projeto de sociedade e, conseqüentemente, do seu projeto educacional, essa força social disputou-o intensa e acaloradamente, principalmente dos trabalhos do Eixo II – Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos e na Plenária Final da Conferência (PF). É relevante expor que tal força social, ao fazer a disputa no Eixo II com as demais forças sociais em torno do que denominavam de ‘ideologia de gênero’, obliterou o trabalho do Eixo, o que ocasionou a sua não conclusão” (FERNANDES, 2017, p. 2019).

A atuação se deu de forma mais incisiva durante a aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PME (2015 – 2024), momento em que foi possível desvelar a correlação de forças estabelecida entre os defensores da pauta dos costumes, naquele momento com ampla representatividade da Igreja Católica e sua burocracia regional, que se posicionaram na disputa de seu projeto educacional e ganharam a adesão do Parlamento Municipal, de acordo com as manifestações orais e justificativas dos votos, registrados em ata.

Ou seja, os defensores da pauta dos costume e seus aparelhos privados de hegemonia que marcaram presença durante os trabalhos da conferência intermunicipal de educação, realizada em Campo Grande no ano de 2013, permanecem articulados e atuam incisivamente durante a sessão plenária de aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PME (2015 – 2024) na defesa de seu projeto de educação, com utilização da falaciosa “ideologia de gênero” e do uso reiterado de pânimos morais destinado a formar o ideário de ameaça à integridade familiar, estratégia que foi recebida pelo Parlamento Municipal e garantiu o atendimento dos interesses deste setor, com a retirada das disposições referentes à gênero e sexualidade do texto.

A exclusão pleiteada por esta pauta não se efetivou de forma absoluta tendo em vista o movimento contra-hegemônico dos coletivos sociais que, mesmo enfraquecidos pelos ataques sofridos naquele momento histórico e a estratégia adotada pelo Parlamento na aprovação do texto, garantiram a manutenção de parte considerável da proposta apresentada.

Neste momento, o trabalho se debruça na tentativa de desvelar este processo de correlação de forças, conforme passa a demonstrar.

3.2 A ARTICULAÇÃO DURANTE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE – PME (2015-2024): “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA CENTRALIDADE DO PROCESSO DE APROVAÇÃO.

O Plano Nacional de Educação – PNE (2014 – 2014), aprovado pela Lei Federal nº 13.005/14 (BRASIL, 2014), estabeleceu em seu art. 8º o prazo de um ano para a elaboração e aprovação vinculante dos planos municipais e estaduais de educação, que foi encerrado em 25 de junho de 2015.

O texto destinado a compor o Plano Municipal de Educação de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul, foi submetido à aprovação da Câmara Municipal, por encaminhamento do Poder Executivo Municipal, representado naquele ato, pelo então prefeito de Campo Grande, Gilmar Antunes Olarte/Partido Progressista (2014-2015), por intermédio do Projeto de Lei nº 8.055/2015 (CAMPO GRANDE, 2015b), que tramitou em Regime de Urgência²² e foi encaminhado à Câmara Municipal com um prazo exíguo destinado à análise e aprovação de uma matéria reconhecidamente complexa.

Mesmo diante do limitado espaço de tempo, o Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PME/CG (2015-2024), foi aprovado por intermédio da Lei Municipal nº 5.565/2015 (CAMPO GRANDE, 2015a), com alteração posterior pela Lei Municipal 5.992/2018 (CAMPO GRANDE, 2018), em consonância com o Plano Estadual de Educação – PEE – MS (2014-2024), Lei Estadual nº 4.621/2014 (MATO GROSSO DO SUL, 2014) e o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Federal nº 13.005/14 (BRASIL, 2014a), ressaltando que a sua aprovação revogou o anterior PME/CG (2007 – 2016), disposto na Lei Municipal nº 4.508/2007 (CAMPO GRANDE, 2007).

Com o objetivo de contextualizar as forças antagônicas em disputa naquele momento histórico, cumpre lembrar que a aprovação do PME/CG se deu num momento de tensões entre

²² O regime de urgência – especial ou simples – encontra-se disposto no artigo 148 e seguintes da seção II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Grande (CAMPO GRANDE, 2019, p.57). Em consonância com as disposições Constitucionais obrigatórias referentes ao processo legislativo sumário ou de urgência, disposto em seu Artigo 64, §1º (BRASIL, 1988), o regime de urgência especial ou urgência simples visa a abreviação de procedimentos para que o processo ocorra dentro de um prazo determinado.

o Poder Executivo, na figura do então prefeito de Campo Grande em exercício, Gilmar Antunes Olarte/Partido Progressista (2014-2015), que assumiu o mandato após a cassação do prefeito titular Alcides Bernal em 13 de março de 2013²³ e a classe dos trabalhadores em educação, que perfaziam no ano de 2015 o total de 9.128 docentes, integrantes da Rede Municipal de Ensino (REME), a qual contava com o total de 211.750 matrículas no município²⁴.

Naquele momento, os professores da Rede Municipal de Ensino (REME) haviam aderido a uma paralização, devido ao descumprimento pelo Chefe do Executivo municipal da Lei Municipal nº 5.411/2014 (CAMPO GRANDE, 2014), que previa a equiparação de 100% do valor referente ao piso nacional, para 1º de março de 2015 – prazo inicialmente previsto para 1º de outubro de 2014, que já havia sido prorrogado, de acordo com a Lei Municipal nº 5.189/2013 (CAMPO GRANDE, 2013).

Ou seja, mesmo prorrogado, o Executivo municipal não cumpriu com o prazo estabelecido, alegando a falta de previsão orçamentária com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, propondo nova prorrogação para setembro do ano de 2015. Esta proposta encontrou forte resistência dos trabalhadores em educação da REME, uma vez que já se encontravam em defasagem salarial, restando à categoria aderir à greve, deflagrada em 25 de maio, perdurando até 26 de junho do ano de 2015²⁵.

Na tentativa de desestabilizar o movimento grevista, o prefeito determinou a divulgação na imprensa local da listagem referente à remuneração dos professores municipais, na tentativa de convencer a sociedade de que a greve realizada não teria fundamentação, por conta dos altos salários percebidos pela classe trabalhadora²⁶. Insta salientar que a divulgação feita pela imprensa ocorreu às vésperas da sessão de votação do PME na Câmara Municipal, acirrando as disputas de classe no contexto municipal.

Assim, a greve dos trabalhadores em educação surtiu efeitos diretos durante a plenária de votação do PME/CG e deixou evidenciado o desmonte político que permeava as políticas em educação naquele momento histórico, além de desarticular os docentes na defesa das

²³ Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/gilmar-olarte>. Acesso em 03 jul. 2020.

²⁴ Dados elaborados pelo Laboratório de Dados Educacionais a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP 2015.

²⁵ Disponível em: <http://www.acpms.com.br/sintese-da-greve-dos-professores-da-reme/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

²⁶ Disponível em: <https://m.msnoticias.com.br/editorias/noticias-campo-grande-ms/olarte-divulga-lista-de-professores-com-alto-salario-mas-nao-diz/60278/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

questões apresentadas, influenciando o resultado da votação das emendas supressivas e modificativas propostas. Esta contextualização contribui no entendimento sobre as forças político-ideológicas que permeavam a atuação dos atores responsáveis pela elaboração e aprovação das políticas educacionais naquele momento histórico, conforme as palavras do vereador Alex do Partido dos Trabalhadores/PT:

O Prefeito enviou para Câmara uma proposta, que votássemos aqui em regime de urgência o Plano Municipal de Educação. A Câmara municipal atordoada, já praticamente desesperançada observa o que está acontecendo com a nossa educação tão mal tratada, humilhada por esta gestão, nós temos obrigatoriamente fazer um questionamento. Como vamos votar um Plano Municipal de Educação se o próprio Prefeito não valoriza o professor e não cumpre a lei? A Lei 5.411. Em que condições políticas e morais, dentro do marco da legalidade vamos votar um plano municipal de educação se há dois meses a Secretaria Municipal de Educação se encontra sem um titular? Sem uma pessoa realmente que entenda de planos de aula, programas de educação e pedagogia? Como vamos votar? (CAMPO GRANDE, 2015c, p.20)

O cenário político no qual a aprovação do Plano Municipal de Educação se inseriu demonstra que as políticas educacionais se materializaram de acordo com os interesses hegemônicos, mediante articulação entre o Executivo e Legislativo municipais, inclusive pelo tempo exíguo disponível para a aprovação, o que ficou claro na fala do vereador Paulo Pedra, do Partido Democrático Trabalhista/PDT, uma vez que “a aprovação do PME se deu a toque de caixa - O Prefeito que mandou, no dia 17, poderia ter mandado para Casa há trinta dias e não mandou. Isso é falta de eficiência de sua administração” (CAMPO GRANDE, 2015c, p. 15).

A sessão de votação do Plano Municipal de Campo Grande foi acompanhada pela presença de lideranças católicas que ganharam destaque em defesa da família durante o processo de discussão e votação do Projeto de Lei submetido ao Parlamento Municipal. Durante a sessão o deputado Paulo Pedra, do Partido Democrático Trabalhista/PDT, fez questão de registrar que “pela primeira vez nesta Casa, nós temos as três grandes lideranças da igreja católica presentes, nas pessoas do Arcebispo Dom Dimas, o Bispo Auxiliar Dom Mariano e o Arcebispo Emérito Dom Vitório Pavanello” (CAMPO GRANDE, 2015c, p. 38).

Entendida como importante aparelho privado de hegemonia, a Igreja Católica articulou-se de forma incisiva naquele momento histórico, representando os interesses da

pauta dos costumes e de sua burocracia durante os debates, com vistas a retirar do texto final as disposições acerca da temática de gênero e sexualidade.

Ao som de canções religiosas, em especial destinadas a enaltecer os valores da família, “pessoas ligadas à igreja católica distribuíram cartazes enquanto cantavam ‘abençoa Senhor as famílias’. Para Dom Dimas, que participou da sessão, a proposta original colocava em risco o ‘pátrio poder dos pais em educar seus filhos’” (ARQUIDIOCESE DE CAMPO GRANDE, 2015).

Inobstante a presença registrada nas notas taquigráficas de representantes da religião evangélica, foi essencial a expressividade da Igreja Católica durante o processo de aprovação do PME/CG. A cidade de Campo Grande possui um contingente expressivo de pessoas que se identificam com a religião católica, uma vez que dentre as três maiores religiões, a Igreja Católica encontra-se em primeiro lugar:

Quadro 31: Quantitativo das três maiores religiões da cidade de Campo Grande/MS.

Religião	Quantitativo (Unidade: pessoas)
Católica Apostólica Romana	405.627
Espírita	27.671
Evangélica	239.882

1. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (dados compilados pelo autor). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/pesquisa/23/22107?detalhes=true>

Assim, a articulação que levou à aprovação das emendas propostas ocorreu dentro dos ditames legais e processuais do parlamento municipal, sendo que o processo sumário de urgência foi favorável aos interesses da esfera conservadora, naquele momento representada pelos setores religiosos, com destaque para membros e lideranças da Igreja Católica, conforme resta evidenciado na fala da vereadora Magali Picarrelli, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB:

Ontem nós nos reunimos, discutimos, a Diocese esteve presente, a EVB também esteve presente, é claro que eles são bons conselheiros e nos ajudaram. Essas emendas suprimem tudo aquilo que vem contra os princípios da família, pois só assim nós podemos votar o Plano Municipal de Educação, o qual veio como um golpe às nossas famílias, tentando tirar dos pais, o direito de ensinar e orientar. Então eu voto sim ao projeto, com

todas as emendas suprimidas, muito obrigada (CAMPO GRANDE, 2015c, p. 38)

A articulação deste aparelho privado de hegemonia na ossatura Estatal ocorre em alinhamento com a pauta neoconservadora, conforme anteriormente analisado, que se materializa no contexto local, demonstrando a capilaridade desta ampla aparelhagem nas distintas esferas da federação. A fala do vereador Professor João Rocha/PSDB demonstra o papel dado a Igreja Católica durante a aprovação do PME/CG, de forma a identificar a coesão do parlamento com a pauta moral deste aparelho privado de hegemonia:

Estamos aqui com os líderes religiosos tanto da Igreja Católica, quanto da Igreja Evangélica e dizer que atitude como essas de vocês que estão aqui na plateia. Portanto, queremos devolver os aplausos para vocês, porque vocês agora começam a mostrar realmente a força que temos e é isto que importante, para que todos conheçam as forças dos cristãos, o que somos capazes de fazer. *Tenho certeza que os nossos nobres colegas aqui, com suas consciências votariam da forma que estão votando, mas a presença de vocês nos dá uma musculatura moral, religiosa, uma musculatura de que vale a pena ter a família*, ou seja, ensinar os nossos filhos e os nossos netos e frequentar a igreja, tendo religião acima de tudo (CAMPO GRANDE, 2015c, p. 43, grifo nosso)

A fala do vereador demonstra o espaço dado e a influência que obtiveram os setores religiosos, representantes da pauta dos costumes e sua aparelhagem, enquanto os trabalhadores em educação da REME se encontravam num momento de luta por um direito que lhes era ameaçado. Ou seja, a articulação entre o Executivo e o Legislativo abriu espaço para a ampla atuação dos setores religiosos, que seguindo os ditames da Organização Escola sem Partido, influenciaram diretamente a propositura de 12 emendas supressivas e 6 emendas modificativas que foram submetidas à votação:

Quadro 32: Emendas supressivas aprovadas no Plano Municipal de Educação – PME/CG – 2015-2015

Item	Meta	Texto Suprimido
1.7.2	Educação Infantil	Promover programa de formação continuada de Educação em Gênero e Sexualidade, conforme estabelece o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos.
2.14	Ensino Fundamental	Fomentar e apoiar políticas de promoção de uma cultura de direitos humanos no ensino fundamental, pautada na democratização das relações, respeitando as diversidades

		de orientação sexual e identidade de gênero, e na convivência saudável com a comunidade escolar.
2.15	Ensino Fundamental	Implementar políticas de prevenção à evasão, motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.
3.3.1	Ensino Médio	Assegurar que a Educação em Gênero e sexualidade seja contemplada como tema transversal, conforme estabelece o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos.
7.1.1	Qualidade na Educação	Assegurar que a educação em Gênero, Étnico racial e Sexualidade seja contemplada, conforme estabelece o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos.
7.1.2	Qualidade na Educação	Efetivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres (Geogebra, Compasso e Régua, Hotpotatoes, entre outros e recursos educacionais abertos (portal do professor, domínio público, Riverte, entre outros), bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas
7.17.4	Qualidade na Educação	Promover medidas que assegurem o respeito à identidade de gênero das pessoas travestis e transexuais no cotidiano do ambiente escolar.
7.23.2	Qualidade na Educação	Elaborar e discutir, em parceria com os órgãos competentes, material didático para educadores (as), estudantes e pais e/ou responsáveis sobre direitos humanos, promoção da saúde e prevenção das IST/AIDS, alcoolismo e drogas, em sua interface com as questões de gênero e sexualidade, questões étnico-raciais e geracionais
7.23.5	Qualidade na Educação	Implementar ações de orientação e informação que assegurem o tratamento não excludente aos estudantes, funcionários e profissionais da educação, por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero
7.37	Qualidade na Educação	Criar e qualificar uma equipe multidisciplinar para avaliação de livros e materiais didáticos e pedagógicos ofertados nos sistemas de ensino públicos e privados, que versam sobre orientação sexual, identidade de gênero e étnico racial e estimular a confecção de materiais de divulgação sobre diversidade orientação sexual, identidade de gênero e étnico-racial, contemplando todas as diversidades, e estabelecendo parcerias com as instituições de pesquisa
7.38	Qualidade na Educação	Orientar as unidades escolares quanto à aquisição de acervos bibliográficos que contribuam para o respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual, identidade de gênero e étnico racial para os públicos infanto-juvenil e adulto.

12.9.1	12. Educação Superior	Estabelecer parcerias para a realização de estudos e pesquisas sobre as relações de gênero e sexualidade, para a formação de toda a esfera educacional, a partir da articulação com núcleos de estudos acadêmicos e pesquisas sobre educação em gênero, sexualidade e orientação sexual.
--------	-----------------------	--

Elaboração própria com base no PL nº 8.055/2015 (CAMPO GRANDE, 2015b)

Os itens relacionados, que faziam parte do Projeto de Lei apresentado e foram suprimidos, propiciavam uma clareza maior sobre a questão voltada à diversidade, principalmente a população LGBT. A supressão silenciou não somente a proposta apresentada, mas desconsiderou a luta travada pelos movimentos sociais que participaram, através de seus respectivos representantes, na elaboração do texto, além de comprometer o reconhecimento de direitos desta parcela da população, bem com garantir seu acesso e permanência no ambiente escolar.

Vale enfatizar que esse processo se constituiu em uma conquista das mulheres, das pessoas LGBT e de outros sujeitos coletivos politicamente organizados no desenvolvimento de agendas, por vezes conjuntas, por vezes diferenciadas, mas recorrentemente convergentes. A implementação desta agenda na educação brasileira; a implantação de políticas de formação de profissionais da educação na perspectiva de gênero, sexualidades e direitos reprodutivos; a menção ao tema em materiais didáticos e exames nacionais; a ampliação da educação sexual nas escolas; a normatização do reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans em várias instituições e sistemas de ensino e a inserção dessas dimensões em diferentes diretrizes educacionais são exemplos dessas conquistas (VIANNA, BORTOLINI, 2020, p.4)

Quadro 33: Emendas modificativas aprovadas Plano Municipal de Educação – PME/CG – 2015-2015

Item 7.23.1 Qualidade na Educação	Texto original Promover e garantir a formação continuada dos profissionais da educação , incluindo gestores e servidores das secretarias de educação, sobre direitos humanos, promoção da saúde e prevenção da IST/AIDS, alcoolismo e drogas, em sua interface com as questões de gênero e sexualidade, questões étnico-raciais, geracionais e situação das pessoas com deficiência, na vigência deste PME.
	Texto modificado e aprovado Promover e garantir a formação continuada dos profissionais da educação, incluindo gestores das secretarias de educação, sobre direitos humanos, promoção da saúde e prevenção das DST/AIDS, alcoolismo e drogas
7.23.4 Qualidade na Educação	Texto original Estabelecer mecanismos para diagnosticar, avaliar, monitorar e que permitam denúncias de atos homofóbicos e discriminatórios contra a população LGBT nos ambientes escolares e instituições de ensino superior público e privado do município de Campo Grande/MS.

	<p>Texto modificado e aprovado</p> <p>Estabelecer mecanismos para diagnosticar, avaliar, monitorar e que permitam denúncias de todo e qualquer tipo de discriminação</p>
7.29.1 Qualidade na Educação	<p>Texto original</p> <p>Fomentar e apoiar políticas de promoção de uma cultura de direitos humanos no ensino básico, pautada na democratização das relações, respeitando as diversidades de orientação sexual, identidade de gênero e étnico-racial e na convivência saudável com toda a comunidade escolar.</p>
	<p>Texto modificado e aprovado</p> <p>Fomentar e apoiar políticas de promoção de uma cultura de direitos humanos e princípios de valorização da vida e da família no ensino básico</p>
7.29.2 Qualidade na Educação	<p>Texto original</p> <p>Investir em campanhas educativas e informativas voltadas a conscientização da comunidade escolar quanto à população LGBT, a fim de promover o acolhimento humanizado e a permanência de jovens e adolescentes LGBT nos ambientes escolares.</p>
	<p>Texto modificado e aprovado</p> <p>Investir em campanhas educativas e informativas voltadas à conscientização da comunidade escolar a fim de evitar a evasão escolar.</p>
20.4.1 Financiamento da Educação	<p>Texto original</p> <p>Consolidar as bases da política de financiamento, acompanhamento e controle social da educação pública, em todos os níveis, etapas e modalidades, por meio da ampliação do investimento público em educação pública em relação ao PIB, com incrementos obrigatórios a cada ano, proporcionais ao que faltar para atingir a meta estabelecida até 2024, de forma a alcançar, no mínimo e progressivamente, os seguintes percentuais em relação ao PIB: 4% até 2015; 5% até 2016; 7% até 2017; 8% até 2019; 9% até 2022 e 10% até 2024.</p>
	<p>Texto modificado e aprovado</p> <p>Consolidar as bases da política de financiamento, acompanhamento e controle social da educação pública, em todos os níveis, etapas e modalidades, por meio da ampliação do investimento público em educação pública em relação ao PIB, com incrementos obrigatórios a cada ano, proporcionais ao que faltar para atingir a meta estabelecida até 2024, de forma a alcançar, no mínimo e progressivamente, os seguintes percentuais em relação ao PIB: 5% até 2015, 6% até 2016; 7% 2017, 8% até 2019; 9% até 2022 e até 10% até 2024.</p>
Texto que trata da diversidade Sexual e Gênero	<p>Texto original</p> <p>A sigla LGBT, ou LGBTTTT, advém das palavras lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros e é utilizada para designar esta parcela populacional. Embora se refira diretamente a apenas seis grupos, esta representação é utilizada para identificar todas as orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidades de gênero divergentes do sexo (masculino ou feminino) designado no nascimento.</p> <p>A discriminação para com os LGBTs inicia-se comumente no próprio lar, onde, na infância, já são impostos comportamentos e atitudes estigmatizados como corretos, muitas vezes na tentativa de neutralizar a sexualidade destes indivíduos. Paralelamente a essa vivência familiar, a</p>

escola muitas vezes reflete e reproduz estes preconceitos. A diferenciação entre coisas de meninos e coisas de meninas, por exemplo, passa da esfera do privado à do público, e qualquer transgressão a essa ordem provoca uma reação coletiva, em geral negativa (NETO e AGNOLETI, pág. 3).

Isso acaba exasperando o sentimento de inadequação e a sensação de angústia pelo não-pertencimento, bem como agressões verbais e violência sexual. Ainda é comum a repressão de expressões de sexualidades, no lugar de uma política não-moralista de educação sexual (NETO e AGNOLETI, pág. 02).

De acordo com Mello, Maroja e Brito (2010), alguns dos grandes obstáculos que bloqueiam o acesso e a permanência dessa parcela populacional no ambiente escolar são o preconceito, a discriminação, a intolerância e o ódio que os atingem indireta e diretamente, uma vez que possuem em comum o fato do segmento social majoritário questionar sua sexualidade e gênero. Ainda:

Pretende-se sublinhar que a intolerância social em relação à homossexualidade masculina (ideia implícita à noção de homofobia) não é da mesma ordem que a intolerância que atinge lésbicas (oprimidos por uma lesbofobia que, além de homofóbica, é machista e sexista), nem do repúdio e desprezo sistematicamente direcionados a travestis e transexuais, cujas existências ferem de morte os binarismos, macho-fêmea, homem-mulher, e as torna vítimas preferenciais do terrorismo de gênero (MELLO, MAROJA e BRITO, pág. 22).

A população LGBT foi considerada recentemente pela União Europeia e pela ONU como o grupo mais discriminado mundialmente. A invisibilidade, o preconceito e a ausência de reconhecimento da identidade são obstáculos à dignidade destas pessoas (SOEIRO, 2009).

Entendemos que a escola tem o papel imprescindível na democratização da sociedade, e suas estratégias de atuação devem abranger a todos. Assim é preciso que a população LGBT tenha garantido o efetivo direito à educação, que é um conceito bem mais amplo do que o direito à escola. Direito à educação abrange não somente a escolarização e a abordagem de conteúdos sistematizados, mas sim a formação da cidadania do indivíduo, destacando a criatividade, a criticidade, as especificidades e enfatizando a qualidade de vida que cada um pode ter, como também garantindo a todos a igualdade de oportunidades. Por outro lado, é de extrema importância adotar ações para o enfrentamento da violência, em específico neste documento em ambiente escolar, contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais, uma vez que grande parte da evasão desses alunos refere-se justamente a esta violência sofrida, seja ela oral, física ou de cunho psicológico. Para isso, ressalta-se a importância de incluir diretrizes específicas no Plano Municipal de Educação (PME 2015-2024) do município de Campo Grande /MS, voltadas à promoção da cidadania e da educação para toda a comunidade LGBT, visando o combate a todas as formas de preconceito, violência e atitudes discriminatórias; o reconhecimento da identidade, a igualdade, a equidade de gênero, a garantia dos direitos sexuais e garantindo a projeção e ascensão desta população a todos os níveis de ensino.

Dados de violência escolar – Bullying Homofóbico

Em levantamento anual realizado pela Organização Não Governamental (ONG) Grupo Gay da Bahia, o número de homicídios em razão da orientação sexual tem crescido no Brasil nos últimos anos: foram assassinadas 266 pessoas em 2011, 338 em 2012 e em 2013 houve um ligeiro decréscimo ano anterior, com 312 assassinatos. Por outro lado, até setembro de 2014 já foram assassinadas 218 pessoas. Esses dados incluem gays, lésbicas, travestis e transexuais. Além dos assassinatos há ainda casos de violência como agressões físicas e verbais, como o caso do adolescente homossexual espancado pelo pai no ano de 2013, na cidade de Três Lagoas/MS. Deve-se ainda, ressaltar que pesquisa realizada em 2009 pela fundação Perseu Abramo, apontou que 99% da população brasileira tem preconceito declarado contra LGBT.

De acordo com a Pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil (2009), esta realidade também se enquadra no ambiente escolar. Entre os dados obtidos, ressaltamos alguns que consideramos importantes:

- 87% da comunidade escolar (alunos, professores e pais) têm algum grau de homofobia;
- 60% dos professores admitem não tem base para lidar com a diversidade sexual;
- 39% dos estudantes do sexo masculino não gostariam de ter um colega homossexual em sua classe;
- 27% dos alunos homossexuais e bissexuais relatam sofrer ou já ter sofrido preconceito e discriminação por sua orientação sexual.

O Laboratório de Estudos da Violência, Gênero e Sexualidade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (LEVS – UFMS) tem feito pesquisas sobre a temática da violência e do preconceito contra LGBTs desde 2009 no estado de Mato Grosso do Sul e na cidade de Campo Grande. As pesquisas são coordenadas pelo sociólogo Aparecido Francisco dos Reis e tem revelado que na primeira década deste século, 27 pessoas LGBT foram assassinadas no Estado, sendo que as travestis foram as principais vítimas. Além disso, há ainda os casos de preconceito e violência que acontecem no ambiente familiar. Em entrevistas qualitativas realizadas constatou-se que muitos gays e lésbicas se sentem extremamente inseguros em revelar para seu grupo familiar a sua orientação sexual. Nas entrevistas foram narrados casos de violência. Um exemplo para ilustrar, a mãe de uma mulher lésbica mandou o irmão bater nela, quando soube da sua orientação sexual. Outra, ainda adolescente de 15 anos estudante de uma escola pública de Campo Grande/MS, quando informou a família sobre sua orientação sexual, foi severamente castigada pelo pai, que bateu várias vezes com o rosto da filha na parede da casa.

Os exemplos relatados refletem uma situação de insegurança para pessoas LGBT em assumir publicamente a orientação sexual. Se são humilhados, xingados no espaço público, não podem contar com o apoio do grupo familiar, muitos preferindo omitir/mentir sobre sua orientação sexual, com medo de represálias, de atitudes violentas do pai, irmãos ou mãe. É importante destacar ainda a pesquisa sobre violência, *bullying* e preconceito homofóbico no ambiente escolar em duas escolas de Campo

Grande/MS: uma municipal e outra estadual. Em média, 62% dos alunos que responderam questionário sobre o tema, disseram ter sofrido ou praticado *bullying* pelas mais variadas razões, incluindo-se aí a homofobia. Na situação pesquisada verificou-se que o *bullying* e o preconceito ocorrem de forma frequente entre os alunos, principalmente em relação aos meninos, sobretudo, quando um aluno apresenta comportamentos similares ao gênero feminino. Assim, quando na escola algum aluno realiza certas ações ou possui determinados comportamentos que não são dados como masculinos, tornam-se alvo de piadas e brincadeiras.

Numa outra sala de aula, estava escrito acima da lousa a frase: “você é gay”. Não soube a quem era destinada e nem quem a escrevera, no entanto, a frase revela que ser gay parece ser uma coisa ruim, como se fosse uma acusação, ao qual ninguém quer carregar. Outros dados importantes da pesquisa foram a quantidade de frases e expressões de cunho pejorativo, associados aos LGBT, que são largamente utilizadas pelos alunos seja na sala de aula, ou nos corredores, e nas brincadeiras entre os colegas de escola.

Nos discursos reproduzidos pelos alunos, observa-se a ideia de equivalência entre homossexual e mulher, pois na concepção deles, um homossexual seria “um homem que quer ser mulher”, ou seja, não é clara a diferenciação entre identidade de gênero e orientação sexual, confundindo-se as ideias de homossexual e mulher. Essas falas reproduzem a ideia de que, principalmente para homens, possuir características homossexuais e/ou femininas é ruim, assim, mesmo em brincadeiras, quando há o objetivo de ofender, os alunos utilizam tais termos, reproduzindo inconscientemente o discurso heterossexista. As referências à feminilidade como algo ofensivo pode ser justificada com Bourieu (2002) segundo o qual “o homem “verdadeiramente homem” é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública. Segundo Passamani, (2009) “a virilidade é uma categoria relacional e ela precisa ser comprovada e reconhecida pelos outros, nunca apenas pelo sujeito da ação”, ou seja, o homem deve mostrar virilidade logo, assumir certo comportamento que é imposto como um comportamento masculino (jeito de andar, sentar, cruzar as pernas, falar, etc).

Omissão desta política no PME 2007-2016

A lei nº 4.508, de 31/08/2007, a qual aprovou o PME previsto para vigorar até 2016, conforme seu art. 3º, embora revolucionária do ponto de vista da construção democrática, sequer tratou especificamente de necessidades inerentes à população minoritária LGBT, de modo que, em face dos frequentes impasses, dados de violência e da crescente visibilidade da diversidade sexual no âmbito escolar, tal norma pode ser considerada inconstitucional do ponto de vista da efetivação dos direitos individuais pelas garantias dadas na Constituição Federal.

De fato, a circunstância é de extrema importância, tanto no aspecto da materialização da Constituição, considerando que a situação de estagnação gera a erosão da própria consciência constitucional, quanto no aspecto da realização dos direitos individuais eventualmente

violados diante da inércia legiferante. E esta inércia acarreta a inevitável responsabilização do Estado pelos danos causados aos particulares e razão da consulta omissiva inconstitucional:

Nesse sentido, assevera o Ministro Gilmar Ferreira Mendes, do Supremo Tribunal Federal (2008, pág. 1.177), *in verbis*:

Todos os que, tópicamente ou sistematicamente, já se depararam com uma ou outra questão atinente à omissão inconstitucional, não de ter percebido que a problemática é de transcendental importância não apenas para a realização de diferenciadas e legítimas pretensões individuais. Ela é fundamental sobretudo para a concretização da Constituição como um todo, isto é, para a realização do próprio Estado de Direito democrático, fundado na soberania, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, da iniciativa privada e no pluralismo político, tal como estabelecido no art. 1º da Carta Magna. Assinale-se, outrossim, que o estudo da omissão inconstitucional é indissolúvel do estudo sobre a força normativa da Constituição (MENDES, 2008).

Portanto, em face da omissão de diretrizes, objetivos e metas para a educação infantil, ensino médio e superior capazes de promover a inclusão, valorização e proteção do alunado LGBT, que atentem para os fundamentos e objetivos constitucionais e para os direitos e garantias fundamentais, é flagrante que a norma em questão é passível de apreciação pela perspectiva da inconstitucionalidade por omissão.

Muito embora tenha tratado da garantia de políticas e programas com vistas à educação para a diversidade, o documento não especificou em momento algum o recorte da população LGBT, estimada segundo o senso de 2010 (IBGE), em aproximadamente 10% (dez por cento) da população, o que representa hoje cerca de 85 mil habitantes desta capital, podendo ou não estarem inseridos nas instâncias de ensino, cujas identidades sexuais impensadas para o ambiente escolar, pois que diversas da hegemônica heteronormatividade e da lógica binária macho/fêmea (homem/mulher), provocam as mais diversificadas formas de violência, sejam verbais, morais e mesmo físicas, culminando, em casos mais intensos e preocupantes, em evasão escolar, o que configura exclusão e marginalização de LGBTs.

Tal omissão, portanto, já é o bastante para justificar a necessidade de revogação desta norma para que venha de ser substituída por outra que, pautada no princípio da máxima efetividade, seja mais abrangente e vinculativa, capaz de implementar políticas combatentes da invisibilidade e das desigualdades vivenciadas por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, para que sejam estas compreendidas como participantes de todos os processos e espaços públicos ou privados destinados e pensados para efetivação do acesso pleno à educação, esta vista como bem jurídico e dever do Estado Brasileiro para com todos e todas, indiscriminadamente, nos moldes do consagrado objetivo constitucional do inciso IV do art. 3º que é a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor,

	<p>idade outras formas de discriminação, e do enaltecido fundamento da cidadania do inciso II do art. 1º da CF/88.</p> <p>Ressalta-se, <i>in fine</i>, que as diferenças humanas é que fazem a riqueza de uma sociedade plural a ser amadurecida e estimulada para a convivência de forma harmônica, livre e solidária na efetivação de uma cultura de paz.</p>
	<p>Texto modificado e aprovado</p> <p>A população LGBT foi considerada recentemente pela União Europeia e pela ONU como o grupo mais discriminado mundialmente. A invisibilidade, o preconceito e ausência, de reconhecimento da sua identidade são obstáculos à dignidade destas pessoas (SOEIRO. 2009). Entendemos que a escola tem o papel imprescindível na democratização da sociedade, e suas estratégias de atuação devem abranger a todos. Assim é preciso que a população LGBT tenha garantido o efetivo direito a educação, que é um conceito bem mais amplo que o direito a escola. Direito à educação abrange não somente a escolarização e a abordagem de conteúdos sistematizados, mas sim a formação da cidadania do indivíduo, destacando a criatividade, a criticidade, as especificidades e enfatizando a qualidade de vida que cada pode ter, como também garantindo a todos a igualdade de oportunidade. Por outro lado, é de extrema importância adotar ações para o enfrentamento da violência, em específico neste documento em ambiente escolar, contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais, uma vez que grande parte da evasão destes alunos refere-se justamente a esta violência sofrida, seja ela oral, física ou de cunho psicológico. Em levantamento anual, realizado pela organização não governamental grupo Gay da Bahia, o número de homicídios em razão da orientação sexual tem crescido no Brasil nos últimos anos; foram assassinadas 266 pessoas em 2011, 338 em 2012, e em 2013 houve um ligeiro decréscimo ao ano anterior, com 312 assassinatos. Por outro lado, até setembro de 2014 já foram assassinadas 218 pessoas. Estes dados incluem gays, lésbicas, travestis e transexuais. Além de assassinatos, há ainda os casos de violência com agressões físicas e verbais, como caso do adolescente homossexual espancado pelo pai no ano de 2013, na cidade de Três Lagoas. Deve- ainda, ressaltar que pesquisa realizada em 2009 pela Fundação Perseu Abramo, apontou que 99% da população brasileira tem preconceito declarado contra LGBT.</p>

Elaboração própria com base no PL nº 8.055/2015 (CAMPO GRANDE, 2015b)

Das 12 emendas supressivas, 11 destinavam-se a suprimir dispositivos que versavam sobre a temática da diversidade sexual e de gênero, enquanto das 6 emendas modificativas, 5 foram destinadas à mesma temática. Ou seja, o foco das alterações efetuadas desvela a atuação

do movimento neoconservador que se engendra no contexto local, nas palavras do vereador Paulo Siufi²⁷, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB:

Senhor Vereadores e distinta plateia, o que me faz discutir essas emendas é porque infelizmente fomos traídos mais uma vez pelo *Governo Federal*. Esse Projeto insano que vai contra à família, às crianças e tudo o que acreditamos é vetado em nível Federal e encaminhado sorrateiramente às todas as Câmaras Municipais do Brasil, em que muitas aprovaram sem saber o teor do Projeto, conforme fizemos uma reunião ontem com as lideranças religiosas junto com o Vereador Herculano, pessoas responsáveis pela organização, em que estivemos discutindo ponto a ponto. O que eles querem? Conforme a *Jornada Mundial da Juventude no Rio 2013*, já falava sobre a Teoria do Gênero. Ou seja, eles querem colocar uma ideologia de gênero em que não exista mais sexo feminino e masculino (CAMPO GRANDE, 2015c, p. 34).

O trecho demonstra uma crítica ferrenha ao Governo Federal, sem levar em consideração que o texto apresentado foi elaborado pela comissão de sistematização/adequação do PME 2015-2024 e subcomissão de sistematização/adequação do PME 2015-2024, advindo de um trabalho participativo, com representantes de diversos setores sociais, frutos de amplo debate no decorrer da CONAE 2014.

A presença do viés ideológico pautado na moral religiosa resta evidenciada na apresentação das emendas supressivas e modificativas, deixando claro que as reuniões com setores religiosos à parte foram necessárias ao embasamento das propostas, mediante argumentos explícitos da contraofensiva católica, conforme menção à Jornada Mundial da Juventude, evento oficial da Igreja Católica, realizada no Brasil em 2013 que trouxe à discussão o sintagma “ideologia de gênero”:

A edição de 2013 da Jornada Mundial da Juventude foi sediada no Brasil e conduzida pelo Papa Francisco. Nessa ocasião foram distribuídos, a todos os participantes inscritos, um manual de bioética – elaborado pela fundação francesa *Jérôme Lejeune* e aprovado pela Comissão Nacional da Pastoral Familiar da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – que, em seu conteúdo, condenava o aborto, o uso da pílula anticoncepcional, a inseminação artificial, a eutanásia, a adoção de crianças por casais do mesmo gênero e a “ideologia de gênero” (SILVA; CÉSAR, 2017, p. 200).

²⁷ Em momento histórico posterior, o vereador Paulo Siufi, que expressamente assume a fé católica e representa os interesses da Igreja Católica (CAMPO GRANDE, 2015c, p.39), apresentou o programa da Organização Escola sem Partido, através do projeto de Lei Complementar n. 8.242/2016, com vistas a “transformá-lo nas diretrizes e base da política educacional para o Sistema Municipal de Ensino” (FERNANDES, 2017, p. 2018).

As 18 emendas supressivas e modificativas foram aprovadas em processo de votação simbólico, resultando em 25 votos favoráveis e 2 votos contrários, o que demonstra a adesão quase total do parlamento. Assim, a utilização do sintagma “ideologia de gênero” contribuiu para que o plano fosse aprovado com amplo silenciamento das disposições referentes à diversidade sexual e de gênero. Outra expressão presente nas justificativas dos votos, foi a defesa da família – dos 25 votos favoráveis, 17 utilizaram expressamente o vocábulo “família” –, o que demonstra o entendimento equivocado desta instituição como base da sociedade:

No Brasil acostumamo-nos a dizer que a família é a base da sociedade. Nada mais equivocado, a base da sociedade é o espaço público, lugar de negociação e respeito pela diversidade, onde aprendemos a conviver com os diferentes ao mesmo tempo em que percebemos que nossos gostos, opiniões políticas podem ser muito diferentes daqueles de outros indivíduos. A qualidade de vida em uma sociedade se mede mais pelo respeito ao espaço público do que propriamente pelo modo como as famílias se organizam, e convém lembrar que temos também uma diversidade de estruturas familiares nos dias de hoje, em todas as sociedades (SEFFNER, 2016b, p.67).

Trata-se de um equívoco que permeia o ideário sobre o espaço familiar na sociedade difundido não por acaso, pois obedece aos interesses neoconservadores, tendo em vista que a equiparação de distintos espaços privados – família – ao patamar de espaço público – base da sociedade –, compromete diretamente a formação política do indivíduo, pois não propicia a construção do respeito à diversidade essencial ao espaço público.

Verifica-se que mesmo após todo o trabalho voltado à discussão e elaboração dos Planos de Educação, iniciado no ano de 2012 através das primeiras deliberações da CONAE 2014 (BRASIL, 2012b) que procurou atender aos princípios democráticos participativos, o Plano Municipal de Educação de Campo Grande, no que tange à temática da diversidade sexual e de gênero, foi aprovado de acordo com os interesses neoconservadores, consubstanciado pela presença dos setores religiosos que impuseram o seu projeto de educação, sem que houvesse o mínimo debate com todos os atores envolvidos.

Evidencia-se a tentativa de desmobilização da resistência feita pelos atores sociais defensores da educação, com vistas a precarizar as condições de trabalho docente, uma vez que “a precarização das relações de trabalho e a desregulamentação dos direitos trabalhistas vêm-se constituindo em importantes pressupostos objetivos da desmobilização de sujeitos políticos

coletivos comprometidos até então com a contra-hegemonia” (NEVES, 2005, p. 35). Os ataques aos trabalhadores da REME advindos do Executivo Municipal, bem como a proposição do Projeto de Lei destinado à aprovação do Plano Municipal de Educação em regime de urgência, impossibilitaram a discussão mais ampla com a comunidade interessada sobre as questões relativas à gênero e sexualidade, evidenciando a articulação do Parlamento em visível coalisão de forças com a Igreja Católica, na tentativa de implementar na política educacional do município o seu projeto de educação.

Torna-se possível desvelar no bojo das disputas hegemônicas travadas a presença do processo de blindagem democrática conforme analisado no capítulo anterior, no qual a democracia é exercida formalmente, mas sem alcançar determinados estratos sociais, ou seja, embora garantida, não é exercida. Entende-se que no que concerne ao processo legislativo que culminou na aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PME (2015 – 2024), podem ser identificados elementos desta blindagem democrática na temática voltada à diversidade, uma vez que houve a presença participativa da população interessada na elaboração e edição do Plano Municipal, durante as Conferências Intermunicipais.

O texto apresentado foi resultado de debates e discussões realizadas nos Grupos de Trabalho e aprovadas nas respectivas plenárias, porém um trabalho que não foi levado em consideração pelo legislativo que, ao receber o plano com um prazo exíguo para deliberação, aprovou as emendas supressivas e modificativas num processo de votação simbólica, sem que houvesse o mínimo debate com a população interessada.

Neste momento que se entende presente a blindagem democrática, uma vez que a participação popular foi desconsiderada dentro de um processo legítimo, sem ferir os ditames legais. Ou seja, democracia e neoliberalismo se mostram intimamente relacionados, pois permitem descaracterizar o indivíduo enquanto classe, restando a sua identidade frente aos aspectos morais da sociedade, levando ao entendimento de que “a democracia foi superada pelo liberalismo” (WOOD, 2011, p. 197).

Desta forma a educação se depara com a questão ideológica, causando embates no campo político-ideológico, uma vez que a participação de amplos setores da sociedade permitiu a discussão de uma visão de mundo pautada em valores sociais e educacionais que não são caros ao sistema capitalista vigente e conflitam-se com o projeto de sociedade defendido pelas classes hegemônicas. Desta forma, a ideologia torna-se importante mecanismo que, inserido numa aparelhagem própria, engessa as decisões estatais no mais

perverso mecanismo de obtenção de consenso de forma a reproduzir o sistema capitalista em curso.

A atual conjuntura apresenta-se marcada por intensas disputas entre projetos de sociedade, que se desdobram em projetos de educação, com vistas a consolidar a hegemonia da classe dominante na sociedade. O contexto local trazido ao presente trabalho, na elaboração e aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PNE (2015 – 2024), permite visualizar a correlação entre o tempo presente e a totalidade social, o que leva a questionar sobre a presença do Estado neste processo.

No entanto, o documento aprovado demonstra que houve resistência por parte dos representantes da sociedade civil, que garantiu a permanência de parte dos dispositivos voltados à temática da diversidade sexual e de gênero no texto final convertido em lei:

Quadro 34: Dispositivos relacionados à diversidade que foram aprovados sem alteração no Plano Municipal de Educação – PME/CG – 2015-2015

Item	Texto
2.14	promover ações pedagógicas com os alunos matriculados nas instituições de ensino públicas e privadas do município de Campo Grande/MS, com vistas à prevenção da violência sexista e homotransfóbica.
3.8.3	garantir que as unidades escolares de Ensino Médio, no exercício de suas atribuições no âmbito da rede de proteção social, desenvolvam ações com foco na prevenção, detecção e encaminhamento das violações de direitos das crianças e adolescentes (violências psicológica, física e ou sexual, negligência, constrangimento, exploração do trabalho infanto-juvenil, uso indevido de drogas, discriminação racial, orientação sexual e identidade de gênero entre outras), por meio da inserção dessas temáticas no projeto político pedagógico e no cotidiano escolar, identificando, notificando e encaminhando os casos aos órgãos competentes.
3.13	implantar e implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.
3.13.2	implementar políticas de prevenção à evasão, motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.
3.13.3	implementar ações de orientação e informação que assegurem o tratamento não diferenciado aos estudantes, funcionários e profissionais da educação, por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero, a fim de evitar a evasão.
3.13.4	investir em campanhas educativas e informativas, voltadas para a conscientização da comunidade escolar quanto à população LGBT, a

	fim de promover o acolhimento humanizado de jovens e adolescentes LGBT nos ambientes escolares.
3.13.5	estabelecer mecanismos para diagnosticar, avaliar, monitorar, que permitam denúncias de atos homofóbicos e discriminatórios contra a população LGBT, nos ambientes escolares públicos e privados do município de Campo Grande/MS.
7.23.3	estabelecer mecanismos para diagnosticar, avaliar, monitorar e que permitam denúncias de todo e qualquer tipo de discriminação.
7.30.1	desenvolver campanhas de prevenção às IST/AIDS para adolescentes e jovens nos ambientes escolares, estimulando o exercício responsável de sua sexualidade.
9.9.2	estabelecer mecanismos de acompanhamento de políticas e programas que visem a superação do preconceito e/ou quaisquer formas de discriminação.
12.7.1	promover o acesso e a permanência da população LGBT e de outros grupos historicamente desfavorecidos nos ambientes escolares e instituições de ensino superior público e privado do município de Campo Grande/MS de acordo com o disposto no PNE.
16.2	articular com as IES públicas e privadas a oferta, na sede e/ ou fora dela, de cursos de formação continuada, presenciais e/ou a distância, com calendários diferenciados, para educação especial, gestão escolar, educação de jovens e adultos, educação infantil, educação escolar indígena, educação no campo, educação escolar quilombola, educação e gênero, a partir do primeiro ano de vigência deste PME.
16.7	ofertar uma política de formação continuada aos docentes na área de educação em direitos humanos e diversidade, abrangendo temas relevantes sobre gênero, sexualidade, orientação sexual e educação.

Elaboração própria com base no PL nº 8.055/2015 (CAMPO GRANDE, 2015b)

Verifica-se que a maior parte das disposições voltadas à temática de gênero e sexualidade foram excluídas do texto final em atendimento aos interesses da pauta dos costumes. No entanto, as disposições que permaneceram no documento demonstram o movimento contra-hegemônico dos coletivos sociais voltados à defesa da educação, na tentativa de reverter as condições que levariam a exclusão absoluta dos estratos sociais colocados à margem do projeto de sociabilidade burguesa. Este movimento de resistência surge em contraposição ao poderio estabelecido naquele momento histórico que se voltou aos interesses do Parlamento Municipal e da Igreja Católica destinados a excluir a totalidade de dispositivos relacionados às questões de gênero e sexualidade no PME/CG.

A possibilidade de construir uma nova hegemonia modifica a dinâmica da atuação política, porque se admite que outros interesses que não os do Estado (em sentido restrito) e da classe dominante se movimentam na sociedade civil atrás de ressonância e aceitação. Entre estes interesses estão os das classes subalternas e frações dissidentes da burguesia (ou da pequena burguesia) que

com elas se solidarizam e se aliam no enfrentamento das classes dominantes e dirigentes (MORAES, 2010, p.73).

Embora a aprovação do PME/CG tenha demonstrado a vitória da pauta dos costumes, importantes atores sociais estiveram envolvidos neste processo de alteração da política educacional e garantiram que os dispositivos voltados às questões de gênero e sexualidade não fossem retirados em sua totalidade, conforme intencionavam a aparelhagem formada pela Igreja Católica e seus pares. No entanto, dada a celeridade do seu processo de aprovação, tais atores não tiveram tempo hábil para maior articulação e foram invisibilizados diante da estratégia utilizada pelo Parlamento naquele momento histórico.

No sentido de identificar a articulação destes atores sociais em seu processo contra-hegemônico, faz-se necessário analisar o momento histórico posterior ao da aprovação do Plano Municipal de Educação do município de Campo Grande – PME (2015 – 2024), mediante o movimento político ocorrido no ano de 2016, quando a Câmara de Vereadores de Campo Grande aprovou o Projeto de Lei nº 8.242/2016 (CAMPO GRANDE, 2016), no qual a esfera conservadora pretendeu implementar o seu projeto de sociedade nos moldes da Organização Escola sem Partido:

Por isso mesmo, e decorrência dos resultados obtidos e conquistados com a aprovação e o sancionamento pelo Poder Executivo Municipal do PME 2015-2025 de Campo Grande, os protagonistas e adeptos do Movimento do Programa ‘Escola sem Partido’ retornam à cena, com o propósito de substituir o recém aprovado Plano pelo seu Programa” (FERNANDES, 2017, p. 221).

Neste momento torna-se possível visualizar que, embora a pauta dos costumes tenha mantido seus interesses em alinhamento com o Parlamento Municipal, conforme restou evidenciado na aprovação do Projeto de Lei Municipal nº 8.242/2016 (CAMPO GRANDE, 2016), a correlação de forças sociais contrárias à proposta tomou corpo e se articulou num movimento contra-hegemônico com vistas a impedir a aprovação da então denominada “Lei da Mordaça”. Inobstante sua aprovação na Câmara Municipal, houve uma forte mobilização destes coletivos²⁸ o que ficou evidenciada no veto total do prefeito Alcides Bernal, ao declarar

²⁸ Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems); Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Básica (ACP); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);

que “o presente Projeto de Lei foi rechaçado de plano pela grande maioria da classe do magistério” (CAMPO GRANDE, 2016).

Esta conjuntura permite desvelar que no ano de 2015 a pauta dos costumes se mostrou incisiva durante o processo de aprovação do Plano Municipal de Educação do Município de Campo Grande ao impor o seu projeto de educação, enquanto o movimento contra-hegemônico, embora enfraquecido pelas articulações do Executivo Municipal, garantiu que as disposições não fossem totalmente silenciadas.

As disputas acirraram-se e as questões de gênero e sexualidade desdobraram-se até o ano seguinte, com a proposição do Projeto de Lei nos moldes da Organização Escola sem Partido, quando a pressão dos atores sociais em defesa da educação impediu a alteração da política educacional com o veto total por parte Executivo Municipal, na defesa da proposta de uma educação pública e democrática:

A educação pública democrática é necessariamente para todas as pessoas cidadãs, por isso é popular, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade social e se contrapõe a todas as formas de preconceito sendo antirracista, antimachista, antissexista, antimisógina, antixenófoba, antilgbtfóbica, anti adultocêntrica, assim contribuindo para a superação de todas as formas de discriminação (SÜSSEKIND, FERNANDES, 2019, p. 53).

Inserido nesta correlação de forças, sua presença nos diversos ciclos conjunturais e seu caráter coesivo frente ao sistema capitalista, demonstra que o Estado se torna primordial na gestão das políticas públicas em educação, pois tem o poder de regulamentar a política educacional de forma a atender os interesses políticos e hegemônicos de determinado ciclo, mediante:

Central Única dos Trabalhadores (CUT); Coletivo de Feministas; Coordenação de Mulheres do PPS; Partido Comunista do Brasil (PCdoB) de Campo Grande; Partido Comunista do Brasil de Mato Grosso do Sul; Frente Brasil Popular de Mato Grosso do Sul; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Associação das Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS); Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Sinergia Fórum LGBT/MS (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais); Rede Apolo; Coletivo de Mulheres Negras de MS; Fórum Nacional de Mulheres Negras; Associação de Arte Educadores de MS (Asmae); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) de Campo Grande; Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas de MS (Neabi); Fórum de Mulheres de MS; Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul (PT/MS); Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora (Intersindical); Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física; Marcha Mundial das Mulheres; Central Sindical e Popular (CSP – Conlutas); União da Juventude Comunista (UJC); Fórum Cidadã de MS; Sindicato dos Psicólogos de MS; Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU/MS); Movimento de Estudo, Sexualidade, Cultura, Liberdade e Ativismo (Mescla/MS); Sindicato dos Docentes da UFMS (ADUFMS).

processos que põem em movimento opções e decisões de caráter normativos, regulamentares, reguladores e avaliativos informados pelo plano político/ideológico/pedagógico que configuram a política educacional com vistas à garantia do direito à educação e que expressam, em dado momento histórico, a ação do Estado em confluências com as demandas da sociedade. (FERNANDES, 2012, p. 1).

Diante do exposto, verifica-se que o projeto neoconservador em curso apresenta o seu projeto de sociedade e de educação mediante a defesa da pauta dos costumes, com vistas a regular a sua proposta e consolidar os interesses neoliberais hegemônicos, não sem a devida resistência contra-hegemônica dos coletivos sociais na defesa da educação democrática. Seus defensores encontram-se presentes na composição do próprio Estado pela esfera política-legislativa, e atuam na sociedade civil através de aparelhos privados de hegemonia, como a Igreja Católica e a Organização Escola sem Partido, cuja atuação foi objeto de estudo no presente trabalho.

Trata-se de um movimento global que se engendra no interior do Estado e pode ser desvelado nos diversos contextos locais, como o que se pretendeu explicitar no presente trabalho, tendo em vista que a atuação neoconservadora foi perceptível por todo o estado do Mato Grosso do Sul e esteve presente na aprovação do Plano Municipal de Educação – PME (2015 – 2024) do município de Campo Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo desvelar o processo de correlação de forças presentes na construção da política educacional no tocante às questões relacionadas a diversidade sexual e de gênero no município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, durante o processo de aprovação de seu Plano Municipal de Educação – PME/CG (2015 – 2024), ocorrido em alinhamento ao Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul – PEE/MS (2014 – 2024) e ao Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024).

O estudo abrangeu o período compreendido entre o ano de 2014 a 2015, no qual foram editados e aprovados os respectivos planos de educação. O levantamento documental defrontou-se com as dificuldades advindas do processo de desmonte do Portal da Transparência e acesso à documentos oficiais, agravados pela pandemia de COVID-19. Trata-se de um movimento reacionário advindo do Governo Federal que se consolida em alinhamento aos interesses neoconservadores.

A análise realizada acerca do processo de aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) permitiu visualizar o movimento de correlação de forças estabelecido durante o seu processo de aprovação, de forma a evidenciar que “defender um projeto de educação significa defender um projeto de sociedade (SÜSSEKIND; FERNANDES, 2019, p. 54). A análise voltou-se para as questões de gênero e sexualidade, permitindo acompanhar um movimento que se engendra na sociedade política de característica moral e conservadora, no qual estas questões passaram a ocupar o cerne dos debates: o neoconservadorismo.

Trata-se de um movimento que abrange as questões de gênero e sexualidade em sua temporalidade moral, permitindo “caracterizar o fenômeno em sua emergência no momento político atual, ressaltando as coalizões diversas que o sustentam em um contexto específico” (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p.25). Desta forma, a apropriação da agenda moral e sexual pela sociedade política, permitiu identificar uma gama de interesses que vai além das questões de cunho subjetivo e se engendra num constructo mais amplo, que faz parte dos antagonismos presentes na totalidade do sistema capitalista, tendo em vista que “a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto”. (LÖWY, 1991, p. 16).

A relação complementar entre a sociedade civil e o Estado torna-se vital nesta conjuntura, mediante a atuação de aparelhos privados de hegemonia, que atuam

especificamente nas questões relativas à gênero e sexualidade, principalmente no campo da educação. A ampliação do Estado possibilita que estes aparelhos privados de hegemonia inscrevam “seus projetos de hegemonia na ossatura material do Estado” (CASIMIRO, 2018, p. 458), de maneira a obter o consenso social através de afirmativas ideológicas de ordem moral e religiosa que adquirem amplo respaldo nos estratos sociais que encontram significado nestas afirmativas em suas vivências individuais.

O redirecionamento da Igreja Católica, perceptível a partir da década de 1990 demonstrou a adoção de uma base ideológica burguesa cara ao sistema neoliberal e suas diversas formas de atuação, tanto na sociedade civil quanto político-partidária, o que permitiu a abertura para o surgimento de novos atores nestas esferas, conforme verificou-se na crescente participação de evangélicos nas disputas eleitorais das últimas duas décadas, promovendo efeitos diretos na consolidação do neoconservadorismo no cenário político brasileiro.

A afirmação da suposta ameaça frente aos valores morais da sociedade e a adoção do sintagma “ideologia de gênero” passaram a constituir a base do discurso político, principalmente após o ano de 2011 nos embates advindos do então denominado “kit gay”, durante os quais este termo foi reiteradamente difundido e alcançou ampla projeção. Neste movimento, a Frente Parlamentar Evangélica consolida-se enquanto importante sujeito político coletivo na defesa da pauta moral conservadora, o que se tornou possível, em grande parte, em decorrência da crescente apropriação das questões sexuais e de gênero em sua base política.

Ou seja, a inserção dos evangélicos pentecostais no cenário político nacional a partir dos anos 2000 e a criação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no ano de 2003 (CUNHA, 2017), consolidou o sintagma “ideologia de gênero” na base da pauta moral conservadora e serviu de base para o movimento reacionário frente às decisões liberais do Supremo Tribunal Federal a partir de 2011, no tocante à ampliação de direitos das minorias sexuais.

A análise permitiu identificar o apoio advindo da Organização Escola sem Partido e da Igreja Católica no segmento moral conservador do Executivo Federal, enquanto aparelhos privados de hegemonia voltados a implementar os valores deste segmento no âmbito das políticas educacionais.

No tocante à Organização Escola sem Partido, verificou-se a utilização da estrutura estatal mediante sua articulação com a Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo Federal através de propostas legislativas com vistas a mudanças na política educacional. A crescente

consolidação de temas voltadas às questões de gênero e sexualidade no cenário político, principalmente após a discussão gerada em torno do kit material educativo vinculado ao ministério da educação, que foi utilizado como viés ideológico pela bancada conservadora mediante a propagação do “kit gay”, gerou a necessidade de mudança do objetivo fundamentalista da Organização ESP, na promoção de um melhor alinhamento com a pauta neoconservadora.

Para tanto, o sintagma “ideologia de gênero” desponta como principal bandeira desta Organização e a educação passa a ser alvo de uma perversidade ímpar, mediante a disseminação de reiterados pânicos morais fundamentados numa suposta ameaça à família e aos valores morais da sociedade. Na escola, os professores e professoras passaram a ser atacados mediante a utilização de estratégias discursivas fascistas, com vistas a desmoralizar a categoria e justificar a implementação do projeto de educação defendido pela Organização.

O realinhamento dos objetivos da Organização Escola Sem Partido permitiu seu avanço no campo das políticas públicas educacionais através de uma rede de apoio formada por esferas da sociedade civil organizada e setores conservadores do Legislativo Federal, “levantando esforços em associar-se a parlamentares de distintos partidos e organizações da sociedade civil – dos setores empresariais e religiosos, especialmente – na tentativa de implementar um novo modelo de educação” (COLOMBO, 2018, p.65).

Com efeito, a retórica moral conservadora mostrou-se determinada a alterar o curso da política educacional nas diferentes esferas federativas, com vistas a restringir cada vez mais a democracia, em aberta ameaça ao direito à educação e ao ataque à figura do/a professor/a, uma vez que “as forças e intelectuais que as promovem são a expressão política e ideológica do contexto atual, que assumem as relações sociais capitalistas no Brasil” (FRIGOTTO, 2017, p. 25).

De modo geral, a análise permitiu desvelar um movimento moral conservador que culminou na consolidação do regime ultraconservador no cenário político brasileiro, advindo de uma política neoconservadora que visa a limitação e conseqüente retirada de direitos sociais, com a única finalidade de atender aos interesses do Estado neoliberal, o que permitiu a visualização de um ciclo conjuntural específico:

Há que se considerar, contudo, que a democracia – como expressão de pluralidade de manifestações políticas e ideológicas – constrói-se no processo societário de forma análoga ao capital. As experiências históricas mostram que, em momentos de expansão do capital, os regimes democráticos tendem a ser alargados. Em momentos

de aprofundamento de crise do capital, materializa-se a tendência do limite à democracia, o que, em última instância, significa limitar ou retirar direitos sociais, ainda que permaneça a lógica representativa por meio de partidos políticos (FERNANDES, 2018, p.30)

Trata-se de um movimento que se consolida através da limitação da democracia e implementação de políticas destinadas à promoção dos valores ultraconservadores, que encontraram nos temas ligados a gênero e sexualidade um terreno fértil para exercício do controle hegemônico das classes dominantes. Neste sentido, utilização da suposta “ideologia de gênero” possibilitou o entendimento de que “a junção das teses dos arautos do fundamentalismo do mercado e do fundamentalismo religioso, se transformadas em legislação, como está ocorrendo, constituirá o lado mais voraz da esfinge que se alastra na sociedade” (FRIGOTTO, 2017, p. 31).

A presença deste movimento e seus aparelhos privados de hegemonia restou evidenciada durante o processo de aprovação da Lei Federal nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014), que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Naquele momento histórico foi retirada a palavra “gênero” do texto submetido à apreciação após intensa pressão de setores conservadores e religiosos, por entenderem que a “simples menção traria consigo todo um conjunto de implicações nefastas contrárias aos alicerces da família e da ordem estabelecida” (LEMOS, 2017, p.54).

Desse modo, a coalisão de interesses entre a Frente Parlamentar Evangélica e da Organização Escola sem Partido permite visualizar a ampliação do Estado diante da articulação deste aparelho privado de hegemonia – ESP – através da ossatura estatal com vistas a atender os interesses dos detentores da hegemonia burguesa na atual conjuntura neoliberal.

Desta forma, verificou-se que o Estado se amplia na sociedade civil visando o atendimento dos interesses hegemônicos, inserido numa conjuntura neoconservadora na qual aparelhos privados de hegemonia atuam nas classes e frações de classes sociais, com vistas a obter o consenso acerca do projeto de sociabilidade burguesa. A peculiaridade presente neste movimento encontra-se evidenciada na disseminação de pânicos morais, utilizados por estes aparelhos privados de hegemonia como forma de obtenção do consenso social.

O recorte proposto permitiu o entendimento acerca da apropriação das questões de gênero e sexualidade pelo movimento moral conservador no decorrer desta conjuntura e o conseqüente alinhamento na atuação dos aparelhos privados de hegemonia enquanto

ampliação dos interesses estatais, resultando num processo de indução que permeou as distintas esferas da federação, marcando presença na elaboração e aprovação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação.

Neste sentido, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), ao determinar a obrigatoriedade dos estados, municípios e o Distrito Federal aprovarem seus respectivos planos locais, abriu espaço para novas disputas inseridas na correlação política atinente ao pacto federativo e as questões morais, relacionadas à pauta da diversidade, surgem na arena de disputas em estreita relação aos Planos Estaduais e Municipais de Educação.

O contexto local não esteve imune ao processo de indução que percorreu a esfera federativa, ou seja, foi possível identificar a presença deste movimento de forma correlata durante a aprovação do Plano Municipal de Educação – PME (2015-2024) de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, tendo como imperativo disputar e aprovar um Plano Municipal de Educação de acordo com o projeto de sociedade que melhor traduzisse os interesses da pauta neoconservadora.

Restou evidenciada durante a sessão de votação do PME/CG a presença incisiva da Igreja Católica, importante aparelho privado de hegemonia que assumiu o projeto de educação voltado à pauta moral e conservadora, conforme verificou-se em diversas falas dos vereadores e vereadoras transcritas nesta pesquisa, as quais reiteram em diversos momentos o sintagma “ideologia de gênero” e a constante ameaça aos valores da família enquanto base da sociedade.

Chamou a atenção o fato de que, durante o processo de aprovação do PME/CG, os professores da Rede Municipal de Ensino (REME) passavam por um período de greve, advindo de reivindicações salariais frente ao descumprimento de reajustes por parte do Executivo Municipal, o que influenciou diretamente sua capacidade de articulação contra o movimento estabelecido pela Igreja Católica e setores religiosos junto ao Parlamento Municipal.

O processo sumário estabelecido pelo regime de urgência na votação do Projeto de Lei também contribuiu para o enfraquecimento dos coletivos sociais e atores em defesa da educação, tendo em vista o prazo exíguo para deliberação. Ou seja, as emendas supressivas e modificativas foram aprovadas num processo de votação simbólica, sem que houvesse o mínimo debate com a população interessada, culminando no atendimento das reivindicações dos integrantes da pauta dos costumes.

Assim, foi possível desvelar que a Igreja Católica atuou como principal aparelho privado de hegemonia durante o processo de aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande – PME (2015 – 2024), conforme verificou-se na ampla difusão do sintagma “ideologia de gênero” e na reiterada presença dos valores voltados à família tradicional cristã.

No entanto, a tentativa do parlamento de silenciar os dispositivos relacionados à diversidade sexual e de gênero na aprovação do Plano Municipal de Educação – PME (2015 – 2024) não ocorreu sem a devida resistência dos coletivos sociais, presentes neste processo desde a elaboração das propostas iniciais, durante as Conferências Intermunicipais. Tendo em vista a atuação destes coletivos, importantes dispositivos relacionados às questões de gênero e sexualidade permaneceram no texto aprovado, garantindo base para atuação posterior no decorrer da execução do Plano Municipal.

Ainda que avariado em sua proposta inicial, o movimento contra-hegemônico por parte destes coletivos sociais permitiu a permanência desta temática na aprovação do texto legal e dada a força e organicidade deste movimento, em momento histórico posterior estes mesmos coletivos puderam atuar de forma incisiva em movimento contrário ao da Organização Escola sem Partido, quando o direito à educação foi novamente tensionado no município.

À guisa de conclusão, verifica-se que o município de Campo Grande sofreu a tentativa de retração do direito à educação pela pauta moral conservadora, no tocante às questões de gênero e sexualidade, em dois momentos subsequentes: o primeiro momento durante a aprovação do Plano Municipal de Educação, no qual a Igreja Católica despontou na defesa de seu projeto de educação. Posteriormente, na atuação da Organização Escola sem Partido na tentativa de substituir o Plano Municipal de educação pela Lei da Mordaza, que foi aprovada pelo Parlamento Municipal.

Embora o recorte proposto por este trabalho se volte à discussão do primeiro momento, o veto da Lei da Mordaza pelo Executivo Municipal permitiu desvelar a atuação dos coletivos sociais que impediram, naquele momento histórico, a vitória da Organização Escola sem Partido, de forma a demonstrar o espaço de lutas e resistências na defesa da educação pública e democrática:

Assim, o processo de aprovação do Plano Municipal de Educação de Campo Grande demonstrou a atuação de atores sociais ligados à pauta dos costumes e o avanço das estratégias conservadoras através do uso da falaciosa “ideologia de gênero” e a defesa da família, ocasionando ampla adesão no Poder Legislativo municipal, com vistas à transformação de sua pauta na política educacional, o que não ocorreu de forma absoluta tendo em vista a organização

do movimento contra-hegemônico dos coletivos sociais na defesa da educação pública e democrática.

Mesmo diante das conclusões do presente trabalho e com a consciência de que não houve pretensão de se esgotar o assunto, observa-se a sua contribuição mediante a elucidação de um processo advindo da pauta moral conservadora no município, no qual a estrutura do Estado em sua forma ampliada permitiu identificar os aparelhos privados de hegemonia que atuaram no contexto local e nacional na defesa do projeto de sociabilidade burguesa.

O delineamento da pesquisa permitiu o entendimento acerca das questões de gênero e sexualidade que, embora não se encontrem diretamente relacionadas com o mercado e a economia, estão conectadas e relacionam-se dialeticamente na mesma base material, conforme se depreende do agravamento do neoconservadorismo que se consolida na atual conjuntura, de forma reflexa a atual crise estrutural do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, EVELINE. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

ALGEBAILLE, Maria Emilia Bertino. Mecanismos regulatórios como elementos constitutivos da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. 1.ed. – São Paulo : Xamã, 2005.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017.

ALVES, Gilberto Luís. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: _____. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: UNIDERP, 2003. p.19-29.

ALVES-MAZOTTI. Usos e abusos dos Estudos de Caso **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.

ARQUIDIOCESE DE CAMPO GRANDE. Notícias. **Projeto de inclusão da Ideologia de gênero do Plano Municipal de Educação é reprovado na Câmara Municipal**. Campo Grande, 2015. Disponível em: <https://arquidiocesedecampogrande.org.br/projeto-de-inclusao-da-ideologia-de-genero-no-plano-municipal-de-educacao-e-reprovado-na-camara-municipal/#>. Acesso em: 09 Dez. 2020.

BIANCHI, Alvaro. A guerra que estamos perdendo. In: DEMIER, Felipe; HOVELER, Rejane (Org.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. 1. ed. – Rio de Janeiro : Mauad, 2016.

BIANCHI, Alvaro. **Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política**. 2. ed. – Porto Alegre, RS : Zoouk, 2018.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2020.

BORGES, Rafaela O.; BORGES, Zulmira N. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-23, 2018.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. – Rio de Janeiro : Zahar, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. 23 dez 1996; p. 27833.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Programa Brasil Sem Homofobia**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 4.032, de 24 de novembro de 2005. Institui o grupo de trabalho para acompanhar a implementação do “Programa Brasil Sem Homofobia” no Ministério da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 2005. p. 21.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Portal de Notícias. **Supremo reconhece união homoafetiva**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2011a. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>. Acesso em 8 dez. 2019.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Notícias. **Deputado quer convocar Palocci para pressionar governo contra kit anti-homofobia**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/215150-deputado-quer-convocar-palocci-para-pressionar-governo-contra-kit-anti-homofobia/>. Acesso em 10 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011c.

BRASIL.IBGE. Notícias. **Censo 2010: número de católicos caíe aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. Brasília. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2170&busca=1&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao>. Acesso em 21 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Fórum Nacional de Educação. **CONAE 2014 – Regimento Interno**. Brasília, 2012b. Disponível em: http://redesocialconae.mec.gov.br/images/documentos/regimentointernoconaeversao29_10_12_formatada.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fórum Nacional de Educação. **CONAE 2014 – Conferência Nacional de Educação : documento – referência**. – Brasília, 2013. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano CLI, n.º 120-A, 26 jun. 2014a.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7.180/2014**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filenome=PL+7180/2014. Acesso em: 01 mai. 2020.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – Notas taquigráficas da 48ª Reunião Ordinária da Comissão Especial PL8035/10 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014c. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/pl-8035-10-plano-nacional-de-educacao/documentos/notas-taquigraficas-1/nt-22-04.14>. Acesso em 05 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Fórum Nacional de Educação. CONAE 2014 – Conferência Nacional de Educação – Documento Final. Brasília, 2014d. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/doc/Sistematizacao/DocumentoFinal29012015.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020)

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Denúncia por crime de responsabilidade nº 1, de 2015. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/denuncia-contra-a-presidente-da-republica/documentos/outros-documentos/ParecerdoRelatorResumo.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Portal de Notícias. **STF reafirma direito de transgêneros de alterar registro civil sem mudança de sexo**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2018a. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=386930>. Acesso em 19 jul. 2019.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Frente Parlamentar Evangélica. **Manifesto à Nação**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018b. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/anexos/564596_manifesto_nacao.pdf. Acesso em 8 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pesquisa de Mercado MEC 10 a 14 de janeiro de 2018** – Nacional. Brasília, 2018c. Disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/728151/RECURSO_1_pesquisa%20de%20mercado%20MEC.pdf?Mobile=1. Acesso em 10 jul. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Portal de Notícias. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2019a. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em 15 jul. 2019.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 246/2019**. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=21B9FC04F2F7E3F192A6BDF50C6F210A.proposicoesWebExterno2?codteor=1707037&filename=PL+246/2019. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Portal de Notícias. **Lei municipal que proíbe ensino sobre questões de gênero é inconstitucional**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2020a. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442331>. Acesso em 30 mai. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 457/GO – Novo Gama. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. **Acórdão**, 27 abr. 2020b. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF457.pdf>. Acesso em 30 mai. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Portal de Notícias. **Plenário confirma liminar que impediu restrições na Lei de Acesso à Informação durante pandemia**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2020c. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442475&ori=1>. Acesso em 23 nov. 2020.

CAMPO GRANDE. Lei n.4.508, de 31 de agosto de 2007. Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Campo Grande - MS e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Campo Grande (DIOGRANDE)**, Campo Grande, MS, ano 7, n. 2.379, 10 set. 2007.

CAMPO GRANDE. Lei n. 5.189, de 27 de maio de 2013. Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores do Poder Executivo, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Campo Grande (DIOGRANDE)**, Campo Grande, MS, ano 16, n. 3.775, 27 mai. 2014.

CAMPO GRANDE. Lei n. 5.411, de 4 de dezembro de 2014. Altera a Lei n. 5.189, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores do Poder Executivo, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Campo Grande (DIOGRANDE)**, Campo Grande, MS, ano 17, n. 4.163, 24 jun. 2014.

CAMPO GRANDE. Lei n. 5.565, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Campo Grande - MS e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Campo Grande (DIOGRANDE)**, Campo Grande, MS, ano 18, n. 4.299, 24 jun. 2015a. Supl. I, p. 2-46.

CAMPO GRANDE. Câmara Municipal de Campo Grande. **Projeto de Lei nº 8.055/2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação do município de Campo Grande – MS e dá outras providências. Campo Grande: Câmara Municipal, 2015b. Disponível em: https://sgl.camara.ms.gov.br/cmcg/arquivos_upload/Projeto%20de%20Lei%20Ordin%C3%A1ria%20n.%208055-15_compressed.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

CAMPO GRANDE. Ata nº 6.143, da 38ª Sessão Ordinária, 3ª Sessão Legislativa, 9ª Legislatura, de 23 de junho de 2015. Campo Grande: Câmara Municipal, 2015c.

CAMPO GRANDE. Câmara Municipal de Campo Grande. **Projeto de Lei nº 8.242/2016**. Torna obrigatória a afixação de cartazes nas salas de aula das instituições de educação básica pertencentes ao sistema municipal de ensino e dá outras providências. Campo Grande: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: https://sgl.camara.ms.gov.br/cmccg/arquivos_upload/PL%208242-16.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

CAMPO GRANDE. Lei n. 5.992, de 19 de abril de 2018. ALTERA DISPOSITIVO E ANEXO DA LEI n. 5.565, DE 23 DE JUNHO DE 2015. **Diário Oficial do Município de Campo Grande (DIOGRANDE)**, Campo Grande, MS, ano 21, n. 5.210, 20 abr. 2018. Supl. I, p. 2-46

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Revista Bagoas**, Natal, n. 5, p. 131-147, 2010.

_____; FRANÇA, Isadora Lins; SIMÕES, Júlio Assis Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade. **Revista de Antropologia**, v. 61, n. 1, p. 71-82, 27 abr. 2018.

_____.O movimento LGBTI no Brasil, reflexões prospectivas. **Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde**. v. 13, n. 3, p. 450-456, set. 2019.

CARVALHO, Laura. **A valsa brasileira – do boom ao caos econômico**. [livro eletrônico] – São Paulo: Todavia, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. – 1. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2018.

CASSOTA, Priscilla Leine. **Avaliando a atuação dos deputados evangélicos na Câmara dos Deputados : comportamento partidário ou religioso?** 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar Em Revista**. Curitiba, n. 66, pp. 141-155, out./dez. 2017.

_____; SILVA, Amanda da. “IDEOLOGIA DE GÊNERO” E A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA. **Revista Prâksis**, Novo Hamburgo, v. 3, p. 113-136, 2019. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraksis/article/view/1914>>. Acesso em: 02 Dez. 2020.

COLOMBO, Luiza Rabelo. Reflexões sobre o movimento Escola sem Partido e seu avanço no campo das políticas educacionais brasileiras. **Entropia**, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, jan/jun. 2018.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. A Ideologia de gênero: seus perigos e alcances, Lima, Peru, 1998. Disponível em: https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf. Acesso em 02 Dez. 2020.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. 1. ed. São Paulo: nVersus, 2016.

CREHAN, Kate. Antonio Gramsci: em busca de um marxismo etnográfico. In: BIANCHI, Álvaro; Mussi, Daniela; ARECO, Sabrina (Org). **Antonio Gramsci – filologia e política**. 1. ed. – Porto Alegre, RS : Zouk, 2019.

CUNHA, Magali do Nascimento. CONSTRUÇÕES IMAGINÁRIAS SOBRE A CATEGORIA “GÊNERO” NO CONTEXTO DO CONSERVADORISMO POLÍTICO RELIGIOSO NO BRASIL DOS ANOS 2010. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 49, n. 2, p. 253-276, 2017.

DE OLHO NOS PLANOS. Maioria dos planos estaduais de educação aprovados incluem referência à igualdade de gênero. Disponível em: <https://www.deolhonosplanos.org.br/maioria-dos-planos-estaduais-de-educacao-aprovados-incluem-referencia-a-igualdade-de-genero>. Acesso em: 18 nov. 2020.

DEMIER, Felipe. A revolta a favor da ordem: a ofensiva da oposição de direita. In: DEMIER, Felipe; HOVELER, Rejane (Org.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. 1. ed. – Rio de Janeiro : Mauad, 2016.

_____. **Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. 1. ed. – Rio de Janeiro : Mauad X, 2017.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: Ronaldo M. L. Araujo; Doriedson S. Rodrigues. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1ed. Campinas – SP : Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Gestão da educação infantil: entre a herança assistencial e o atendimento educacional tardio. In: **Anais do III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação**. Zaragoza, 2012.

_____; GOUVEIA, Andréa Barbosa Gouveia. Acompanhando a meta 20 do PNE 2014-2024: tendências a partir de dez casos municipais. **Textura**, Canoas, v.19, n.40, p. 95-115, 2017.

_____. O percurso político-legislativo do programa “Escola sem Partido” em Campo Grande, MS. ETD- **Educação Temática Digital**, Campinas, v.19 n. esp, p. 217-235, 2017.

_____. **Gestão democrática da educação no Brasil: a emergência do direito à educação**. 1.ed. – Curitiba: Appris, 2018.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja**. Rio de Janeiro : Record, 2003.

FONSECA, Ronaldo. [Pronunciamento proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, na Sessão Ordinária de 26/05/2011, em Acerto do veto, pela Presidenta Dilma Rousseff, à distribuição do chamado kit gay nas escolas públicas brasileiras.]. Brasília, Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=129.1.54.O&nuQuarto=33&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:36&sgFaseSessao=PE&Data=26/05/2011>. Acesso em 10 abr. 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. – Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FÓRUM DE DIREITO DE ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS. **Alterações no atendimento a pedidos de informação e a MP 928**: Relatório. São Paulo, 2020. Disponível em: https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/Alteracoes_atendimento_pedidos_d_e_informacao_e_MP_928.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020.

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César França (org.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo** [livro eletrônico] – Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2006.

_____. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

_____. A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio(orgs). **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

GARCIA, Paulo Sérgio; BIZZO, Nélio. O Processo de Elaboração dos Planos Municipais de Educação na Região do Grande ABC. **Educação e Realidade**, Porto Alegre , v. 43, n. 1, p. 337-362, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362018000100337&lng=en&nrm=iso. Acesso em 02 Dez. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno** – 4.ed. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980

_____. **Concepção Dialética da História** – 4.ed. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981.

_____. Odeio os indiferentes: escritos de 1917 – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações** – São Paulo : Edições Loyola, 2005.

HOEVELER, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (Org.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. 1. ed. – Rio de Janeiro : Mauad, 2016.

IANNI, Otavio. **A Crise de Paradigmas em Sociologia**. Campinas, Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1990.

JAMESON, Fredric. Cinco teses sobre o marxismo atualmente existente. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Orgs.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018 .

KICIS, B. Sessão: 3.2019. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 07 fev. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=3.2019&nuQuarto=69735&nuOrador=3&nuInsercao=3&dtHorarioQuarto=16:12&sgFaseSessao=CP&Data=07/02/2019>. Acesso em 15 jul. 2019.

LEMOS, Linovaldo. A ideologia de gênero e a escola. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.19, n.3, pp. 51-62., set./dez. 2017.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. - 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Paula Valim de. Influências neoconservadoras na educação pública: sujeitos em relação. In: PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa. (Org.). **Implicações da relação público-privada para a democratização da educação na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil**. 1.ed. – São Leopoldo: Oikos, 2018, v.1, p. 125-131.

LÖWY, Michael. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 7. ed. – São Paulo, 1991.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara de Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**, n. 50, p. 1-46, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, Cultura e Política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, pp. 29-56, 2012.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; NAVARRO, Carolina; MAIA, Ari Fernando. Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental. **Psicologia da Educação**. São Paulo, n. 32, p. 25-46, 2011.

MARAFON, Giovanna; SOUZA, Marina Castro e. Como o discurso da “ideologia de gênero” ameaça o caráter democrático e plural da escola?. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio(orgs). **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. 1.ed. – São Paulo : Boitempo, 2011.

_____. **Miséria da filosofia**. 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.

MATO GROSSO DO SUL. Lei n. 4.621, de 22 de dezembro de 2014. Aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e dá outras providencias. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, MS, ano XXXVI, n. 8.828, 26 dez. 2014.

MATOS, Amana et. al. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** – 1. ed. revista. – São Paulo : Boitempo, 2011.

_____. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordaga no Parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, p. 590-621, 2016.

MIRANDA, Marília Gouvea de. O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira. **Inter-Ação**, Goiânia, v.45, n.1, p. 1-15, 2020.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, 2007.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, 2010.

NAJJAR, Jorge; MOCARZEL, Marcelo; MORGAN, Karine. Os Planos Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro: um mapeamento de metas, estratégias e desafios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, 2020.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. 1.ed. – São Paulo : Xamã, 2005.

_____; SANT'ANNA, Ronaldo. Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. 1.ed. – São Paulo : Xamã, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim. 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

PANIAGO, Maria Cristina Soares (org.). **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. “Ideologia de gênero” em movimento. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 503-523. São Paulo, 2018.

PENNA, Fernando de Araujo. Programa “Escola Sem Partido”: Uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, C. T.; MONTEIRO, A. M. e MARTINS, M. L. B. (org.) **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

_____. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

_____; FRIGOTTO, Gaudêncio; QUEIROZ, Felipe (orgs.). **Educação democrática: antídoto ao Escola Sem Partido**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018.

QUADROS, Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Autação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, vol. 24, n. 3, set-dez, p. 486-522, 2018.

QUEIROZ, Felipe B. Campanuci; OLIVEIRA, Rafael Bastos Costa de. Liberdade para a democracia: considerações sobre a inconstitucionalidade da Escola sem Partido. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio(orgs). **Educação democrática: antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.38, nº. 138, p. 9-26, jan./mar., 2017.

RELIGIÃO e movimento social caracterizam 21% dos novos. **Jornal da Câmara dos Deputados**, Brasília/DF, 01 fev. 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/jornal/jc20110201.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2020.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE. A intervenção da hierarquia católica. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, 30 set. 2015.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SANT’ANNA, Ronaldo. Igreja Católica e educação no Brasil de FHC e Lula da Silva: Tempos modernos, sonhos antigos. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. 1.ed. – São Paulo : Xamã, 2005.

SARDENBERG, Cecilia. Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque. **Cadernos Pagu**. Vol. 52, 2018.

SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. **Reunião Científica Regional da ANPED – Educação, movimentos sociais e políticas governamentais**. UFPR – Curitiba, Paraná. Jul. 2016, pp. 1-17.

_____. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz, uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81, jan.-abr., 2016b.

_____; PICCHETTI, Yara de Paula. A QUEM TUDO QUER SABER, NADA SE LHE DIZ: UMA EDUCAÇÃO SEM GÊNERO E SEM SEXUALIDADE É DESEJÁVEL?. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 61-81, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6986>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SILVA, Amanda da. CÉSAR, Maria Rita de A. A emergência da “ideologia de gênero” no discurso católico. **InterMeio**, Campo Grande (MS), v. 23, n. 46, p. 193-213, jul./dez. 2017.

SILVA, Ivanderson Pereira da. EM BUSCA DE SIGNIFICADOS PARA A EXPRESSÃO “IDEOLOGIA DE GÊNERO”. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, vol. 34, 2018.

SINGER, André. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)** – 1.ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 2018.

SÜSSEKIND, Maria Luiza; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Os debates sobre os currículos nacionais e a defesa da educação democrática. **Linguagens, Educação e Sociedade**. Teresina, ano 24, n.41, 2019.

PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

SILVA, Amanda da. CÉSAR, Maria Rita de A. A emergência da “ideologia de gênero” no discurso católico. **InterMeio**, Campo Grande (MS), v. 23, n. 46, p. 193-213, jul./dez. 2017.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, v. 20, p. 101-119, 1991.

VATICANO. **Homem e mulher os criou: para uma via de diálogo sobre a questão do gender na educação**. Cidade do Vaticano, Vaticano, 2019. Disponível em: http://www.educatio.va/content/dam/cec/Documenti/19_1000_PORTOGHESE.pdf. Acesso em: 07 Dez. 20.

VENCATO, Anna Paula; SILVA, Rafaela Lacerda da; ALVARENGA, Rodrigo Lessa. A educação e o presente instável: repercussões da categoria “ideologia de gênero” na construção do respeito às diferenças. **Psicologia Política**. Vol. 18, n. 43, pp. 587-598. Set. – Dez. 2018.

VIANNA, Cláudia; BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educ. Pesqui**. Vol. 46, São Paulo, 2020.

VIEIRA, Evaldo. **A república brasileira: 1951-2010: de Getúlio a Lula** – São Paulo : Cortez, 2015.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pós-moderna”. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (Orgs.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. 1. ed. rev. – São Paulo : Boitempo, 2011.

_____. **O império do capital**. 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2014.

ZARBATO, Jaqueline Ap. M. Zarbato; QUEIROZ, Vivina Dias Sol. REFLEXÕES SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE/MS E OS DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA ENSINADA. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados, MS, v. 19, nº 34, p. 373-388, jul.-dez. 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Votação da Frente Parlamentar Evangélica no Projeto de Lei nº 8035/2010, durante a 54ª Legislatura (2011 – 2015)

DEPUTADO/A	PARTIDO	PNE
ANDRÉ ZACHAROW	PMDB	SIM
ANDRÉIA ZITO	PSDB	SIM
ANTÔNIA LÚCIA	PSC	-
AROLDE DE OLIVEIRA	PSDB	NÃO
BENEDITA	PT	SIM
BISPO ANTÔNIO BULHÕES	PRB	-
BRUNA FURLAN	PSDB	-
CLEBER VERDE	PRB	NÃO
DELEGADO FRANCISCHINI	SDD	SIM
DONA IRIS REZENDE	PMDB	-
DR. ADILSON SOARES	PR	SIM
EDINHO ARAUJO	PMDB	SIM
EDMAR ARRUDA	PSC	SIM
EDUARDO CUNHA	PMDB	SIM
EDIVALDO HOLANDA JUNIOR	PTC	-
ERIVENTO SANTANA	PSC	NÃO
FATIMA PELAES	PMDB	-
FILIPE PEREIRA	PSC	NÃO
GAROTINHO	PR	NÃO
GEORGE HILTON	PRB	-
GILMAR MACHADO	PT	-
HENRIQUE AFONSO	PV	NÃO
JEFFERSON CAMPOS	PSDB	SIM
JOÃO CAMPOS	PSDB	SIM
JHONATAN DE JESUS	PRB	SIM
JORGE TADEU MUDALEN	DEM	NÃO
JOSUÉ BENGSTON	PTB	SIM
LAÉRCIO OLIVEIRA	SDD	SIM
LAURIETE RODRIGUES	PSC	SIM
LEONARDO QUINTÃO	PMDB	AUS
LILIAM SÁ	PROS	NÃO
LINCOLN PORTELA	PR	NÃO
LINDOMAR GARÇON	PV	-
MANATO	SDD	SIM
MARCELO AGUIAR	DEM	SIM
MÁRCIO MARINHO	PRB	SIM

MARCO FELICIANO	PSC	-
MARCOS ROGÉRIO	PDT	-
MÁRIO DE OLIVEIRA	PSC	-
MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPO	PP	-
NEILTON MULIM	PR	-
NILTON CAPIXABA	PTB	-
ONYX LORENZONI	DEM	-
<u>OTONIEL LIMA</u>	PRB	NÃO
PASTOR EURICO	PSB	SIM
PASTOR HELENO	PRB	-
PASTOR PAULO FREIRE	PR	SIM
RUY CARNEIRO	PSDB	SIM
ROBERTO DE LUCENA	PV	NÃO
ROMERO RODRIGUES	PSDB	-
RONALDO FONSECA	PROS	-
SABINO CASTELO BRANCO	PTB	-
SÉRGIO BRITO	PSD	SIM
SILAS CÂMARA	PSD	-
SUELI VIDIGAL	PDT	NÃO
TAKAYAMA	PSC	NÃO
VAZ DE LIMA	PSDB	SIM
VITOR PAULO	PRB	-
WALTER TOSTA	PSD	-
WASHINGTON REIS	PMDB	SIM
ZÉ VIEIRA	PROSS	-
ZEQUINHA MARINHO	PSC	-

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados (dados compilados pelo autor).

APÊNDICE B – Votação da Frente Parlamentar Evangélica nas seguintes proposituras: Abertura de processo de impeachment/2016; PEC nº 241/2016; PL nº 6787/2016, durante a 55ª Legislatura (2015 – 2019)

DEPUTADO/A	PARTIDO	IMPEACHMENT 2016	PEC 241/2016	PL Nº 6787/2016
ADAIL CARNERO	PODE	SIM	-	SIM
ADEMIR CAMILO	MDB	-	SIM	NÃO
AGUINALDO RIBEIRO	PP	SIM	SIM	SIM
ALAN RICK	DEM	SIM	SIM	SIM
ALBERTO FRAGA	DEM	SIM	SIM	SIM
ALCEU MOREIRA	MDB	SIM	SIM	SIM
ALEXANDRE SERFIOTIS	PSD	SIM	SIM	SIM
ALEXANDRE VALLE	PR	SIM	SIM	-
ALFREDO KAEFER	PP	SIM	SIM	SIM
ALIEL MACHADO	PSDB	NÃO	-	NÃO
ALTINEU CÔRTEZ	PR	SIM	SIM	SIM
ALUISIO MENDES	PODE	NÃO	SIM	SIM
ANDERSON FERREIRA	PR	SIM	-	NÃO
ANDRÉ ABDON	PP	SIM	SIM	SIM
ANDRE MOURA	PSC	SIM	SIM	SIM
ANTONIO BULHÕES	PRB	SIM	SIM	SIM
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PV	-	-	SIM
ANTÔNIO JÁCOME	PODE	SIM	SIM	NÃO
ARIOSTO HOLANDA	PDT	NÃO	-	-
ARNALDO FARIA DE SÁ	PP	SIM	NÃO	NÃO
ARNALDO JORDY	PPS	SIM	NÃO	NÃO
ARTHUR LIRA	PP	SIM	SIM	SIM
ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO	PSDB	SIM	-	SIM
AUGUSTO COUTINHO	SOLIDARIED ADE	SIM	SIM	SIM
AUREO	SOLIDARIED ADE	SIM	SIM	NÃO
BEBETO	PSDB	NÃO	-	NÃO
BENEDITA DA SILVA	PT	NÃO	NÃO	NÃO
BETINHO GOMES	PSDB	SIM	SIM	SIM
BETO MANSUR	MDB	SIM	SIM	SIM
BETO SALAME	PP	-	SIM	NÃO
CABO SABINO	AVANTE	SIM	-	NÃO
CACÁ LEÃO	PP	-	SIM	SIM
CAPITÃO AUGUSTO	PR	SIM	SIM	SIM
CARLOS ANDRADE	PHS	SIM	SIM	NÃO
CARLOS GOMES	PRB	SIM	SIM	SIM
CARLOS HENRIQUE GAGUIM	DEM	SIM	SIM	SIM
CARLOS MANATO	PSL	SIM	SIM	NÃO

CARLOS MELLES	DEM	SIM	SIM	SIM
CÉLIO SILVEIRA	PSDB	SIM	SIM	SIM
CELSO JACOB	MDB	-	SIM	SIM
CELSO MALDANER	MDB	SIM	SIM	SIM
CÉSAR HALUM	PRB	SIM	SIM	SIM
CHICO LOPES	PCdoB	NÃO	NÃO	NÃO
CLARISSA GAROTINHO	PROS	-	NÃO	-
CRISTIANE BRASIL	PTB	SIM	SIM	SIM
DAMIÃO FELICIANO	PDT	NÃO	SIM	-
DÂMINA PEREIRA	PODE	SIM	SIM	NÃO
DELEGADO ÉDER MAURO	PSD	SIM	SIM	SIM
DELEGADO WALDIR	PSL	SIM	SIM	NÃO
DIEGO ANDRADE	PSD	SIM	SIM	-
DIEGO GARCIA	PODE	SIM	SIM	-
DILCEU SPERAFICO	PP	SIM	SIM	SIM
DOMINGOS NETO	PSC	NÃO	SIM	SIM
DOMINGOS SÁVIO	PSDB	SIM	SIM	SIM
DR. JOÃO	PR	SIM	SIM	-
EDMAR ARRUDA	PSD	-	SIM	SIM
EDUARDO BOLSONARO	PSL	SIM	SIM	SIM
EDUARDO CUNHA	MDB	SIM	-	-
EDUARDO DA FONTE	PP	SIM	SIM	NÃO
ELIZEU DIONIZIO	PSB	-	SIM	SIM
ELIZIANE GAMA	PPS	SIM	NÃO	SIM
ERIVELTON SANTANA	PATRI	SIM	SIM	SIM
EROS BIONDINI	PROS	SIM	SIM	NÃO
EVANDRO GUSSI	PV	SIM	SIM	SIM
EVANDRO ROMAN	PSD	SIM	SIM	SIM
EXPEDITO NETTO	PSD	SIM	NÃO	NÃO
EZEQUIEL TEIXEIRA	PTN	SIM	-	-
FÁBIO GARCIA	DEM	SIM	SIM	SIM
FÁBIO MITIDERI	PSD	NÃO	-	NÃO
FÁBIO SOUSA	PSDB	SIM	SIM	SIM
FABRICIO OLIVEIRA	PSB	-	-	-
FAUSTO PINATO	PP	SIM	SIM	SIM
FELIPE MAIA	DEM	SIM	SIM	SIM
FLAVINHO	PSC	SIM	SIM	NÃO
FRANCISCO FLORIANO	DEM	SIM	SIM	SIM
GENECIAS NORONHA	SOLIDARIED ADE	SIM	-	-
GEOVANA DE SÁ	PSDB	SIM	SIM	NÃO
GILBERTO NASCIMENTO	PSC	SIM	SIM	SIM
GONZAGA PATRIOTA	PSB	SIM	NÃO	NÃO
GORETE PEREIRA	PR	-	SIM	SIM

GOULART	PSD	SIM	SIM	SIM
HÉLIO LEITE	DEM	SIM	SIM	SIM
HEULER CRUVINEL	PP	SIM	-	SIM
HISSA ABRAHÃO	PDT	SIM	NÃO	NÃO
HUGO LEAL	PSD	SIM	SIM	-
IRMÃO LÁZARO	PSC	SIM	SIM	NÃO
IZALCI LUCAS	PSDB	SIM	SIM	SIM
JAIR BOLSONARO	PSL	SIM	SIM	SIM
JEFFERSON CAMPOS	PSB	SIM	SIM	SIM
JHC	PSB	SIM	NÃO	NÃO
JHONATAN DE JESUS	PRB	SIM	SIM	-
JOÃO ARRUDA	MDB	SIM	SIM	SIM
JOÃO CAMPOS	PRB	SIM	SIM	-
JOÃO CASTELO	PSDB	SIM	-	-
JOÃO DERLY	REDE	SIM	NÃO	NÃO
JOAQUIM PASSARINHO	PSD	SIM	SIM	SIM
JONY MARCOS	PRB	SIM	SIM	NÃO
JORGE TADEU MUDALEN	DEM	SIM	SIM	SIM
JOSÉ FOGAÇA	MDB	SIM	SIM	NÃO
JOSE STÉDILE	PSB	SIM	SIM	NÃO
JOSUÉ BENGSTON	PTB	SIM	SIM	SIM
JÚLIA MARINHO	PSC	SIM	-	NÃO
JÚLIO DELGADO	PSB	SIM	NÃO	NÃO
KAIO MANIÇOBA	SOLIDARIED ADE	SIM	SIM	SIM
LAERCIO OLIVEIRA	PP	SIM	SIM	SIM
LAERTE BESSA	PR	SIM	SIM	SIM
LAUDIVIO CARVALHO	PODE	SIM	SIM	NÃO
LÁZARO BOTELHO	PP	SIM	SIM	SIM
LEO DE BRITO	PT	NÃO	NÃO	NÃO
LEONARDO QUINTÃO	MDB	SIM	SIM	SIM
LEÔNIDAS CRISTINO	PDT	NÃO	NÃO	NÃO
LEOPOLDO MEYER	PSB	SIM	SIM	NÃO
LINCOLN PORTELA	PR	SIM	NÃO	NÃO
LINDOMAR GARÇON	PRB	-	-	-
LUCIO MOSQUINI	MDB	SIM	SIM	SIM
LUIS CARLOS HEINZE	PP	SIM	SIM	SIM
LUIS TIBÉ	AVANTE	SIM	SIM	SIM
LUIZ CARLOS BUSATO	PTB	SIM	SIM	-
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	SIM	SIM	SIM
LUIZ CARLOS RAMOS	PR	SIM	-	NÃO
LUIZ CLÁUDIO	PR	SIM	SIM	SIM
LUIZ LAURO FILHO	PSB	SIM	SIM	SIM
MAIA FILHO	PP	-	SIM	SIM

MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO	PSL	SIM	SIM	NÃO
MÁRCIO MARINHO	PRB	SIM	SIM	SIM
MARCO TEBALDI	PSDB	SIM	SIM	SIM
MARCOS ROGÉRIO	DEM	SIM	SIM	SIM
MARCUS VICENTE	PP	SIM	SIM	SIM
MARIA HELENA	MDB	SIM	-	SIM
MÁRIO HERINGER	PDT	SIM	SIM	-
MÁRIO NEGROMONTE JR.	PP	-	SIM	SIM
MAURO LOPES	MDB	SIM	SIM	SIM
MAX FILHO	PSDB	SIM	-	-
MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO	DEM	SIM	SIM	SIM
MORONI TORGAN	DEM	SIM	-	-
MOSES RODRIGUES	MDB	SIM	SIM	SIM
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SIM	SIM	SIM
NEWTON CARDOSO JR	MDB	SIM	SIM	SIM
NILTO TATTO	PT	NÃO	NÃO	NÃO
NILTON CAPIXABA	PTB	SIM	SIM	SIM
ODELMO LEÃO	PP	SIM	SIM	-
ORLANDO SILVA	PCdoB	NÃO	NÃO	NÃO
OSMAR SERRAGLIO	PP	SIM	SIM	-
OSMAR TERRA	MDB	SIM	-	-
OTAVIO LEITE	PSDB	SIM	SIM	SIM
PASTOR EURICO	PATRI	SIM	SIM	NÃO
PAULO FOLETTTO	PSB	SIM	-	SIM
PAULO FREIRE COSTA	PR	SIM	SIM	-
PAULO MAGALHÃES	PSD	NÃO	SIM	SIM
PAULO PEREIRA DA SILVA	SOLIDARIED ADE	SIM	SIM	NÃO
PAULO TEIXEIRA	PT	NÃO	NÃO	NÃO
PEDRO CUNHA LIMA	PSDB	SIM	SIM	SIM
POMPEO DE MATTOS	PDT	-	NÃO	NÃO
PR. MARCO FELICIANO	PODE	SIM	SIM	SIM
PROFESSOR VICTÓRIO GALLI	PLS	SIM	-	SIM
RAFAEL MOTTA	PSB	SIM	SIM	NÃO
RAQUEL MUNIZ	PSD	SIM	SIM	SIM
RAUL JUNGSMANN	PPS	-	-	-
RICARDO IZAR	PP	SIM	SIM	SIM
ROBERTO ALVES	PRB	SIM	SIM	SIM
ROBERTO SALES	DEM	SIM	SIM	-
ROCHA	PSDB	SIM	SIM	-
RONALDO CARLETTTO	PP	NÃO	SIM	SIM
RONALDO FONSECA	PODE	SIM	SIM	NÃO
RONALDO MARTINS	PRB	SIM	SIM	NÃO
RONALDO NOGUEIRA	PTB	SIM	-	SIM

RÔNEY NEMER	PP	SIM	NÃO	NÃO
ROSANGELA GOMES	PRB	SIM	SIM	SIM
ROSINHA DA ADEFAL	AVANTE	-	SIM	NÃO
RUBENS PEREIRA JÚNIOR	PCdoB	NÃO	NÃO	NÃO
SAMUEL MOREIRA	PSDB	SIM	-	-
SANDES JÚNIOR	PP	-	SIM	-
SÉRGIO BRITO	PSD	NÃO	SIM	-
SERGIO SOUZA	MDB	SIM	SIM	SIM
SERGIO VIDIGAL	PDT	SIM	NÃO	NÃO
SHÉRIDAN	PSDB	SIM	SIM	SIM
SILAS CÂMARA	PRB	SIM	SIM	SIM
SÓSTENES CAVALCANTE	DEM	SIM	SIM	SIM
STEFANO AGUIAR	PSD	SIM	SIM	NÃO
TAKAYAMA	PSC	SIM	SIM	SIM
TIA ERON	PRB	SIM	SIM	-
TONINHO WANDSCHEER	PROS	SIM	SIM	SIM
VALADARES FILHO	PSB	SIM	-	NÃO
VALDIR COLATTO	MDB	SIM	SIM	SIM
VALMIR ASSUNÇÃO	PT	NÃO	NÃO	NÃO
VALTENIR PEREIRA	MDB	NÃO	SIM	SIM
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PSB	SIM	-	NÃO
VICENTINHO JÚNIOR	PR	NÃO	SIM	SIM
VINICIUS CARVALHO	PRB	SIM	SIM	SIM
VITOR LIPPI	PSDB	SIM	SIM	SIM
VITOR VALIM	PROS	SIM	SIM	NÃO
WALNEY ROCHA	PATRI	-	NÃO	NÃO
WALTER ALVES	MDB	SIM	SIM	-
WASHINGTON REIS	MDB	SIM	SIM	-
WILLIAM WOO	PP	-	-	-
ZÉ CARLOS	PT	NÃO	NÃO	NÃO
ZÉ GERALDO	PT	NÃO	NÃO	NÃO
ZÉ SILVA	SOLIDARIED ADE	SIM	SIM	NÃO

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados (dados compilados pelo autor).

APÊNDICE C – Votação da Frente Parlamentar Evangélica na aprovação da PEC Nº 6/2019, durante a 56ª Legislatura (2019 – 2023)

DEPUTADO/A	PARTIDO	PEC Nº 6/2019
ABÍLIO SANTANA	PL	SIM
AGUINALDO RIBEIRO	PP	SIM
AIRTON FALEIRO	PT	NÃO
ALAN RICK	DEM	SIM
ALCIDES RODRIGUES	PATRIOTA	SIM
ALÊ SILVA	PSL	SIM
ALEX SANTANA	PDT	SIM
ALEXANDRE FROTA	PSDB	-
ALEXANDRE PADILHA	PT	NÃO
ALEXANDRE SERFIOTIS	PSD	SIM
ALINE GURGEL	REPUBLICANOS	NÃO
ALTINEU CÔRTEZ	PL	SIM
ALUISIO MENDES	PSC	SIM
ANDRE ABDON	PP	SIM
ANDRÉ FERREIRA	PSC	SIM
ANTONIO BRITO	PSD	SIM
AROLDO MARTINS	REPUBLICANOS	SIM
ARTHUR LIRA	PP	SIM
AUREO RIBEIRO	SOLIDARIEDADE	SIM
BENEDITA DA SILVA	PT	NÃO
BENES LEOCÁDIO	REPUBLICANOS	SIM
BIA KICIS	PSL	SIM
BIBO NUNES	PSL	SIM
CAPITÃO ALBERTO NETO	REPUBLICANOS	SIM
CAPITÃO AUGUSTO	PL	SIM
CAPITÃO WAGNER	PROS	NÃO
CARLA ZAMBELLI	PSL	SIM
CARLOS GOMES	REPUBLICANOS	SIM
CARLOS HENRIQUE CAGUIM	DEM	SIM
CÁSSIO ANDRADE	PSB	NÃO
CELINA LEÃO	PP	SIM
CÉLIO SILVEIRA	PSDB	SIM
CELSO RUSSOMANO	REPUBLICANOS	SIM
CELSO SABINO	PSDB	SIM
CEZINHA DE MADUREIRA	PSD	SIM
CHARLES FERNANDES	PSD	SIM
CHRISTINO AUREO	PP	SIM
CLARISSA GAROTINHO	PROS	NÃO
CLEBER VERDE	REPUBLICANOS	SIM
CORONEL CHRISÓSTOMO	PSL	SIM

DA VITORIA	CIDADANIA	SIM
DANIELA DO WAGUINHO	MDB	SIM
DARCÍSIO PERONDI	MDB	SIM
DAVID SOARES	DEM	SIM
DELEGADO ÉDER MAURO	PSD	SIM
DELEGADO PABLO	PSL	SIM
DIEGO ANDRADE	PSD	SIM
DIEGO GARCIA	PODE	SIM
DOMINGOS NETO	PSD	SIM
DOMINGOS SÁVIO	PSDB	SIM
DR. FREDERICO	PATRIOTA	SIM
DR. JAZIEL	PL	SIM
DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.	PP	SIM
DR. LUIZ OVANDO	PSL	-
DRA. SORAYA MANATO	PSL	SIM
DRA. VANDA MILANI	SOLIDARIEDADE	SIM
DULCE MIRANDA	MDB	SIM
EDILÁZIO JÚNIOR	PSD	SIM
EDUARDO BARBOSA	PSDB	SIM
EDUARDO BOLSONARO	PSL	SIM
ELI BORGES	SOLIDARIEDADE	SIM
ELI CORRÊA FILHO	DEM	SIM
EMANIEL PINHEIRO NETO	PTB	SIM
ENÉIAS REIS	PSL	-
EROS BIONDINI	PROS	SIM
EUCLYDES PETTERSEN	PSC	SIM
EVAIR VIEIRA DE MELO	PP	SIM
EXPEDITO NETTO	PSD	NÃO
FÁBIO FARIA	PSD	SIM
FÁBIO RAMALHO	MDB	SIM
FÁBIO TRAD	PSD	SIM
FAUSTO PINATO	PP	SIM
FELIPE FRANCISCHINI	PSL	SIM
FERNANDO COELHO FILHO	DEM	SIM
FERNANDO RODOLFO	PL	SIM
FILIPE BARROS	PSL	SIM
FLÁVIA ARRUDA	PL	SIM
FLORDELIS	PSD	SIM
FRANCISCO JR.	PSD	SIM
FRED GOSTA	PATRIOTA	SIM
GENERAL PETERNELLI	PSL	SIM
GEOVANIA DE SÁ	PSDB	SIM
GILBERTO ABRAMO	REPUBLICANOS	SIM
GILBERTO NASCIMENTO	PSC	SIM

GILDENEMYR	PL	-
GLEUSTIN FOKUS	PSC	SIM
GREYCE ELIAS	AVANTE	SIM
GUILHERME DERRITE	PP	SIM
GURGEL	PSL	SIM
GUTEMBERG REIS	MDB	SIM
HAROLDO CATHEDRAL	PSD	SIM
HEITOR FREIRE	PSL	SIM
HÉLIO COSTA	REPUBLICANOS	SIM
HERCÍLIO COELHO DINIZ	MDB	SIM
HILDO ROCHA	MDB	SIM
HIRAN GONÇALVES	PP	SIM
HUGO LEAL	PSD	SIM
IRACEMA PORTELLA	PP	SIM
ISNALDO BULHÕES JR.	MDB	SIM
JEFERSON CAMPOS	PSB	SIM
JESUS SÉRGIO	PDT	SIM
JHC	PSB	NÃO
JHONATAN DE JESUS	REPUBLICANOS	SIM
JOÃO CAMPOS	REPUBLICANOS	SIM
JOAQUIM PASSARINHO	PSD	SIM
JORGE BRAZ	REPUBLICANOS	SIM
JOSÉ MEDEIROS	PODE	SIM
JOSÉ NUNES	PSD	SIM
JOSIMAR MARANHÃOZINHO	PL	SIM
JUAREZ COSTA	MDB	SIM
JULIAN LEMOS	PSL	SIM
JULIO CESAR RIBEIRO	REPUBLICANOS	SIM
JUNINHO DO PNEU	DEM	SIM
JUNIO AMARAL	PSL	-
JÚNIOR BOZZELLA	PSL	SIM
JÚNIOR FERRARI	PSD	SIM
KIM KATAGUIRI	DEM	SIM
LAERCIO OLIVEIRA	PP	SIM
LAURIETE	PL	SIM
LEDA SADALA	AVANTE	SIM
LINCOLN PORTELA	PL	SIM
LIZIANE BAYER	PSB	SIM
LOURIVAL GOMES	PSL	SIM
LUCAS GONZALEZ	NOVO	SIM
LUCAS REDECKER	PSDB	SIM
LUCAS VERGILIO	SOLIDARIEDADE	SIM
LUCIO MOSQUINI	MDB	SIM
LUIS MIRANDA	DEM	SIM

LUIZ CAROS	PSDB	NÃO
LUIZ PHILIPPE DE OLEANS E BRAGANÇA	PSL	SIM
MAJOR FABIANA	PSL	-
MANUEL MARCOS	REPUBLICANOS	SIM
MARA ROCHA	PSDB	SIM
MARCELO BRUM	PSL	-
MARCELO RAMOS	PL	SIM
MARCIO BIOLCHI	MDB	SIM
MÁRCIO MARINHO	REPUBLICANOS	SIM
MARCO BERTAIOLLI	PSD	SIM
MARCOS PEREIRA	REPUBLICANOS	SIM
MARIA ROSAS	REPUBLICANOS	SIM
MARRECA FILHO	PATRIOTA	SIM
MARX BELTRÃO	PSD	SIM
MILTON VIEIRA	REPUBLICANOS	SIM
MISAEEL VARELLA	PSD	SIM
NELSON BARBUDO	PSL	SIM
NEREU CRISPIM	PSL	SIM
NEWTON CARDOSO JR	MDB	SIM
NIVALDO ALBUQUERQUE	PTB	SIM
OLIVAL MARQUES	DEM	SIM
OSSESIO SILVA	PSC	-
OTONI DE PAULA	PSC	SIM
OTTACI NASCIMENTO	SOLIDARIEDADE	SIM
OTTO ALENCAR FILHO	PSD	SIM
PASTOR EURICO	PATRIOTA	SIM
PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO	AVANTE	NÃO
PAULA BELMONTE	CIDADANIA	SIM
PAULO BENGTON	PTB	SIM
PAULO EDUARDO MARTINS	PSC	SIM
PAULO FREIRE COSTA	PL	SIM
PINHEIRINHO	PP	-
POLICIAL KATIA SASTRE	PL	SIM
PR. MARCO FELICIANO	PODE	SIM
POFESSOR JOZIEL	PSL	SIM
PROFESSORA DAYANE PIMENTEL	PSL	SIM
RAFAEL MOTTA	PSB	NÃO
REJANE DIAS	PT	-
RICARDO GUIDI	PSD	SIM
RICARDO IZAR	PP	SIM
ROBERTO ALVES	REPUBLICANOS	SIM
ROBERTO DE LUCENA	PODE	SIM
RODRIGO AGOSTINHO	PSB	SIM

ROMAN	PSD	-
ROSANGELA GOMES	REPUBLICANOS	SIM
ROSE MODESTO	PSDB	SIM
RUY CARNEIRO	PSDB	SIM
SANDERSON	PSL	SIM
SANTINI	PTB	SIM
SARGENTO FAHUR	PSD	SIM
SERGIO VIDIGAL	PDT	NÃO
SIDNEY LEITE	PSD	SIM
SILAS CÂMARA	REPUBLICANOS	SIM
SORAYA SANTOS	PL	SIM
SÓSTENES CAVALCANTE	DEM	SIM
STEFANO AGUIAR	PSD	SIM
TIAGO DIMAS	SOLIDARIEDADE	SIM
TITO	AVANTE	SIM
TONINHO WANDSCHEER	PROS	SIM
VLADDEVAN NOVENTA	PSC	-
VANDERLEI MACRIS	PSDB	SIM
VAVÁ MARTINS	REPUBLICANOS	SIM
VERMELHO	PSD	SIM
VINICIUS CARVALO	REPUBLICANOS	SIM
VINICIUS FARAH	MDB	SIM
WLADIMIR GAROTINHO	PSD	NÃO
WOLNEY QUEIROZ	PDT	NÃO

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados (dados compilados pelo autor).

APÊNDICE D – Votação das emendas supressivas/modificativas, na aprovação Plano Municipal de Educação – PME/CG – 2015-2015, na Câmara Municipal de Campo Grande/MS, durante a 9ª Legislatura (2013 – 2016)

VEREADOR/A	PARTIDO	PL Nº 8.055/2015
AIRTON SARAIVA*	DEM	SIM
ALEX DO PT	PT	SIM
AYRTON ARAUJO	PT	SIM
BETINHO*	PRB	SIM
CARLA STEPHANINI*	PMDB	SIM
CARLÃO*	PSB	SIM
CAZUZA*	PP	SIM
CHIQUINHO TELLES*	PSD	SIM
CHOCOLATE*	PP	SIM
CORINGA*	PSD	SIM
DELEI PINHEIRO	PSD	SIM
DR. LOESTER	PMDB	SIM
EDIL ALBUQUERQUE	PMDB	SIM
EDUARDO ROMERO	PTdoB	NÃO
FLAVIO CESAR*	PTdoB	SIM
FRANCISCO LUIS*	PRTB	SIM
GILMAR DA CRUZ	PRB	SIM
HERCULANO BORGES	SD	SIM
JOSÉ CHADID*	SEM PARTIDO	SIM
LUIZA RIBEIRO	PPS	NÃO
MAGALI PICARELLI*	PMDB	SIM
OTÁVIO TRAD*	PTdoB	SIM
PAULO PEDRA*	PDT	SIM
PAULO SIUFI*	PMDB	SIM
PROF. JOÃO ROCHA*	PSDB	SIM
THAIS HELENA	PT	SIM
VANDERLEI CABELUDO*	PMDB	SIM

Fonte: Portal da Câmara de Vereadores de Campo Grande/MS (dados compilados pelo autor).

* Vereador/a que utilizou expressamente o vocábulo “família” na justificativa de seu voto, durante a plenária.